



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

**OS SENTIDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO VESTIBULAR DA FUVEST**

Gilberto Egydio dos Santos Júnior.

**SÃO CARLOS-SP**

**2012**



**Universidade Federal de São Carlos**

OS SENTIDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO VESTIBULAR DA  
FUVEST

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Gilberto Egydio dos Santos Júnior.

OS SENTIDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO VESTIBULAR DA  
FUVEST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

São Carlos - São Paulo-Brasil

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S237sL

Santos Júnior, Gilberto Egydio dos.

Os sentidos de língua portuguesa no vestibular da  
FUVEST / Gilberto Egydio dos Santos Júnior. -- São Carlos :  
UFSCar, 2013.  
121 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2011.

1. Língua portuguesa. 2. Acontecimento. 3. Fundação  
Universitária para o Vestibular. 4. Semântica. I. Título.

CDD: 469 (20<sup>a</sup>)

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
GILBERTO EGYDIO DOS SANTOS JÚNIOR**



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Soeli Maria Schreiber da Silva  
Orientadora e Presidente  
UFSCar/São Carlos



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sheila Elias de Oliveira  
Membro titular  
UNICAMP/Campinas



Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas  
Membro titular  
UFSCar/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 15/10/2011.  
Homologada na 48<sup>ª</sup> reunião da CPGL, realizada em 09/03/2012.



Prof. Dr. Oto Araújo Vale  
Coordenador do PPGL

*Este trabalho é dedicado à  
memória de Renato de Carvalho  
Ramos que nos deixou em 1997.*

## RESUMO

No presente trabalho intitulado *Os sentidos de língua portuguesa no vestibular FUVEST* pretendo, por meio de um estudo semântico, analisar o sentido de “língua portuguesa” neste vestibular que em 1976/77 nasceu sob um paradigma linguístico, em oposição à tradicional prova de gramática, quando adotou um conceito de variação linguística. Tendo como *corpus* os enunciados das provas, buscarei discutir como se produzem os sentidos na materialidade da língua na relação “norma padrão” e “variantes” que acontece no exame. Assim, será possível perceber como vem sendo significada “língua portuguesa” em um dos principais vestibulares do país.

**Palavras-chaves:** Acontecimento – Político – Gramática – Semântica – Língua de Cabide – FUVEST

## **ABSTRACT**

The present work entitled "The meaning of the Portuguese language in the college entrance exam FUVEST" intends to analyse the designation of the Portuguese language by means of a semantical study. FUVEST was created in 1976/77 under a linguistic paradigm, adopting a linguistic variation approach in opposition to the traditional grammar test. Based on the test statements as a corpus, it will be discussed how meanings are created between standard language and its variations. Thus it will be possible to notice how the Portuguese language has been having its meaning established in Brazil's main college entrance exam.

**Key Words:** Event – Political – Grammar – Semantics – Language Hanger – FUVEST

## RESUMEN

En el presente trabajo nombrado *Los sentidos de lengua portuguesa en el examen de selectividad - FUVEST* se pretende, a través de un estudio semántico, analizar el sentido de "lengua portuguesa" en esta selectividad, que entre 1976/1977 apareció bajo un paradigma lingüístico oponiéndose al tradicional examen de gramática, cuando se adoptó un concepto de variedad lingüística. Teniendo como corpus los enunciados de los exámenes, discutiré como los sentidos se producen en la materialidad de la lengua en la relación "norma culta" y "variedades" que están en la prueba. De este modo, será posible percibir qué el término "lengua portuguesa" significa en uno de los principales exámenes de selectividad del país.

**Palabras-claves:** Evento – Político – Gramática – Semántica – Language de Percha – FUVEST

## SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	08
Capítulo 1: Políticas Linguísticas.....	16
1.1 As Políticas Linguísticas.....	17
1.2 Dois tipos de políticas linguísticas.....	21
1.3 Língua e Cultura.....	22
1.4 A Língua de Cabide.....	25
1.5 A Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST).....	31
Capítulo 2: A Designação e o Político na Língua.....	35
2.1 Língua e Referência.....	36
2.2 O Político na Língua.....	43
Capítulo 3: O Sentido de Língua Portuguesa na FUVEST.....	48
3.1 Prova 1977 – Comunicação e Expressão.....	49
3.1.1 DSD prova 1977.....	70
3.2 Prova 2006 – Português.....	73
3.2.1 DSD prova 2006.....	91
Considerações Finais.....	94
Bibliografia.....	97
Anexos.....	101

## Considerações Iniciais

A motivação desta dissertação vem de minha relação com o ensino médio, onde sou professor de língua portuguesa. Em cinco anos de profissão foi possível intuir algumas características dos exames seletivos. Assim, notei que, aparentemente, há uma tentativa de orientação sociolinguística<sup>1</sup> nas mais diversas provas de vestibular. Deste modo, tal qual propõe Bagno (2008) em sua novela sociolinguística *Língua de Eulália*, os enunciados evitam tratar os desvios à norma culta como erro, pelo menos em sua nomenclatura. Logo, termos como “errado” e “incorreto”, para se referir a uma forma fora da norma culta, não são usados, sendo substituídos por outros que seriam, em princípio, menos opressores como “inadequado” ou “inapropriado”. Por exemplo, em uma prova de múltipla escolha ao invés de se escrever no enunciado “assinale a alternativa **correta**” é escrito “assinale a alternativa em **acordo com a norma padrão**”.

Em princípio, seria esta uma tentativa de amenizar o preconceito linguístico já que esta troca seria uma maneira de tornar o vestibular mais democrático, pois a norma padrão não seria colocada como única possibilidade de língua, conseqüentemente haveria uma prova sem preconceito linguístico.

No entanto, há divergências quanto à possibilidade desta postura sociolinguística, que altera a nomenclatura, poder ser um modo eficaz para transformar o funcionamento da prova de modo a torná-lo mais democrático, a começar por Pêcheux e Gadet (1998) que apontaram a prática do sociologismo

---

<sup>1</sup> Esta orientação sociolinguística tratada aqui se refere especificamente ao conceito de variedade linguística adotado por Labov (2008) que é aplicado em práticas de ensino da língua portuguesa, quando é postulada a possibilidade de uma convivência harmoniosa entre as diversas formas de uma língua.

como uma reiteração da existência de uma forma padrão, oficial. Segundo os autores, isto acontece porque nesta perspectiva há uma falsa relativização no entendimento do que é a língua, quando ocorre a permanência de uma forma como padrão. Logo, pensando a tentativa de se criar um exame mais linguístico e menos normativo como também sendo uma prática do sociologismo, pode-se questionar a permanência na prova de uma forma considerada como forma padrão, enquanto permanecem as demais formas do português não incluídas no exame. Desta maneira, a aplicação desta metodologia de ensino seria apenas um apagamento do aspecto gramatical que contém as questões que remetem ao conhecimento da língua materna, conseqüentemente, afetando os sentidos de “língua portuguesa” no exame.

Nesta direção, por meio da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2005) e mais enfaticamente um de seus dispositivos, que é o domínio semântico de determinação (Guimarães, 2007), tentarei apresentar o funcionamento da prova não pela intenção de seus criadores, mas considerando sua materialidade histórica para saber como o sintagma “língua portuguesa” é significado dentro do espaço normativo do vestibular FUVEST.

Para tanto, filio-me a uma linha de estudos que pensa a importância de se entender o processo enunciativo de um texto por ele ser afetado pelo político, deste modo observando a divisão hierárquica dos locutores na enunciação; para se entender o seu funcionamento, como afirma Guimarães (2005, p.21):

Para mim uma língua é dividida, de tal modo que ela é uma e é diferente disso. E esta divisão diz respeito exatamente à relação dos falantes com a língua, de tal modo que os falantes se identificam exatamente por essa divisão (...)  
E esta divisão é marcada por uma hierarquia de identidades. Ou seja, esta divisão distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia.

Este posicionamento teórico defende a ideia de que a língua não se realiza como um sistema independente de seus falantes, como formulam diversas teorias inscritas no logicismo<sup>2</sup> e como acontece em uma prova tradicional de gramática normativa, onde, como afirmei, é vista só uma possibilidade de língua, que é a norma padrão.

Do mesmo modo, ainda quando o objetivo de provas de língua portuguesa diferentes da tradicional seja o de impedir a exclusão da questão social na língua, diversos vestibulares, entre eles a FUVEST, ao adotar a aplicação de uma metodologia de ensino baseada na sociolinguística, em uma tentativa de inclusão de todos os falantes excluídos pelo dizer normativo, o que corresponde a um posicionamento sociologista, aceitam o conceito de variante linguística, ao fazer isso, por outro caminho, repetem o recorte entre língua e sujeito feito no método tradicional da gramática normativa, assim, é reiterada uma posição hierárquica entre as formas do português quando uma é eleita como padrão.

Um engano destes dois métodos, então, estaria em entender a língua como um sistema em que o falante seria senhor de seu dizer, tanto na proposta tradicional, quando é pensado um sujeito universal, quanto na proposta de base sociolinguística, quando é pensado um sujeito enciclopédico que conhece vários modos de dizer, sendo uma questão de vontade, de escolha, a língua que ele coloca em funcionamento. Assim, semelhante a quem escolhe roupas no armário, este falante idealizado pelo método de ensino baseado na sociolinguística tem a capacidade de escolher a variante mais adequada para

---

<sup>2</sup> Concepção de logicismo-formalismo, Pêcheux e Gadet (1998).

cada situação. No trabalho ele usa a língua formal, já com os amigos um modo coloquial.

A esta prática linguística, que trata a língua igual a uma roupa que escolhemos, darei o nome “Pedagogia da Língua de Cabide”. Neste método é apagada a materialidade histórica como parte do processo constitutivo de formação do sujeito, tratando-se apenas de uma prática reformista para a manutenção da norma que ao adotar o conceito de variáveis e variantes do português defende a ideia de língua una.

Ao colocar o político em primeiro plano na linguagem, Guimarães (2005) aponta a inviabilidade de língua una, tratando a relação entre línguas não como uma relação de dois ou mais sistemas (sem sujeitos), mas como uma relação entre falantes que ocupam um lugar social. É por isso que o autor afirma, mesmo sendo línguas diferentes, falar português e espanhol é, pensando o político, falar de uma mesma posição enunciativa quando, ainda hoje, estas línguas cada vez mais perdem espaço para o inglês. Nesta perspectiva, uma língua sempre apresenta uma divisão hierárquica entre o dizer do lugar normativo e a fala dos excluídos. Do mesmo modo, a língua dita como nacional também é dividida no acontecimento. Sendo que esta divisão é construída em uma materialidade histórica e social, dispondo, assim, os falantes em posições divergentes na enunciação.

É desta maneira que a divisão pode se apresentar dentro de um acontecimento que temos como próprio do português. Nesta perspectiva, pretendo aqui fazer um estudo em uma divisão que ocorre em espaço enunciativo de uma língua. A ideia é verificar como o dizer normativo da prova

tem determinado os sentidos de “língua portuguesa” ao longo dos anos no vestibular FUVEST.

Para começar, apresentarei os exames de vestibular como uma política linguística, como define Calvet (1997), por envolver um conjunto de escolhas referentes às relações entre língua(s) e a vida social, sendo, no caso, o Estado, por meio de uma instituição, quem põe em prática estas escolhas linguísticas. Em nossa história há vários exemplos do que seriam as políticas linguísticas. No Brasil, a implantação da primeira política linguística oficial foi a proibição da língua geral, então falada por milhares de brasileiros, devido a um desentendimento entre o Marquês de Pombal com os jesuítas, que praticavam esta língua. Assim, foi implantada a língua portuguesa como a única para o Brasil-Colônia. Uma política linguística mais recente foi o acordo ortográfico entre as nações que têm como primeiro idioma o português. A obrigação da norma padrão em textos oficiais no Brasil também é um exemplo da prática deste tipo de política. Conseqüentemente, a escola e os seus métodos de ensino são aparelhos do governo que servem para a aplicação de políticas linguísticas, afinal, estas instituições promovem uma regulamentação determinada pelo Estado do uso da língua.

Porém, como brevemente foi exposto aqui, nem sempre estas tentativas de controle e regulamentação, que tratam a língua como norma, mesmo quando procuram criar um reconhecimento da variabilidade linguística, funcionam da forma prevista por seus criadores. Deste modo é comum que regras ou métodos de ensino funcionem de maneira diferente da qual foram idealizados. Este desvio, evidentemente, não deve ser visto como defeito ou

má aplicação de uma política de língua, mas como consequência da impossibilidade de se tratar a língua com a precisão de um objeto mecânico, o que Pêcheux (2008) afirma ao definir que, por ser Discurso, além de estrutura, língua é acontecimento.

Por esta razão, tenho interesse em estudar a reedição de uma política linguística nacional na aplicação do vestibular da Fundação Universitária para o Vestibular, hoje chamada FUVEST.

Criada em 1976, a FUVEST propôs um novo caminho para os vestibulares no país, substituindo as provas específicas de cada curso por uma prova geral dividida em duas fases. Com a mudança o aluno que pleiteava a vaga de medicina faria prova igual a quem tentava uma vaga em engenharia. Nesta perspectiva, a proposta de um exame de língua portuguesa mais linguístico e menos normativo (norma gramatical) foi muito oportuna, afinal, o vestibulando das áreas de exatas ou biológicas não teria obrigação de conhecer a gramática normativa como supostamente deveriam conhecer os alunos de humanas, mais especificamente nos cursos de Letras e Direito. É neste contexto que a tradicional prova intitulada “Língua Portuguesa” passa a se chamar prova de “Comunicação e Expressão”. Deste modo, enquanto o primeiro título recorta a memória de gramática normativa, o novo remete a um paradigma linguístico ao não limitar, aparentemente, a língua à regra gramatical. Desta maneira, tentar realizar uma prova em perspectiva linguística é não pensar a norma gramatical como única possibilidade de língua. Nesta direção, a metodologia de ensino sociolinguística foi pensada como adequada à proposta deste novo vestibular, por ela não ser em princípio um caminho

unilateral de linguagem, quando considera outras formas de língua que não são a padrão.

No entanto, como já afirmei, este método apaga o processo constitutivo de formação do sujeito ao pensar o falante como fonte do dizer, postulando a utilização de uma língua, ou, nas palavras da sociolinguística de cunho laboviano, uma variante adequada a cada situação. O que levou Bechara<sup>3</sup> a afirmar que devemos ser políglotas em nossa língua. Ou seja, é esperado que o falante “vista” uma língua para cada ocasião, realizando uma verdadeira metodologia de língua de cabide.

Outro questionamento relevante à proposta ensino de base sociolinguística, também já levantado aqui, é que, ao considerar a existência de uma variante correta para cada situação, será permitido afirmar que a forma correta para o vestibular, que é uma prova escrita, é a norma culta. Assim, haveria um falso reconhecimento das diversas formas de língua por haver só um modo que recebe o respaldo de língua oficial, enquanto os outros estariam sendo colocados à margem. Logo, haveria uma reiteração da prova tradicional, em que na prática a gramática continuaria sendo a única possibilidade de língua.

Para tentar sustentar tais questionamentos, farei uma análise semântica do vestibular FUVEST para verificar qual é a designação de “língua portuguesa” na prova, tendo como *corpus* sua primeira edição (1977) e outra mais recente (2006), ambas em primeira fase. O objetivo é apresentar, com este estudo de texto, qual tem sido o funcionamento da língua neste exame

---

<sup>3</sup> Evanildo Cavalcante Bechara (Recife, 26 de fevereiro de 1928) é um renomado gramático e filólogo brasileiro. Autor de várias das principais gramáticas da língua portuguesa destinadas tanto ao público leigo quanto a profissionais da área. Uma de suas propostas para o ensino de língua materna é o reconhecimento da variabilidade linguística, sem no entanto tirar do foco o ensino da gramática normativa.

que foi pioneiro em 1976 e que durante muitos anos foi o maior do país<sup>4</sup>. Com isto, quero indicar como o político interfere diretamente na significação das palavras, com destaque à designação de “língua portuguesa”, levantando uma dúvida sobre a possibilidade do método de ensino de base sociolinguística como prova mais democrática.

### **Estrutura da Dissertação**

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos, que representam uma sequência de apreensão teórica e análise do trabalho desenvolvido.

No primeiro capítulo será explicado mais detalhadamente o conceito de política de linguística quando esta se refere a práticas do Estado para regulamentar à língua. A importância desta questão para o trabalho é que, como já foi mencionado, o vestibular é um reflexo de uma política linguística. Em sequência exponho a opinião de diversos autores sobre a aplicação das políticas linguísticas no Brasil. E com base no posicionamento teórico destes autores é desenvolvido neste capítulo o conceito de “língua de cabide”. Por fim, há também uma breve exposição sobre a história do vestibular da FUVEST. O objetivo deste ponto é o demonstrar como este vestibular se relaciona a práticas linguísticas.

No segundo capítulo é exposto o meu posicionamento como semanticista e a fundamentação teórica que será usada na análise da prova de língua portuguesa do vestibular. Assim é apresentada uma breve explicação sobre dois conceitos fundamentais ao entendimento desta pesquisa. Um é o de político na língua, sendo importante frisar que este não é o mesmo de Calvet

---

<sup>4</sup> A FUVEST pode ser considerada ainda o maior vestibular do país, mas como o ENEM hoje é uma prova que seleciona alunos do país inteiro para o ingresso direto em diversas universidades federais, funcionando, neste aspecto, de maneira semelhante aos demais exames seletivos, pode haver algum questionamento sobre qual é o maior vestibular na atualidade.

(1997), apresentado no primeiro capítulo, outro é o domínio semântico de designação, ambos criados por Guimarães (2005, 2007).

O terceiro capítulo é dedicado à análise, começando com uma breve explanação sobre a escolha do corpus, vestibular de 1977 e 2006. O objetivo é apresentar na materialidade destes textos qual o funcionamento da língua neste exame. Assim, na análise dos enunciados destas provas, quero mostrar como o político interfere diretamente na significação das palavras, mais especificamente nos sentidos de “língua portuguesa”.

# **Capítulo 1:**

## **Políticas Lingüísticas**

## 1.1 As Políticas Linguísticas

Calvet (1997) chama de políticas linguísticas a um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, somada ao planejamento linguístico e a sua implementação que é a prática de uma política linguística. Segundo Calvet (1997, p.5):

La intervención humana en la lengua o en las situaciones lingüísticas no es algo nuevo: desde siempre, también, el poder político ha privilegiado tal o cual lengua, ha elegido gobernar el Estado en una lengua o imponer a la mayoría la lengua de una minoría. Pero la política lingüística, determinación de las grandes opciones en materia de relaciones entre las lenguas y la sociedad, y su puesta en práctica, la planificación lingüística, son conceptos recientes que recubren solo en parte estas prácticas antiguas.

O autor afirma também que qualquer grupo, mesmo pequeno, como uma família ou uma comunidade religiosa, pode elaborar uma política linguística, mas apenas o Estado teria o poder e os meios de formalizá-la, assim, oficializando na prática suas escolhas políticas.

Com isto, o Estado exerce um protagonismo no planejamento e aplicação de políticas linguísticas, sendo as suas instituições educacionais e seus métodos de ensino fatores decisivos para a realização das políticas linguísticas, quando a escola é um local onde se ensina, obrigatoriamente, uma língua oficial. Assim, qualquer intervenção governamental na língua está presente em sala de aula, como acontece com a nova ortografia<sup>5</sup> que hoje já é ensinada em todos os níveis escolares.

Outro fator decisivo para a aplicação de uma política linguística é a motivação para sua realização. Estas ações governamentais podem ter as mais diversas justificativas. Com certeza, a mais comum delas é a afirmação

---

<sup>5</sup>O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi elaborado há 18 anos. O objetivo dessa reforma é sincronizar a ortografia de todos os países que falam português, acabando com as diferenças existentes entre eles. No entanto, até o momento é encontrada muita dificuldade na aplicação deste acordo, tendo ele sofrido alterações e prorrogações para sua efetiva implementação que, depois de outra prorrogação, esta prevista para 2016. Prorrogação motivada principalmente pela sociedade portuguesa que está apresentando forte resistência ao acordo.

de unidade da língua, promovida pelo o ideal de língua nacional. Logo, procurase estabelecer um padrão que apague as diferenças regionais, sociais e outras para sustentar uma ideia de identidade nacional. Deste modo, características circunstanciais são apagadas em prol de uma norma comum a todos. Foi com esse propósito que em 1958 um grupo de gramáticos renomados, entre eles, Antenor Nascentes, Rocha Lima e Celso Cunha, foram convocados a criar uma nomenclatura gramatical nacional unificada para acabar com a variedade de terminologias que existiam no país. No ano seguinte, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB<sup>6</sup>) foi transformada em lei por uma portaria do presidente Juscelino Kubitschek e passou a ser utilizada obrigatoriamente nas escolas de todo o Brasil.

Um exemplo mais evidente da tentativa de universalização por meio de uma unificação linguística foi o acordo, implantado em janeiro de 2009, entre os países que têm o português como língua oficial para adoção de uma ortografia unificada entre eles.

Ao ultrapassar as fronteiras nacionais, esta medida desconstrói o processo de um saber da língua nacional e o da constituição de um sujeito com uma língua própria, até mesmo em Portugal, quando em nome da unidade, também teve de aceitar mudanças em sua ortografia oficial. Desta maneira, ao criar uma ortografia unificada, apaga-se a oposição entre a língua destas nações e se sustenta a ideia de que a língua portuguesa é a mesma em todo lugar. Apaga-se, assim, uma oposição entre brasileiros e portugueses, quando é criada outra entre brasileiros e portugueses que conhecem a norma e

---

<sup>6</sup> A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) foi uma iniciativa oficial do Estado brasileiro para estabelecer uma terminologia única para as gramáticas do português. Mesmo estando em vigor, há ainda fortes questionamentos sobre a forma e a escolha de termos adotados por esta norma. Uma delas seria o critério de “classificação de palavras”, quando o correto seria “classificação de vocábulos”, por esta classificação incluir adjetivos e conectivos.

brasileiros e portugueses que não a conhecem. O mesmo valendo para os demais países onde o português é falado. Logo, por não pertencer a nenhum grupo, esta língua que é colocada como formal, sendo concomitantemente a língua da ciência, do mercado, da tecnologia, do jornalismo e a que deve ser ensinada na escola. Todavia, é válido ressaltar que este processo não é plenamente hegemônico, havendo focos de resistência a esta universalização. Um bom exemplo são os livros literários que procuram não se filiar a esta proposta de língua estabilizada.

### **O aspecto social na língua.**

Nos anos 70 Pêcheux e Gadet (1998) acreditavam que havia uma crise na linguística, quando, até aquele momento, os estudos linguísticos eram basicamente pensados em dois modos. Um que procurava leis universais e perenes, para língua e outro que considerava as mudanças ao longo da história em um estudo comparativo. Eles irão tratar estes dois grandes modos de estudo por, respectivamente, logicismo e sociologismo. Segundo Pêcheux e Gadet (1998, p. 5):

Começaremos por descrever rapidamente os tipos puros, enumerando seus princípios constitutivos: o logicismo (e sua forma ligada, o formalismo) pode se opor ao sociologismo (e sua forma ligada, o historicismo) em primeiro lugar por meio dos termos da antiga querela entre natureza e convenção. Onde o logicismo procura universal (escolásticos, em seguida racionalistas), o sociologismo faz aparecer uma dispersão e uma alteridade no espaço e no tempo. Onde o logicismo enuncia leis e constrói uma teoria gramatical, o sociologismo efetua uma descrição, fazendo um estudo empirista dos dados. Se as duas tendências estudam a mudança, é a ocasião para a primeira de destacar universais e, para a segunda, de fazer estudos comparativos. O logicismo, enfim, coloca a autonomia da linguística, enquanto o sociologismo se dá o indivíduo em situação como concreto linguístico, o que tem como consequência um destino de participação interdisciplinar para a linguística assim concebida.

Estes dois caminhos direcionaram as políticas linguísticas, tanto como aparato para o ideal de língua universal, como na tentativa de atendimento de demandas sociais. No entanto, é interessante observar que embora em

oposição, ambos negam a questão social na língua, o que parece contraditório, mas é exatamente isto o que postulam Pêcheux e Gadet (*idem*). Para eles no logicismo o aspecto social é negado abertamente por tratar a língua como objeto, apagando o social e o histórico que a constituem. Já no sociologismo ele também é apagado, pois, mesmo ao tentar tratar da questão histórica e social, se propõe a solucionar as desigualdades sem criticar o que as gera. Ainda de acordo com Pêcheux e Gadet (1998, p.7):

Evidentemente, as duas tendências que acabamos de caracterizar não negam a política do mesmo modo: elas têm cada uma sua maneira própria de chegar a isso. Para dizer rapidamente, adiantaremos que a tendência logicista nega a política falando aparentemente de outra coisa, enquanto a tendência sociologista recalca a política falando ou acreditando falar dela.

O logicismo, assim, propõe a negação da diferença social para tratar a língua como objeto, tornando possível a realização de um estudo linguístico em que se pretende buscar leis universais para língua, semelhante ao que fazem outras ciências, como a Física. Já o sociologismo se propõe a analisar as questões sociais e históricas da língua, mas não se propõe a tratar a luta entre classes sociais quando pensa a língua como convenção, assim, estabelecendo uma divisão entre língua e sujeito, semelhante ao que acontece no logicismo, e, mesmo não sendo seu objetivo, também negando o aspecto social na língua.

Deste modo, enquanto o logicismo sustenta um ideal iluminista de língua, pretendendo democratizá-la por meio da universalização da forma, o sociologismo, que trata a língua como convenção, parte de uma posição reformista, tentando solucionar problemas, como o preconceito linguístico, para se chegar à mesma universalização.

Em linhas gerais, é pensando nestes dois modos de política linguística que irei apresentar a prática tradicional de ensino da norma como uma prática

semelhante a do logicismo por tentar estabelecer uma norma comum a todos e a reforma promovida pelo método sociolinguístico para o ensino de língua como sociologismo por buscar suprir as demandas sociais.

## **1.2 Dois tipos de políticas linguísticas**

Pagotto (2007) aponta que as políticas linguísticas se enquadram em dois modos: São afirmações de força do Estado numa tentativa de afirmar sua própria existência por meio de uma língua una, ou visam atender grupos específicos, as chamadas minorias, assim respeitando as individualidades.

Como aqui pretendo relacionar, o primeiro tipo de medida corresponde, de modo geral, a uma prática do logicismo, por excluir a diversidade em nome de uma ordem comum e universal, como foi a proibição do uso de línguas estrangeiras no Brasil durante o governo Vargas<sup>7</sup>.

Já a outra forma de política, apresento como prática do sociologismo, por tentar atender individualidades dos mais diversos grupos linguísticos. Um bom exemplo é a postura do MEC nos últimos anos, quando mudou seu posicionamento em relação à distribuição de livros didáticos. Agora, ao invés de escolher um livro que é adotado por todas as escolas do país, são feitas escolhas regionais. Nestes livros há uma predileção por textos que são mais comuns a uma determinada comunidade, havendo uma significativa substituição de textos que são vistos como universais, como os de literatura consagrada, Machado de Assis, Guimarães Rosa, por outros que em princípio são mais característicos de um grupo social. Como acontecealgumas letras de

---

<sup>7</sup> Este período corresponde à Era Vargas, quando Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos ininterruptos (de 1930 a 1945).

rap<sup>8</sup> que comumente são vistas como música de gueto. O que sugere uma tendência a uma postura sociologista da língua.

Pagotto (*idem*) afirma que aparentemente este segundo tipo de intervenção é uma reação ao primeiro, pois enquanto a primeira tem um efeito homogeneizador, a segunda busca contemplar a parte excluída neste processo. Conseqüentemente, mesmo sendo as duas aplicadas pelo Estado, há uma ideia, nos dias de hoje, de que a primeira seja uma política do mal, por excluir os desfavorecidos socialmente, enquanto a outra seria uma política do bem, por pensar nos oprimidos. Segundo Pagotto (2007, p.35):

No primeiro caso, a ação tem um efeito homogeneizador imediato, enquanto que no segundo caso, o objetivo alegado é justamente o oposto: se trataria de abrigar, no conjunto de leis, direitos de grupos e comunidades que se contrapõem à ação homogeneizadora do Estado. Por essa razão, o segundo tipo de intervenção costuma contar mais fortemente com o apoio de entidades não governamentais, obedecendo a uma lógica da inclusão que se apresenta como simpática aos interesses das chamadas minorias.

No entanto, se por um lado o método de ensino de base sociolinguística reconhece a variação, a diversidade, por outro reconhece, ao mesmo tempo, que há uma norma padrão. Portanto, em outro caminho, o objetivo das duas formas de política é muito semelhante, ou seja, a universalização da norma gramatical. Deste modo, esta é legitimada tanto na afirmação de língua nacional, quanto na tentativa do Estado de reconhecer a diversidade. A principal diferença seria o fato deste último modo de política apagar a ideia de língua una, o que veremos como se dá mais adiante.

---

<sup>8</sup> Esta caracterização do rap como um tipo de música regional provavelmente se dá pelo fato de ser comum autores das músicas fazerem delas um instrumento para denunciar os males sociais aos quais suas respectivas comunidades são submetidas.

### 1.3 Língua e Cultura

Orlandi (2007) relata que no final do século XX e início do XXI há um discurso em prol do multilinguismo, quando língua é automaticamente associada à cultura, confirmando uma tendência à prática sociolinguística em uma tentativa de reconhecimento da diversidade linguística.

Todavia, como afirma a autora, este é um “reconhecimento” imaginário da diversidade, pois, mesmo com um discurso de multiculturalismo, o Estado, por meio de suas instituições, promove uma língua oficial. Isto acontece porque, enquanto as línguas que não são a forma padrão são reconhecidas por seu valor “cultural”, sendo caracterizadas como exóticas\*, existe uma forma que é vista como nacional, sendo esta a que deve ser usada não só por uma comunidade, mas por todos. De acordo com Orlandi (2007, p.60):

(...) percebe-se que há um “reconhecimento” imaginário das diferentes línguas, mas pratica-se, com o apoio do conhecimento institucionalizado, uma língua, a língua nacional, aparatada pelo Estado para ser a língua oficial. Pode-se até mesmo fazer com que muitas línguas sejam faladas, sejam aprendidas, circulem. Mas o que significa falar essas línguas face à língua nacional?

Nesta direção, a partir dos PCNs, nos anos 70, o ensino de língua portuguesa no Brasil tem amplamente seguido uma corrente do sociologismo. Sua implementação vai da adoção de livros didáticos de orientação sociolinguística à substituição de nomenclatura no vestibular, visando a retirada de termos que tratam a diversidade de maneira pejorativa, como supostamente acontece no método tradicional de ensino de língua materna.

A força desta tendência pode ser vista quando até mesmo alguns dos manuais de gramática, que abertamente adotam uma postura normativa, têm trazido pelo menos um capítulo tratando a questão da variabilidade linguística, como acontece na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2010), de

Celso Cunha e Lindley Cyntra, na *Gramática da Língua Portuguesa* (1997) de Pasquale Cipro Neto entre outras.

Estas gramáticas e livros didáticos ao adotarem a pedagogia de base sociolinguística trabalham com o seguinte recorte; de um lado há um espaço para a individualidade de sujeitos que possuem uma origem étnico social, do outro a universalização, quando deve haver uma norma comum a todos. Fica determinado no ensino que o espaço da individualidade é a fala, onde é permitida a coloquialidade, enquanto a escrita é o lugar da norma gramatical, da padronização. Logo, procura-se preservar as individualidades, respeitá-las, ao mesmo tempo em que é mantida uma norma padrão, como se isso não fosse uma contradição.

Embora por motivações diferentes, este tipo de recorte é semelhante ao que foi feito no *Curso de Linguística Geral* (CLG) (1995) de Ferdinand Saussure<sup>9</sup>. Para por fim as questões da variabilidade linguística em um estudo sincrônico<sup>10</sup> e poder pensar a língua como um sistema independente de seus falantes, nesta obra há uma divisão entre língua e fala. Enquanto o estudo da língua seria um estudo de um sistema linguístico, onde há princípios universais, como a questão da arbitrariedade do sentido no signo, na fala seria encontrado este sistema posto em funcionamento pela ação de um sujeito, o que incide em alguns traços característicos. No CLG, para exemplificar esta ideia, é feita uma analogia entre as regras de um jogo de xadrez, que seriam as universais da língua, e as jogadas feitas por um jogador, semelhante à fala.

---

<sup>9</sup> Há uma séria discussão sobre a autoria do CLG, quando a obra não foi escrita por Saussure, mas por Charles Bally e Albert Sechehaye, com base em anotações feitas de cursos oferecidos pelo mesmo na Universidade de Genebra (1906-1911). BOUQUET (2000) procura mostrar, pela leitura dos manuscritos originais, como o trabalho de Bally e Sechehaye introduziu distorções no discurso do mestre.

<sup>10</sup> No CLG a língua em perspectiva sincronia é vista fora da relação com o tempo.

Percebe-se que esta divisão entre língua e fala é uma divisão entre língua e sujeito, em que é pressuposta a variabilidade da fala por ela ser pessoal, sendo a língua um sistema impessoal que pertence a todos.

Assim, mesmo com grandes diferenças, quando no CLG são pensadas as universais de um sistema linguístico e nas gramáticas e livros didáticos é trabalhada a normatização da língua, nota-se que ambos operam com uma separação entre língua e sujeito.

Ao manter esta separação, embora a aplicação desta pedagogia de base sociolinguística tente remediar a exclusão da individualidade que é promovida de modo claro pelo ensino tradicional que defende um ideal de língua una, ela na verdade a sustenta, pois se por um lado há a indicação de uma situação para a diversidade e individualidade, que é a fala, há também um lugar para a norma gramatical, para a padronização, que é a escrita, sustentando, por esta razão, a ideia de língua una.

Deste modo, a aplicação deste método, supostamente sociolinguístico, tenta incluir sem acabar com a exclusão, o que, evidentemente, não é possível. Restando a estas políticas o argumento de que sejam uma melhor forma de ensino da norma padrão, por tratarem de maneira diferente a questão do “fracasso escolar”.

#### **1.4 A Língua de Cabide**

Neste tópico pretendo questionar de modo mais específico alguns aspectos que se referem à aplicação do método de ensino de língua em uma abordagem sociolinguística, principalmente em relação a uma postura que defende a possibilidade de escolha linguística, atrelada a ideia de variante, por

parte do falante, o que usarei como sustentação para a definição do conceito “Língua de Cabide”, criado por mim na presente dissertação.

Como já foi mostrado anteriormente, enquanto o ensino tradicional de língua propõe a norma padrão como única forma para a comunicação, o ensino de base sociolinguística apresenta além da norma a possibilidade do uso de suas variantes, o que, em princípio, transformaria drasticamente todo o trabalho dos professores de língua portuguesa, pois, ao invés de determinar como correto o que é gramatical e errado os desvios à regra, sua função agora seria a de afirmar a diversidade da língua portuguesa e a possibilidade de seu uso, encerrando, assim, a ditadura da forma gramatical. Deste modo, os professores deveriam valorizar o conhecimento empírico de alunos que já “adquiriram” uma variante do português ao longo de suas vidas.

No entanto, o que acontece é que em nenhum momento a gramática deixa de ser ensinada, somente havendo uma mudança no modo como ela é trabalhada. Desta maneira, a orientação agora é que os professores associem a variante mais familiar ao aluno no auxílio do ensino da norma culta. A ideia é que este seja um meio para amortizar o impacto negativo, preconceituoso, que o ensino tradicional causa ao tratar o desvio como erro, ao mesmo tempo em que faz do estudo de língua algo mais próximo da realidade do aluno. É por isso que o livro didático antes nacional é substituído por outro com características regionais. Em ambos há o ensino da norma culta, mas os textos, as imagens e outros aspectos procuram refletir o cotidiano do estudante, o que tornaria o ensino de língua portuguesa algo mais palatável.

Por outro lado, ao ser uma tentativa de suavização do ensino da norma padrão, este método mostra que há um reconhecimento imaginário das variantes, como afirma Orlandi (2007), quando só uma língua é reconhecida institucionalmente, configurando a norma culta como forma dominante.

A própria nomenclatura adotada pela sociolinguística denuncia isso, pois se uma é a norma, as outras são somente variações, revelando o falso reconhecimento da diversidade linguística, sendo na materialidade da língua a norma culta a única forma institucionalizada pelo Estado, quando esta é a forma cobrada em concursos públicos, vestibulares e em documentos oficiais de toda espécie, o que torna o método sociolinguístico uma proposta contraditória.

Um indício da controvérsia deste método pode ser visto na evasão escolar de índios em uma aldeia da reserva de Itacu em Braúna-SP. De acordo com Mantovanelli (2011), pouco mais da metade dos índios da aldeia, em idade escolar, preferem deixar a aldeia e viajar 70 km todos os dias até a cidade para estudar em uma escola regular. Segundo a pesquisadora, eles alegam esta preferência, principalmente, por causa do ensino de língua portuguesa. Nas escolas indígenas ele é associado ao ensino de sua língua materna, o que para eles faz deste um ensino menos eficiente que o da escola regular onde é estudado só o português. Esta preocupação é gerada por uma necessidade de se conhecer o português para inserção na vida fora da aldeia, como no vestibular, em que a cota para índios nas universidades federais tem aumentado o interesse dos indígenas pelo ensino superior.

Outro episódio curioso sobre este tema foi a recente polêmica promovida por veículos midiáticos, como a revista VEJA<sup>11</sup> e o site UOL<sup>12</sup>, a respeito do material didático adotado pelo MEC. A crítica era sobre o uso de livros que supostamente ensinavam o aluno a falar errado, material este que ficou popularmente conhecido como “cartilha do Lula”. Embora seja uma visão estereotipada, de senso comum, ela revela uma cobrança da sociedade em relação a quem não faz uso da norma culta.

Por outro lado, esta cobrança não é só da sociedade, mas também das instituições governamentais, quando não há um concurso público ou exame para o ingresso em universidades ou escolas técnicas que reconheçam como correto para a avaliação o uso de uma forma que não seja a padrão.

Assim, se de um lado o governo aparenta combater modo tradicional de se pensar a língua, quando propõe uma maior abertura na diversidade linguística ao incentivar práticas pedagógicas de caráter sociolinguístico, do outro faz necessário o domínio da norma padrão.

A parte esta questão, resta ainda há possibilidade do método sociolinguístico como um modo melhor de ensino da norma culta, o que acredito ser também um equívoco por este se apoiar em um conceito de variante linguística. Nele a língua é tratada como uma questão de escolha do sujeito, como se ela ficasse guardada em algum lugar pronta a qualquer momento para o uso, como afirma Bechara (2000). Ele compara a língua

---

<sup>11</sup>Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/mec-nao-recolhera-livro-que-incentiva-aluno-a-falar-errado>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2012.

<sup>12</sup>Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/915795-livro-distribuido-pelo-mec-defende-errar-concordancia.shtml>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2012.

portuguesa a uma vestimenta, que, dependendo da ocasião, pode ou não ser adequada. Para Bechara (2000):<sup>13</sup>

Se você for a um happy hour com seus amigos, todos de roupa esporte, e você for o único do encontro trajando terno, não irá se sentir adequado. É a mesma coisa. Ensinar que 'vou ao banheiro' está correto e 'vou no banheiro', errado, é bobagem. As duas estão corretas, depende apenas da ocasião em que a expressão for usada. Para um amigo, você pode começar uma carta com 'me', para um chefe, pedindo aumento de salário, não. Tudo é uma questão da ocasião.

Por este método ter como característica a ideia de língua como um objeto que permanece guardado esperando um momento oportuno para seu uso é que o chamo de “pedagogia de língua de cabide”, pois, como afirma Bechara (*idem*), igual a roupas no armário, há a ideia de que o sujeito deva guardar diversas formas da língua para usar cada uma no lugar correto. Deste modo, quando estiver em um jogo de futebol o sujeito deve “vestir” uma forma coloquial, já no vestibular a norma padrão. Com isto, mesmo sendo uma tentativa de reconhecimento e legitimação da diversidade linguística, a pedagogia sociolinguística, quando aplica o conceito de variante, apaga todo processo histórico que incide na constituição discursiva do falante.

Payer (2007) trata desta questão ao mostrar a dificuldade de aprendizagem da língua nacional (língua oficial) na escola por esta estar em relação de conflito com a língua materna de alunos que mantêm contato com familiares que fazem uso de uma língua estrangeira. Em seu trabalho a autora tem como tema a constituição discursiva do sujeito brasileiro em relação com as línguas presentes em sua história. Sua análise aborda mais especificamente os sujeitos provenientes da imigração no início do Brasil República.

---

<sup>13</sup>Disponível em: < [http://www2.uol.com.br/JC/2000/1912/cc1912\\_2.htm](http://www2.uol.com.br/JC/2000/1912/cc1912_2.htm)>. Acesso em: 7 de Janeiro de 2012

Neste período, houve um processo de nacionalização de imigrantes pela promoção da língua portuguesa e silenciamento de línguas estrangeiras no Brasil, quando de 1930 a 1940, período marcado por eventos que desencadeiam a segunda guerra mundial, o Estado Novo chegou a proibir juridicamente línguas estrangeiras em território nacional. No entanto, como apresenta Payer (*idem*), mesmo com este silenciamento, ficaram traços da língua apagada, língua de origem, que se apresentam no português, língua nacional.

Em seu texto há a descrição de alguns traços morfológicos que demonstram como a língua materna permanece na memória discursiva do sujeito.

Ela constatou que *puerinho* (garotinho), palavra que aparece em comunidades onde há descendentes de italiano, é uma mistura de “puer”, garoto em latim, e o sufixo “inho”, que é o diminutivo em português. Outra relação descrita pela autora nestas comunidades é entre um termo do português e outro do italiano para formação da palavra “cinzolento”, substituindo as palavras cinza ou cinzento. O elemento “ol” acrescentado à palavra portuguesa “cinza” vem de outras palavras do italiano, comuns na região estudada, como “esbrigolar”, esbegolar, brontolar, entre outras. O uso do “ol” nestes casos serve para criar um efeito lúdico na palavra.

Estes são só dois exemplos ilustrativos para mostrar como a memória da língua é materializada no discurso, não sendo possível, portanto, pensar em uma linha divisória que faça uma separação cartesiana tendo de um lado a

língua oficial e do outro a língua materna, como pretende a pedagogia de língua de cabide. Para Payer (2007, p.116):

Desse modo, podemos notar que a língua dos imigrantes, apagada discursivamente na história por sua tensão com a língua nacional, tem um funcionamento discursivo do familiar, do grupal, do "cultural" (embora não somente), e guarda, portanto, um lugar significativo na constituição do sujeito de linguagem, como língua "apagada" mesmo, e é a partir deste lugar que ela produz efeitos de sentido.

Desta maneira, mesmo quando o Estado tenta regular a presença de línguas, determinando uma como oficial e proibindo outras, como no caso analisado por Payer (*ibidem*), não é eliminado o funcionamento da língua materna que há na constituição discursiva do sujeito, mesmo sendo verdade que este tipo de medida política também crie uma memória que irá constituir este sujeito, do modo como a língua materna o constitui. Por isso, esta relação nunca se realizará em secções, mas numa permeabilidade entre as línguas que constituem o sujeito no discurso.

### **1.5 A Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST)<sup>14</sup>**

É desnecessária hoje uma explicação sobre o que é um vestibular, por outro lado nem todos sabem que sua história, desde sua origem, sempre esteve vinculada a demandas sociais do país.

Os exames de admissão para universidade vieram em 1911, implementados pelo então ministro da Justiça e de Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Corrêa, no decreto lei n.11530. O motivo era criar um modo para preencher as vagas ociosas dos cursos superiores, já que neste período só os alunos de colégios tradicionais, como o D. Pedro II no Rio de Janeiro, tinham direito à vaga. Neste momento, os vestibulandos faziam uma prova em que era estipulada uma nota mínima para o ingresso na

---

<sup>14</sup> Segundo Motoyama (2007).

universidade. Mas o que era uma solução logo se tornou um problema, pois o número de alunos que obtinham nota para aprovação era maior que o número de vagas. Assim, por pressão popular, o vestibular passou a ser classificatório.

Quanto ao formato da prova, embora todos os alunos viessem do segundo grau, não havia no país nenhum vestibular que fosse comum a todos os estudantes, com cada curso, ou área de conhecimento, definindo sua própria prova. Estas divisões nos exames acabaram por gerar certa especialização, sendo até mesmo cobrado dos alunos conhecimento de parte do conteúdo do primeiro ano de faculdade. Este modelo de vestibular incomodava a Universidade de São Paulo (USP), o que afirmou Franco Maria Lajolo, ex vice-reitor da USP: “Havia uma especialização precoce dos alunos, o ensino médio estava sendo distorcido” (*Jornal da Tarde*, 26/11/2006). Por isso, era desejada a criação de um exame unificado em que todos os vestibulandos fariam uma mesma prova.

Por esta motivação, em 1975, a USP unifica o programa de vestibular para todas as áreas e no ano seguinte cria a FUVEST que aplica um exame em duas fases: a 1ª com testes e a 2ª com questões dissertativas e prova de redação, extinguindo os vestibulares por área.

É criado assim o primeiro vestibular unificado do país, em que todos fariam provas iguais, independentemente da carreira que seguissem.

Em afinidade com esta proposta, foi construída uma prova de língua portuguesa pautada em uma postura que, teoricamente, relativizava a centralidade da norma culta no exame. Deste modo, procurou-se a realização de um vestibular mais linguístico e menos gramatical, afinal, como haveria uma

prova comum a todos, não existia mais a necessidade da especificidade de outrora, quando alunos da área de humanas deveriam apresentar, em princípio, maior conhecimento de língua portuguesa que alunos de outras áreas.

Além disso, acontecia no início dos anos 70 um movimento pedagógico, apoiado por instituições educacionais como o MEC, que buscava mudanças no modo de se ensinar língua portuguesa nas escolas. Uma destas mudanças dizia respeito a uma alteração do nome atribuído à disciplina responsável pelo ensino da língua materna e sua literatura, nome que já havia passado por várias mudanças ao longo dos anos. Até o final dos anos 60 o nome usado era “Português”, sendo que seu ensino, segundo Venturi e Gatti (2004), era direcionado ao ensino da norma culta e da literatura considerada clássica da Língua Portuguesa. No entanto, a proposta de mudança, implementada pela Lei nº 5692/71, alterou o nome e as diretrizes para o ensino de língua materna e literatura no país. O então “Português” passou a ser denominado “Comunicação e Expressão”, nas quatro primeiras séries do primeiro grau; “Comunicação em Língua Portuguesa”, nos quatro últimos anos do primeiro grau e “Língua Portuguesa e Literatura Brasileira” no segundo grau. Conforme publicado no Diário Oficial da União, Brasil (1971):

O cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes (comunicação) e a manifestação harmônica de sua personalidade nos aspectos físico, psíquico e espiritual (expressão), sem deixar de ressaltar a importância da língua portuguesa como expressão da cultura brasileira.

Percebe-se que a Lei tentou não limitar o ensino de língua ao ensino de gramática e literatura clássica, mas também como um meio de comunicação e expressão dos falantes e da cultura brasileira. Segundo Pereira (2008, p.9) há também, a partir desta lei, um reconhecimento da linguagem oral:

A disciplina Língua Portuguesa ficava na área de Comunicação e Expressão, privilegiando em seu currículo a leitura de textos variados: científicos, de jornais, revistas em quadrinhos, propagandas. Cabe destacar que o conceito de “leitura” foi, assim, ampliado e a linguagem oral, antes valorizada para o exercício da oratória e que fora esquecida nas aulas de Português, voltou a ser valorizada, só que, desta vez, como instrumento de comunicação.

É neste momento de efervescência que nasce o vestibular da FUVEST, não por acaso a primeira prova realizada pela instituição, vestibular 1977, adota o nome “Comunicação e Expressão” para a parte do exame que se refere ao conteúdo de língua materna e sua literatura. Curiosamente, para as demais disciplinas houve também mudanças em seus nomes tradicionais, numa tentativa de agrupá-las em grandes áreas de conhecimento.

Pensados estes aspectos, não parece estranho que a prova tenha adotado uma perspectiva de ensino sociolinguística, afinal, por ser uma prova que procura reconhecer a variedade linguística na língua, ela atenderia a demanda por um vestibular menos específico e corresponderia à nova proposta de ensino de língua, não limitando, em princípio, o ensino de língua à gramática.

Todavia, como há uma forte argumentação teórica de questionamento sobre a eficácia deste método de ensino naquilo que ele se propõe, creio que seja necessário um estudo do texto, exame, para um maior conhecimento do efetivo funcionamento desta postura na prova, o que irei me dedicar nesta dissertação. Mas antes gostaria de comentar a importância do sentido em um estudo das palavras.

Ainda sobre este tópico, vale ressaltar que ao longo de seus trinta e cinco anos o exame da FUVEST passou por uma série de mudanças, entre elas a de não realizar a mesma prova para todas as áreas, por outro lado, a

prova de Língua Portuguesa, objeto de estudo deste trabalho, manteve-se igual para todos, sempre.

# **Capítulo 2:**

## **A Designação e o Político na Língua**

## 2.1 Língua e Referência

Proponho agora uma breve explicação sobre meu posicionamento teórico como semanticista.

Ferdinand Saussure (1995) coloca o sentido das palavras em segundo plano em um estudo para o entendimento do funcionamento da língua, sua estrutura. Nesta perspectiva, não importa a referência particularizada pela palavra para um estudo das universais linguísticas. Assim, não é necessário saber ao que se refere a palavra “gato”, por exemplo. Só é preciso saber qual é papel deste signo na língua. A clássica analogia entre língua e o jogo de xadrez, apresentada no *CLG*, evidencia esta ideia na medida em que numa partida não importa qual é o material das peças, madeira ou vidro, mas a possibilidade de seus movimentos no jogo, sendo na língua o sentido das palavras análogo ao material das peças, quando ambos são externos às regras internas destes sistemas. Com isto, esta teoria faz um recorte entre a língua e referência.

É por esta razão que mesmo propondo a possibilidade de uma ciência dedicada somente ao estudo dos sentidos, Saussure (*idem*) acredita que esta não seria em princípio um ramo da linguística. Deste modo, é afirmado no *CLG* o estudo dos sentidos em um aspecto apenas referencial.

É importante destacar que esta postura sustenta toda ideia de signo apresentada nesta obra, quando o significado seria uma decisão arbitrária aceita por uma coletividade e não algo específico da língua. Logo, o sentido de “gato” substantivo ou “gato” adjetivo seria fruto de uma convenção, enquanto

as funções que uma palavra pode assumir seriam algo próprio de regras internas da língua.

Durante muito tempo este tipo de recorte entre língua e referência direcionou o estudo do semanticista a um estudo exclusivo do sentido em um aspecto puramente referencial, sugerindo a busca de sentidos em vocábulos fora de uma situação enunciativa.

No entanto, mesmo reconhecendo a importância de um estudo feito nesta perspectiva, para esta análise, será adotada uma posição que se filia a um olhar intermediário que pensa a questão referencial, igual a todo estudo semântico, mas que ao mesmo tempo não nega o fato linguístico como pertinente ao estudo do sentido. Com isto, pretendo indicar elementos linguísticos que são determinantes para a significação mesmo sendo a referência de uma palavra externa à língua. Desta maneira, quero deixar claro que há algo no funcionamento dos vocábulos que vai além da convenção sugerida por Saussure (*ibidem*), ou seja, há algo no enunciado que interfere no modo como a palavra particulariza a realidade.

Vejamos um exemplo simples de dois enunciados.

- |                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>(a) “Cresceu neste mês a venda de <b>discos</b> e <b>CDs</b>”.</p> <p>(b) “Neste mês a venda de <b>CDs</b> já supera a de <b>discos</b>”.</p> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Embora as duas palavras em destaque possuam as mesmas referências nos dois enunciados, a relação entre elas muda em cada um. No primeiro “discos” e “CDs” não têm uma relação de oposição, como ocorre no segundo, quando o CD é apresentado como mídia sucessora do disco. Isto acontece porque o modo como uma referência é particularizada pela palavra é

dependente do texto ou enunciado a que ela pertence. Notamos, desta maneira, a possibilidade de palavras iguais em textos diferentes terem significações diversas. O que acontece pelo fato delas estabelecerem relações de sentido entre si.

É com base nesta ideia que Guimarães (2007) faz uma divisão entre referência e designação, quando referência é o que a palavra particulariza no mundo e a designação é o modo como é feita esta particularização. Nesta direção, ele aponta que para chegarmos ao significado de uma palavra é necessário entender como ela significa em um enunciado e como este também significa enquanto enunciado de um texto. Logo, o sentido do enunciado e o da palavra se dão por eles se integrarem numa unidade maior. Deste modo, Guimarães (*idem*) indica como decisivo para o sentido o texto ao qual uma palavra pertence, pois só é possível entender a designação de uma palavra, que é o modo como um vocábulo particulariza uma referência, na sua relação com outras palavras que pertencem a uma mesma unidade textual.

Com este posicionamento é questionado o sentido estabilizado das palavras, embora seja verdade, como afirma Guimarães (*ibidem*), que elas aconteçam sob um efeito de estabilidade. Portanto, para se entender a significação de um vocábulo não basta buscarmos apenas a referência, sendo necessário entender a designação das palavras, o que só pode ser feito quando procuramos enxergar o processo enunciativo onde elas acontecem.

Por isso, o modo como uma palavra recorta a realidade é determinado pela língua, por ela significar em um texto e não isoladamente. Desta maneira, a independência de palavras e enunciados em um texto é relativa, quando

mesmo possuindo uma referência singular, o modo como ela é significada depende de sua relação com os outros elementos da unidade, sendo a significação de uma palavra realizada na articulação entre enunciados de um mesmo texto.

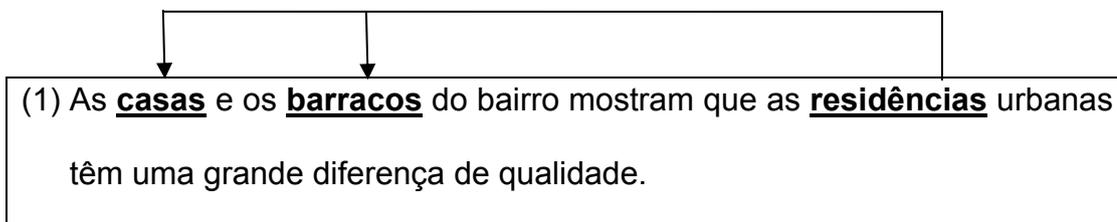
Por este caminho, Guimarães (ibidem) coloca a significação como algo próprio das relações de linguagem, diferente do proposto por Saussure. Assim, é pelo fato de uma palavra não ser completamente independente de outra no texto que há a possibilidade de uma palavra em uma enunciação X ter designação diversa em Y, ficando claro que a unidade textual determina o modo como a palavra expõe sua referência. Por isso, para se conhecer o sentido, é preciso saber qual é a relação destas palavras no enunciado e o que determina a designação delas para acontecer esta relação.

Vejamos dois exemplos apresentados por Guimarães:

- |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>(1) As <b><u>casas</u></b> e os <b><u>barracos</u></b> do bairro mostram que as <b><u>residências</u></b> urbanas têm uma grande diferença de qualidade.</p> <p>(2) As <b><u>residências</u></b> do bairro se destacavam dos <b><u>barracos</u></b> que ficavam no morro, ao longe. Os moradores de umas e outros raramente se encontravam.</p> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Para tentar entender a significação das palavras em destaque não basta adotarmos o ponto de vista referencial, ou seja, tentar enxergar apenas os objetos particularizados por elas, pensando as mesmas isoladamente e deixando de lado a relação delas no enunciado, afinal, como já foi apresentado, saber o referente de “casa”, “barraco” e “residências” é diferente da designação

destas palavras. Prova disto é que no primeiro enunciado “barracos” e “casas” possuem uma relação de sinonímia. Isto acontece porque “residências” está determinando o sentido destas duas palavras.



Já no enunciado (2) há uma relação de antonímia entre “residências” e “barracos”, quando este vocábulo não é mais determinado pelo primeiro como em (1). Portanto, embora o referente seja o mesmo nos dois enunciados, sua relação não é igual, mudando a designação destas palavras nas duas orações.

Isto só se realiza porque a significação está no texto, na relação entre palavras e não em um sentido que só acontece fora da língua. Fosse assim, as palavras teriam seu sentido independente da unidade a qual fazem parte. Sua significação seria, como prevê o *CLG*, uma relação arbitrária entre significado e significante, sendo desnecessário saber o modo como ela acontece na enunciação. Todavia, como afirma Guimarães, o que garante o sentido de uma palavra é a possibilidade dela se relacionar com outras, sendo que o sentido só pode ser construído por esta possibilidade de relação. Para Guimarães (2007, p.82) “a questão que interessa observar ainda é que só é possível particularizar, referir, porque as palavras designam, assim como no processo constante da enunciação, a cada vez que se refere, produzem-se designações”.

É com este enfoque que pretendo estudar a designação de língua portuguesa no vestibular FUVEST, utilizando principalmente como instrumento de análise o domínio semântico de determinação (DSD), dispositivo criado por Guimarães (2007), sendo DSD o sentido construído na relação entre as palavras em um processo enunciativo que é constituído na temporalidade de um acontecimento. Desta maneira, encontrar o DSD de uma palavra é saber a sua significação em um texto. Para isso é preciso avaliar como a palavra é determinada na enunciação, assim, compreendendo a maneira como ela se liga com outras palavras de um mesmo texto.

Para auxílio da leitura da análise no capítulo seguinte, apresento brevemente o método de escrita proposto por Guimarães (*idem*) para representação do DSD em análises.

Por meio de sinais específicos é demonstrada a relação de vocábulos. São eles:  $\vdash$  ou  $\dashv$  ou  $\perp$  ou  $\top$  significando que um termo determina outro. Por exemplo,  $y \vdash x$  ou  $x \dashv y$  significa que  $x$  determina  $y$ . Os outros sinais são os de sinonímia e antonímia, assim representados;  $x \text{ — } y$ , relação de sinonímia,  $x/y$ , relação de antonímia.

Por exemplo, no enunciado (1) as palavras “barracos” e “casas”, que são determinadas por “residências”, apresentam a seguinte marcação por sua relação:

Barracos $\vdash$ Residências $\dashv$ Casas
----------------------------------------------

Já no enunciado (2) quando há uma oposição, antonímia, entre “residências” e “barracos” a representação gráfica ocorre desta maneira:

Residências
Barracos

Do mesmo modo, usando estes sinais, irei identificar quais são os pontos que ligam as palavras dentro do exame de língua portuguesa do vestibular FUVEST, numa relação que pode ocorrer dentro de um mesmo texto, prova da primeira fase de 1977, por exemplo, como também na possibilidade de relação entre palavras de textos diferentes, vestibular 1977 com o de 2006, mediante ao que afirma Guimarães (2007, p.87): *“O processo de reescrituração liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e mesmo pontos de um texto com pontos de outro texto”*.

Sendo a reescrituração um dos procedimentos de ligação entre as palavras no texto, quando um vocábulo ou expressão é redita repetidas vezes no texto para, deste modo, ser interpretada como sendo diferente de si, como o que é feito na oração (1) em que “residências” reescreve “casas” e “barracos” por totalização.

Percebemos, assim, como a reescrituração liga pontos do texto com outros da mesma unidade. Logo, estes modos de redizer o dito deixam clara a possibilidade de haver novas realizações de sentidos dentro de um mesmo texto entre palavras que não apresentariam os mesmos quando vistas isoladamente. É desta maneira que palavras sem aparente relação podem ser colocadas em oposição ou em relação de igualdade.

O outro procedimento previsto por Guimarães para ligação de palavras é a articulação que trata das relações próprias às contiguidades locais, quando

certos vocábulos se afetam sem propriamente se redizerem. É o que acontece nas relações de predicação/referência e relações argumentativas, por exemplo.

Por esta abordagem, em uma análise do corpus, tentarei demonstrar como a significação de um vocábulo incide na significação de outro por seus enunciados fazerem parte de uma unidade maior, gerando um funcionamento que não é visto na transparência da língua, também mostrando que à linguagem não cabe apenas o papel de se indicar uma referência, mas de significá-la em um texto.

## 2.2 O Político na Língua

Começo este tópico com um questionamento sobre aquilo que se refere a um tratamento do sujeito como fonte do dizer, tal como é proposto pela sociolinguística aplicada ao ensino, por afirmar a possibilidade de escolha de variedade ao bel prazer do locutor. Nesta perspectiva, como propôs Benveniste (2006), o sujeito é visto como quem determina o tempo da enunciação, seu passado, presente e futuro, remetendo este a uma centralidade no discurso.

Contrariando esta ideia, Guimarães (*idem*) aponta a enunciação para uma materialidade histórica do real, quando o falante não enuncia enquanto um ser físico, mas enquanto um ser afetado pelo simbólico, quando é o acontecimento que instaura a temporalidade da enunciação, sendo que esta noção de acontecimento não deve ser confundida com o contexto, situação, mas na constituição entre língua e sujeito que colocam esta em funcionamento. Guimarães (2005, p.11) considera que:

(...) algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um

antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença.

Logo, esta temporalidade se configura por um presente que, necessariamente, abre em si uma latência de futuro, quando estes dois só significam pelo fato do acontecimento recortar um passado como memorável. Segundo Guimarães (2005, p.12):

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.

Deste modo, existe uma disparidade entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo locutor, sendo que este não pode acessar aquilo que enuncia.

É nesta perspectiva que Guimarães irá adotar um conceito específico da análise de discurso ao afirmar a possibilidade de sujeito pelo fato deste falar de uma região do interdiscurso. Assim, este sujeito é afetado por uma memória de sentidos, memória esta que é estruturada pelo esquecimento, como afirma Orlandi (2000). Com isto, o sujeito não pode falar como fonte de dizer, embora ele tenha que se representar assim, pois não fala no presente cronológico, mas em um memorável recortado pelo próprio acontecimento, que é um passado diferente do passado cronológico, do qual ele não tem controle. Com isto, o sujeito só é sujeito por falar predicado por um lugar social, ao mesmo tempo em que, estruturado pelo esquecimento, representa-se como fonte do dizer. O que metodologicamente é dividido entre *Locutor*, com letra maiúscula, para representar o sujeito como fonte do dizer, e *locutor-x*, quando *x* corresponde a um lugar social.

Esta divisão que constitui o sujeito na enunciação mostra como o sentido pode escapar a uma linearidade, a uma singularidade estática, abrindo acontecimentos onde enunciados apresentem sentido divergente entre o que é visto na transparência da língua, sujeito como fonte de dizer, e aquilo que é exposto no real da mesma, a predicação que ocorre por conta de sua posição na enunciação a partir de uma materialidade histórica.

É neste sentido, na disparidade do lugar de dizer, que penso a relevância do entendimento do político, na concepção de Guimarães, para se conhecer o funcionamento do exame de Língua Portuguesa do vestibular FUVEST.

Rancière (1996), ao explicar como a política funciona na linguagem, mostrou a diferença entre práticas que aparentemente são políticas, mas que na realidade funcionam como um policiamento da sociedade, quando silenciam alguma desigualdade, e aquelas que são verdadeiramente políticas por incluir os que antes eram excluídos. Para isso, apresentou como exemplo de medida política, nestes termos, o direito a jornada de oito horas de trabalho conquistada pelos trabalhadores no início do século XIX, pelo fato deste direito se estender a todas as pessoas de uma classe social, acabando com uma divisão que antes existia. Já uma medida que aparenta ser política, mas que funciona como polícia, seria um aumento salarial dado a somente uma parte dos trabalhadores, como um aumento aos bancários, por exemplo. Afinal, o que aparentemente só seria uma conquista dos bancários, por outro lado gera uma desigualdade entre trabalhadores, desestabilizando esta classe social frente outra que é a dos patrões. Percebe-se, assim, que a necessidade de um aumento a todos os trabalhadores foi silenciada. Portanto, há nesta cena duas posições sociais.

Uma que procura silenciar a desigualdade e outra que é de afirmação do pertencimento.

Com base nesta ideia de política, Guimarães (2005) formulou seu conceito de Político, mas para ele este não seria nem um dizer normativo que sustenta uma desigualdade, nem a afirmação de pertencimento de quem é excluído, mas a contradição que há entre esses dizeres. Para Guimarães (2005, p.16):

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabeleça (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. Esta concepção nos leva a algumas considerações aparentemente contraditórias em princípio. O Político está assim sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui. De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade.

Logo, esta concepção de político corrobora a negação do falante como origem do discurso, como pessoa na atividade físico-fisiológica do ato de falar, afirmando a existência de uma deontologia<sup>15</sup> que organiza e distribui papéis sociais. Por esta razão, para Guimarães, os falantes são sujeitos da língua por serem constituídos em espaços de línguas e falantes a que ele chama de espaço de enunciação, sendo este o lugar em que as línguas e sujeitos se dividem, se redividem, numa disputa constante. Como exemplo, podemos entender que hoje escrever um texto científico em qualquer idioma que não seja o inglês, principalmente se o tema aborda tecnologia, é afirmar o pertencimento

---

<sup>15</sup> Deontologia para Guimarães (2005) é uma especificação da distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento, assim deve ser compreendida como uma obrigatoriedade do sujeito em falar mediante uma relação social.

de outra língua em um espaço enunciativo em que esta língua é a normatividade.

É com esta concepção de político que irei observar o funcionamento do vestibular FUVEST, tanto no que se refere ao questionamento da aplicação de uma teoria linguística que centraliza o sujeito, como no auxílio à observação do espaço enunciativo em que acontece o vestibular.

# **Capítulo 3:**

Os sentidos de Língua Portuguesa  
na FUVEST

### 3.1 Prova 1977 – Comunicação e Expressão

Por pensar que à linguagem não cabe só o papel de indicar, conforme um posicionamento ligado ao referencialismo que é pautado em uma visão transparente da língua, é que me proponho a observar os sentidos de língua portuguesa no vestibular. Assim, acredito que, ao operar com uma proposta de troca na nomenclatura, a tentativa de uma proposta de base sociolinguística de ensino, aplicada ao vestibular em questão, desconsidera a configuração enunciativa do exame, logo não levando em conta que as coisas são referidas enquanto significadas, as pensando tão somente como existentes, diferente do que é indicado por Guimarães (2005, p.10):

(...) a partir do fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes, podemos considerar que é possível referir porque as coisas são significadas e não simplesmente existentes. Podemos referir algo como a palavra *pedra* porque a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los. E é isso que torna possível a referência a um ser particular entre os seres identificados.

Para sustentar a relevância deste posicionamento, começo com uma análise do vestibular de 1977<sup>16</sup>, primeira fase. Nela tentarei avaliar como “Comunicação e Expressão” (título que se refere às questões de língua portuguesa no vestibular) é significado em sua reescritura por palavras encontradas nos enunciados da prova, deste modo, entendendo que a prova reescreve seu título o especificando por expansão. Em seguida, adotarei o mesmo procedimento em uma análise da primeira fase de 2006, buscando a significação de “Português”, título do exame deste ano.

---

<sup>16</sup> O ano que determina o vestibular não é o de quando são realizadas suas provas, mas o ano de ingresso dos aprovados. Deste modo, por ser realizado no final de ano, o processo seletivo se inicia no ano anterior ao seu término. Logo, a prova de 1977 começou em 1976.

A ideia é observar como “língua portuguesa” é significada nestes dois exames, tanto na prova que a reescreve por “Português”, quanto na que tem como título “Comunicação e Expressão”.

Vejamos, então, a primeira questão<sup>17</sup> da prova de “Comunicação e Expressão” do vestibular de 1977:

### QUESTÃO 2/77

#### COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

QUESTÕES 2 a 4

LEIA COM ATENÇÃO:

“Quando os jornais anunciaram para o dia 10 deste mês uma parede de açougueiros, a sensação que tive foi mui diversa da de todos os meus concidadãos. Vós ficastes aterrados; eu agradei o acontecimento ao céu. Boa ocasião para converter esta cidade ao vegetarianismo.

Não sei se sabem que eu era carnívoro por educação e vegetariano por princípio. Criaram-me a carne, mais carne, ainda carne, sempre carne. Quando cheguei ao uso da razão e organizei o meu código de princípios, incluí nele o vegetarianismo; mas era tarde para a execução. Fiquei carnívoro. Era a sorte humana; foi a minha. Certo, a arte disfarça a hediondez da matéria. O cozinheiro corrige o talho. Pelo que respeita ao boi, a ausência do vulto inteiro faz esquecer que a gente come um pedaço do animal. Não importa, o homem é carnívoro. Deus, ao contrário, é vegetariano. Para mim a questão do paraíso terrestre explica-se clara e singelamente pelo vegetarianismo. Deus criou o homem para os vegetais, e os vegetais para o homem; fez o paraíso cheio de amores e frutos, e pôs o homem nele.” (Machado de Assis)

2. Segundo o texto, a população ficou aterrorizada porque:
- o autor queria convertê-la ao vegetarianismo;
  - a parede poderia alastrar-se e vir a prejudicar o abastecimento geral da cidade;
  - a Teologia condenava o uso da carne; Deus é vegetariano;
  - os jornais incentivavam a prática do vegetarianismo;
  - sabia que a carne iria faltar.

Inicialmente nos deparamos com uma questão que remete a uma interpretação de texto. Como o conteúdo da prova é sobre a língua portuguesa e sua literatura, podemos entender que “Machado de Assis<sup>18</sup>” está predicando “o texto”, que é uma reescrita de “Quando os jornais anunciaram...” em procedi-

<sup>17</sup> A primeira questão desta prova não foi propriamente uma questão, quando os vestibulandos deveriam preencher o espaço a qual correspondia seu tipo de prova. Ver Anexo 1.

<sup>18</sup> Machado de Assis (-), escritor realista do século XIX considerado o fundador do Realismo no Brasil.



### QUESTÃO 3/77

3. Do texto ainda se pode deduzir que:

- a) a arte dos cozinheiros facilita ao homem ser carnívoro;
- b) o autor considerá-se homem de sorte por ser carnívoro;
- c) o uso da razão não aconselhava ao autor alimentar-se de vegetais;
- d) o autor preferia o vegetarianismo por uma razão estética;
- e) os vegetais são o principal alimento do homem.

Semelhante à questão 2, trata-se de uma questão de interpretação textual em que o aluno deverá apontar a única questão passível de interpretação segundo o texto de Machado. Para encontrar a resposta correta o aluno deveria observar que o trecho “a arte do cozinheiro faz esquecer a hediondez da matéria” incentiva os seres humanos a comer carne, o que corresponde à alternativa (a).

Quanto a sua relação com demais elementos do texto, permanece a mesma relação que a questão anterior, em que “Machado de Assis” predica “texto” que é reescrito neste enunciado por repetição, também determinando por especificação “Comunicação e Expressão”.

### QUESTÃO 4/77

4. Em “Criaram-me a carne...” , o termo sublinhado pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- a) para a;
- b) a maneira de;
- c) com;
- d) segundo a;
- e) conforme a.

Nesta questão, “Criaram-me a carne...” reescreve “texto” em procedimento de especificação por condensação, sendo “o termo sublinhado” uma reescrita de “a” em procedimento de especificação por definição.

É interessante observar que no enunciado, ao invés de se usar “palavra”, houve uma predileção pelo uso de “termo”, que, neste contexto, é de a-

cordo com a definição do dicionário Aurélio<sup>21</sup>: “o elemento que confere o aspecto gramatical ao semantema, relacionando-o na oração e delimitando sua função e seu significado”. Ou seja, neste enunciado de uma prova de língua portuguesa, “termo” recorta a memória da norma gramatical e também a lexicografia. E, deste modo, a palavra “termo” determina “a” por um procedimento de especificação como elemento gramatical, enquanto “a” determina “Comunicação e Expressão” por este aspecto, semelhante ao que ocorre nas duas questões anteriores. Mas enquanto nestas havia a especificação do sentido de “Comunicação e Expressão” determinado pela literatura tradicional da língua portuguesa, por se referir à compreensão de um texto de Machado de Assis, na questão 4 a relação que se dá entre “a” e “Comunicação e Expressão” revela um direcionamento à gramática normativa, mesmo que este fato esteja sendo relativizado pela ausência de uma nomenclatura explicitamente gramatical e por uma resposta mediada pelo sentido, o que configura o seguinte DSD:

o termo sublinhado -  <u>a</u> -  Comunicação e Expressão
-----------------------------------------------------------

Até o momento foram analisadas somente três questões, mas já é curioso notar que há como referência do conteúdo da prova a gramática normativa e a literatura consagrada do português, estando este conteúdo muito próximo do que Gatti e Venturi (2004) apontam como o ensino de língua portuguesa nos anos 60.

---

<sup>21</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120 p.

A resposta correta pelo gabarito é a alternativa (c), pois a preposição “a” exerce a mesma função que em outras frases quando há o adjunto adverbial de meio, instrumento ou matéria. Exemplo: “O trem é movido a carvão”. (... movido com carvão).

No próximo exemplo, encontramos mais uma questão que tem como autor um escritor literário consagrado, o mineiro Carlos Drummond de Andrade<sup>22</sup>.

É importante observar que neste momento o vestibular não cobra uma lista que especifica as obras literárias que serão pedidas na prova, o que só irá acontecer 1988, quando a FUVEST seguiu uma inovação implementada pela UNICAMP<sup>23</sup> em 1987. Assim, em princípio, não há uma justificativa clara à predileção de autores renomados. Vejamos a seguir:

### QUESTÃO 5/77

QUESTÕES 5 a 7

LEIA COM ATENÇÃO:

Soneto da Perdida Esperança

"Perdi o bonde e a esperança.  
Volto pálido para a casa.  
A ris é inútil e nenhum auto  
passaria sobre meu corpo.

Vou subir a ladeira lenta  
em que os caminhos se fundem.  
Todos eles conduzem ao  
princípio do drama e da flora.

Não sei se estou sofrendo  
ou se é alguém que se diverte  
por que não? na noite escassa  
com um insolúvel flautim.  
Entretanto há muito tempo  
nós gritamos: sim! ao eterno."

(Carlos Drummond de Andrade)

5. Além do problema da solidão, o poema ainda sugere, predominantemente:

- a) irmanação com a natureza ausente;
- b) aversão por todos os seres que povoam a noite;
- c) o drama da passagem do tempo e a saudade da infância;
- d) a sensibilidade musical do poeta;
- e) ceticismo, quanto à possibilidade de solução.

<sup>22</sup> Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) participou do movimento modernista quando ainda era jovem, sendo considerado hoje um dos principais poetas do Brasil.

<sup>23</sup> Nos últimos anos UNICAMP e FUVEST têm adotado uma lista comum de livros obrigatórios.

Com relação ao DSD, temos “Carlos Drummond de Andrade” predicando “Soneto da Perdida Esperança” que é reescrito por “poema” em um procedimento de especificação por definição. Logo, “o poema” determina a expressão “Comunicação e Expressão” também a especificando pela literatura, semelhante ao que aconteceu com “texto”, predicado por “Machado de Assis”, configurando estas duas palavras em condição de sinonímia na prova, nos remetendo ao seguinte DSD:

Machado de Assis | o texto – o poema | Carlos Drummond de Andrade  
 ⊥  
 Comunicação e Expressão

A alternativa correta à questão é (e), pois o texto se refere ao drama existencial e ao ceticismo em relação à eficácia de qualquer sonho ou utopia, temas comuns à poética de Carlos Drummond.

### QUESTÃO 6/77

6. No poema, o autor utiliza-se da substantivação, como recurso estilístico, no verso:
- |       |        |
|-------|--------|
| a) 1; | d) 12; |
| b) 2; | e) 14. |
| c) 5; |        |

Na questão 6, encontramos “substantivação”, termo gramatical, predicado por “recursos estilísticos”, expressão literária. Enquanto “o autor” reescreve “Carlos Drummond de Andrade” em um procedimento de sinonímia por substituição, assim, predicando “poema” que é reescrito por “verso” em sinonímia por condensação. Desta maneira, o título da prova, “Comunicação e Expressão”, é especificado, nesta questão, tanto pelo aspecto literário, quanto gramatical,

quando além de “verso” e “poema” o determinarem, há um termo gramatical, que é também predicado por uma expressão literária.

o autor | poema- verso | Comunicação e Expressão | subst. | recursos estilísticos

A alternativa correta para a questão é (e), pois somente no último verso ocorre substantivação do adjetivo realizada na expressão “ao eterno”, quando o artigo “o” determina o adjetivo “eterno” em substantivo.

### QUESTÃO 7/77

7. Assinale a alternativa em que ambos os termos tenham, no texto acima, a mesma função sintática:

- |                        |                     |
|------------------------|---------------------|
| a) bonde - drama       | d) auto - flautim   |
| b) esperança - ladeira | e) inútil - escassa |
| c) rua - corpo         |                     |

Nesta questão, “termos”, que rediz “termo” da questão 3 em sinonímia por repetição, reescreve as alternativas em procedimento de especificação por definição, vindo este vocábulo acompanhado no enunciado pela expressão “função sintática” que o predica. Fazendo a análise de modo mais específico, temos “a alternativa” sendo determinada por “ambos os termos” em especificação por definição, sendo este predicado por “mesma função sintática”. Nos dois casos, há um memorável da norma gramatical, assim, especificando “Comunicação e Expressão”.

Também é curioso notar que neste enunciado “no texto acima” reescreve “o poema” em sinonímia por substituição, apagando o aspecto literário do objeto a ser interpretado.

função sintática  
 ⊥  
 termos – termo  
 ⊥  
 Comunicação e Expressão | no texto acima – poema

Para encontrar a resposta correta o aluno deveria saber que a função sintática de “esperança” e “ladeira” é determinada respectivamente pela transitividade dos verbos “perdi” e “subir”, sendo ambos objetos diretos. O que corresponde à alternativa (b).

### QUESTÃO 8/77

#### QUESTÃO 8

**LEIA ATENTAMENTE:**

"Não verás separar ao hábil negro  
 do pesado esmeril a grossa areia,  
 e já brilharão os granetes de ouro  
 no fundo da bateia."

No texto acima, o agente da ação expressa pelo verbo **SEPARAR** é:

- |                   |                    |
|-------------------|--------------------|
| a) tu (oculto);   | d) a grossa areia; |
| b) o hábil negro; | e) ele (oculto).   |
| c) ela (oculto).  |                    |

No enunciado desta questão e nas alternativas, encontramos outros elementos que recortam a memória de gramática. São eles: “agente da ação”, “(oculto)” e “verbo”. A alternativa correta é (b), pois com os verbos auxiliares formam-se orações com um sujeito para o verbo principal (tu verás) e outro para o verbo auxiliar (separar ao hábil negro). Assim, “agente da ação” determina “o hábil negro” em procedimento de especificação por definição. Deste modo, novamente, temos expressões e palavras que determinam “Comunicação e Expressão” por um procedimento de especificação em uma abordagem gramatical.

Semelhante ao anterior, o aspecto literário também foi apagado, quando “no texto acima” reescreve em procedimento de sinonímia por generalização “Não verás separar...” ao não indicar que se trata de uma poesia de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), integrante do arcadismo brasileiro, também não citado no enunciado. O trecho é um recorte da Lira III do livro *Marília de Dirceu*.

Deste modo, parece que, mesmo reconhecendo a literatura e a gramática como formas de pertencimento, a FUVEST procura corresponder à proposta de seccionar estes dois conteúdos na prova, conforme o formato de prova que explicarei mais adiante.

Quanto ao DSD deste enunciado, encontramos a seguinte configuração:

<p>agente da ação   “ao hábil negro...”  <math>\perp</math>          Comunicação e Expressão   verbo  <math>\top</math>          (oculto)</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## QUESTÃO 9/77

### QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que o texto esteja corretamente pontuado:

- "Enquanto eu fazia comigo mesmo aquela reflexão, entrou na loja um sujeito baixo sem chapéu trazendo pela mão, uma menina de quatro anos."
- "Enquanto eu fazia comigo mesmo aquela reflexão, entrou na loja, um sujeito, baixo, sem chapéu, trazendo pela mão, uma menina de quatro anos."
- "Enquanto eu fazia comigo mesmo aquela reflexão, entrou na loja um sujeito baixo, sem chapéu, trazendo pela mão uma menina de quatro anos."

- d) "Enquanto eu, fazia comigo mesmo, aquela reflexão, entrou na loja um sujeito baixo sem chapéu, trazendo pela mão uma menina de quatro anos."
- e) "Enquanto eu fazia comigo mesmo, aquela reflexão, entrou na loja, um sujeito baixo, sem chapéu trazendo, pela mão, uma menina, de quatro anos."

Aqui temos "texto" reescrevendo as alternativas por totalização, enquanto no enunciado é solicitado ao candidato que assinale a alternativa em que "o texto" esteja "corretamente pontuado". Logo, "corretamente pontuado" determina em especificação por definição "o texto", assim, determinando também por especificação "Comunicação e Expressão", estando as demais alternativas, incorretamente pontuadas, em relação de antonímia a essa expressão.

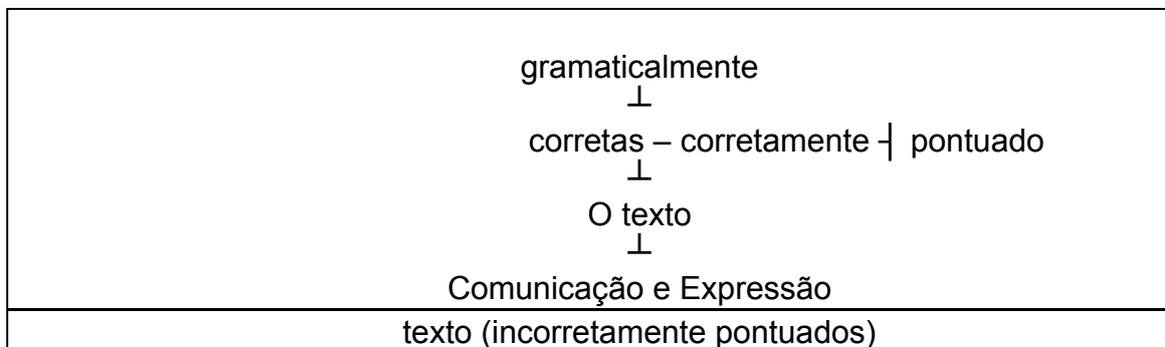
No entanto, resta saber o que determina "corretamente pontuado", afinal, como o aluno sabe que é para se encontrar a resposta que respeita à regra gramatical?

Ocorre que, neste acontecimento, quando é escrito "corretamente pontuado" o primeiro vocábulo recorta na memória a norma gramatical, logo determinando o sentido de "pontuado" no texto, o que é evidenciado no enunciado da questão 10, em que "gramaticalmente" determina em especificação por definição "corretas", sendo esta uma reescritura por repetição de "corretamente". Veja no enunciado:

**ASSINALE A ALTERNATIVA EM QUE AMBAS AS FRASES ESTEJAM GRAMATICALMENTE CORRETAS.**

Deste modo, na medida em que o vocábulo "corretamente" determina "o texto", que por sua vez determina "Comunicação e Expressão", o mesmo está sendo determinado por "gramaticalmente". Com isto, podemos afirmar que

“gramaticalmente” é o correto para “Comunicação e Expressão”, enquanto as formas fora desta norma são colocadas em relação de antonímia.



Obs: A barra indica uma relação de antonímia

Por esta razão, podemos entender, até aqui, que quando no exame for pedido para se assinalar a resposta correta ou incorreta teremos como referência o princípio gramatical ou literário, sendo necessária a presença de outro vocábulo ou expressão para que se determine um desvio a esta situação. Com isto, percebemos que a norma gramatical, seguida pela literatura consagrada, ocupa uma posição hierárquica frente às outras formas de expressão do português, que até o momento nem foram mencionadas, evidenciando, desta maneira, uma disparidade no dizer da FUVEST, que, de uma posição sujeito da ciência, enuncia a elaboração de uma prova que expande o conceito de língua portuguesa, ao adotar o título “Comunicação e Expressão”, mas que ao ocupar um lugar social de normatividade reitera a prova tradicional.

Também é importante frisar que embora este texto não venha predicado pelo autor, ele é um trecho de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, livro de Machado de Assis que inaugura o Realismo no Brasil, mostrando mais uma vez a predileção desta prova por textos literários, mesmo quando este aspecto vem apagado na questão, como agora.

A alternativa correta para essa questão é (c). A vírgula depois de reflexão marca a separação da oração adverbial, enquanto as demais vírgulas separaram termos entre si coordenados.

### QUESTÕES 10 a 12/77

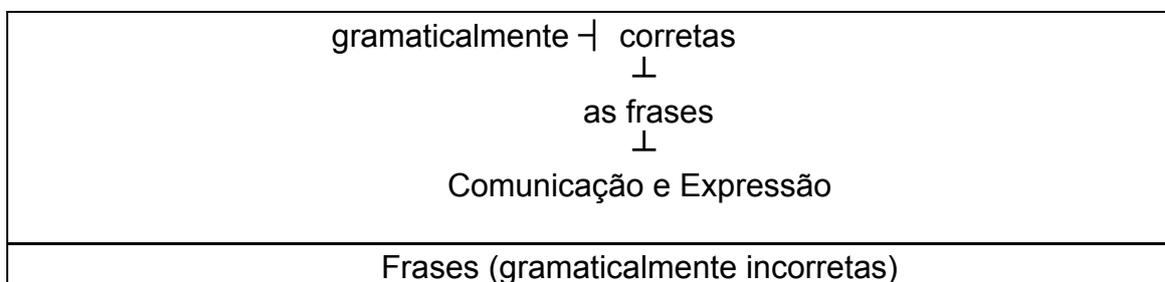
#### QUESTÕES 10 a 12

ASSINALE A ALTERNATIVA EM QUE AMBAS AS FRASES ESTEJAM GRAMATICALMENTE CORRETAS.

10. a) 1. Os abaixos-assinados aguardam decisão de Vossa Senhoria.  
2. O menino mau criado não inspira simpatia.
- b) 1. Enviou um romance de Alencar para mim ler.  
2. Um grupo de jovens gritavam e protestavam.
- c) 1. Em face das perguntas indiscretas, acordamos em nada responder.  
2. Hoje em dia se vêem objetos estranhos no céu.
- d) 1. Os artistas parecem pressentirem realidades que só muito depois a ciência comprovará.  
2. Entre eu, tu e ele não haverá qualquer constrangimento.
- e) 1. Comunico a Vossa Excelência que vosso pedido já mereceu nossa atenção.  
2. A sociedade lusa-brasileira defende sua unidade linguística.
11. a) 1. Se tivéssemos pensado melhor, daríamos-lhe a resposta correta.  
2. Assiste-lhe o direito de reclamar.
- b) 1. Ele lembrou, naquele momento de solidão, de sua infância distante.  
2. Ao pobre amigo, não o abandonarei nesta triste conjectura.
- c) 1. Os homens cuja a maior preocupação é o dinheiro não tem olhos para as estrelas.  
2. Se houvesse verdadeiro espírito cristão, só deveriam haver razões para perdoar e nunca para condenar.
- d) 1. Aos maus, pouco lhes importa que se destrua o Universo.  
2. Eu, também me parece que as conheço, mas vou sempre dizendo que não.
- e) 1. O último campeonato trouxe novas esperanças, haja visto os atletas que revelaram-se.  
2. Decidimos não esperar mais, pois já faziam dois anos que partiu, sem enviar-nos notícias.

12. a) 1. No salão havia cadeiras para todos os convidados.  
2. O ensino visa ao progresso social.
- b) 1. Durante a discussão, ele não entrevistou uma só vez.  
2. Se vocês virem o meu colega, avisem-me, por favor.
- c) 1. O Eduardo foi a Itália, mas não foi a Roma.  
2. Não quero te ver brincando com coisas sérias.
- d) 1. Chegou o mapa e o dicionário que encomendamos.  
2. Não se dá esmolas a quem pode trabalhar.
- e) 1. Estudou muito e, por isso, não recejava a dificuldade do exame.  
2. É tempo de ele mudar de vida, antes que seja tarde.

Aqui encontramos “frases” reescrevendo em totalização por definição as alternativas da questão, enquanto “as frases” é determinada por “corretas”, reescrita de “corretamente” na questão anterior, em procedimento de especificação por definição, sendo “corretas” determinada por “gramaticalmente” também em especificação por definição. Com isto, temos “as frases” especificando “Comunicação e Expressão” por ser reconhecida pela gramática, estando “frases” fora da norma em relação de antonímia com o título.



Em mais uma questão fica evidente como a norma gramatical prevalece como norma correta para o vestibular de 1977.

Quanto às respostas das questões 10, 11 e 12 temos:

- (c) Para 10, uma vez que as demais apresentaram as seguintes incorreções: o plural de abaixo-assinado é abaixo-assinados; escreve-se “malcriado”; “para eu ler”; “parecem pressentir”; “entre mim, ti e ele”; “seu pedido”; “luso-brasileira”.

(d) Para 11. Incorreções das demais alternativas: “dar-lhe-íamos”; “Ele lembrou-se de sua infância distante”; “conjuntura” seria mais adequada que “conjectura”; “Os homens cuja maior preocupação é o dinheiro não têm...”; “deveria haver”; “haja vista aos atletas”; “os atletas que se revelaram”; “fazia dois anos”.

(a) Para 12. Incorreções das demais alternativas: “interveio”; “foi à Itália”; “Não te quero ver”; “Não se dão esmolas”; “por isso”; “não receava”.

### QUESTÕES 13 e 14/77

#### QUESTÕES 13 e 14

Assinale a alternativa em que os termos grafados corretamente podem preencher os claros dos textos:

13. "Quando você \_\_\_\_\_ o \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ em meu nome."

- a) ver - dignitário - saúda-o
- b) vir - dignitário - saudai-lhe
- c) ver - dignatário - saúde-o
- d) vir - dignitário - saúde-o
- e) vir - dignatário - saudai-o

14. "Estava \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ da guerra, pois os homens \_\_\_\_\_ nos erros do passado."

- a) eminente - defraglação - incidiram
- b) iminente - deflagração - reincidiram
- c) eminente - conflagração - reincidiram..
- d) preste - confraglação - incidiram
- e) prestes - flagração - recindiram

No enunciado comum às questões 13 e 14, encontramos a reescrita por repetição de “termos”, que reescreve em totalização por definição as alternativas, e “corretamente”. Já vimos anteriormente que ambos são determinados por “gramaticalmente”.

Consequentemente, “grafados”, que é determinado em um procedimento de especificação por definição pelo vocábulo “corretamente”, determina “os



nam “Comunicação e Expressão”. Mas vale lembrar que esta divisão é estipulada pela FUVEST, enquanto ao meu posicionamento teórico interessa entender a prova como uma unidade textual.

### QUESTÕES 15 e 16/77

#### QUESTÕES 15 e 16

CONCURSO VESTIBULAR 1977

Identifique as figuras de linguagem empregadas nos versos sublinhados.

15. "No tempo de meu Pai, sob estes galhos,  
Como uma vela fúnebre de cora,  
Chorei bilhões de vezes com a canseira  
De inexorabilíssimos trabalhos!"

- a) Antítese  
b) Anacoluto  
c) Hipérbole  
d) Litotes  
e) Paragoge

16. "Quando a Indesejada das gentes chegar

(Não sei se dura ou caroável),

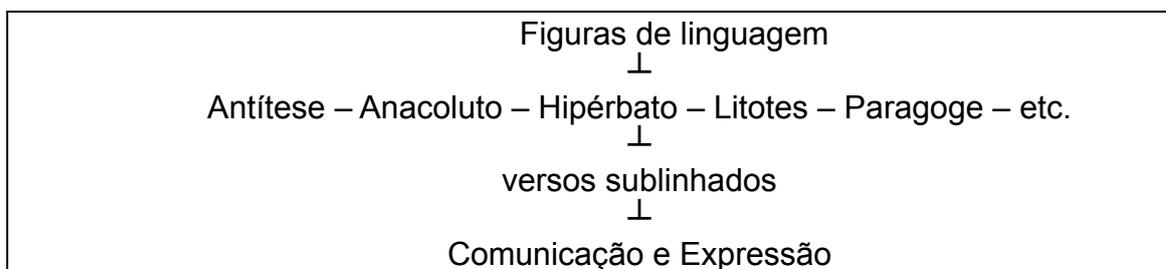
Talvez eu tenha medo.

Talvez sorria, ou diga:

- Alô, iniludível!"

- a) Clímax  
b) Eufemismo  
c) Síquise  
d) Catacrese  
e) Pleonasma

No enunciado das questões 15 e 16 constatamos que “versos” reescreve os trechos recortados pela questão em especificação por definição, enquanto a expressão “figuras de linguagem” determina em totalização por definição as alternativas que predicam “versos sublinhados”, sendo que este último determina “Comunicação e Expressão” a especificando por literatura.



Desta maneira, o candidato deve conhecer a significação destas palavras para estar apto à “Comunicação e Expressão”, sendo que estas questões especificam também o sentido desta expressão à literatura consagrada.

Para responder à questão 15 o vestibulando deveria saber que hipérbole remete a exagero, o que corresponde com o texto sublinhado. Resposta (c). Enquanto na questão 16 deveria saber que eufemismo é um modo de abrandar uma expressão. Resposta (b).

### QUESTÃO 17/77

#### QUESTÃO 17

As chamadas Cartas Chilenas são obra anônima porque:

- a) os originais, assinados pelo autor, perderam-se em um terremoto no Chile;
- b) a ditadura que dominou o Brasil, entre 1937 e 1945, tornava perigosa a divulgação do nome de seu autor;
- c) seu conteúdo pornográfico, pouco condizente com a moral da época, desaconselhava a revelação da autoria;
- d) contendo severas críticas ao governador de uma Província, seria imprudente a divulgação do nome de seu autor;
- e) o nome do autor é substituído pelo pseudônimo Fanfarrão Minésio, que os críticos ainda não conseguiram identificar.

*Cartas Chilenas* (2006) é uma obra que pertence ao movimento árcade brasileiro. Embora tenha sido escrita anonimamente, a crítica literária atribui sua autoria a Tomás Antônio Gonzaga, logo esta obra está ligada à literatura brasileira.

Na questão, “Cartas Chilenas” determina por especificação “Comunicação e Expressão” e é predicada pela alternativa (d) que relata a motivação histórica dela ter sido escrita anonimamente.

Cartas Chilenas | contendo severas críticas...

⊥

Comunicação e Expressão

A resposta correta para a questão é (d).

## QUESTÃO 18/77

### QUESTÃO 18

#### LEIA COM ATENÇÃO:

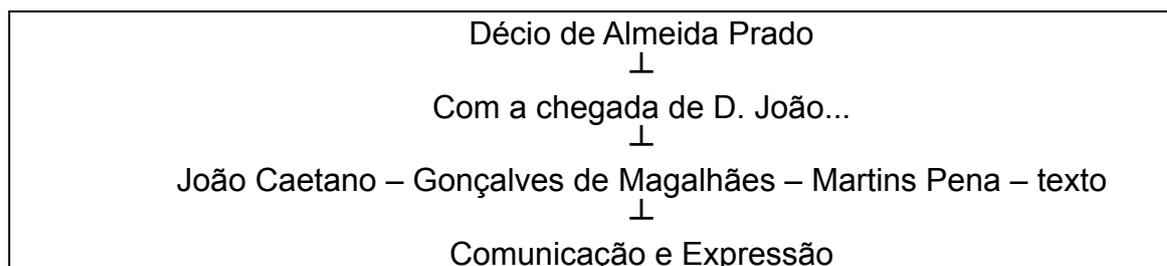
"Com a chegada de D. João VI tomam-se providências para dotar o Rio de Janeiro de um teatro à altura de suas novas prerrogativas reais. E com a Independência e o Romantismo surge, finalmente, o teatro brasileiro, consciente do seu nacionalismo e orgulhosa de sua missão. É uma espécie de eclosão, de florescimento súbito. Aparecem, de chofre, não uma apenas, mas, logo três figuras de primeira plana, abarcando praticamente todas as formas de atividade teatral: um grande ator e dois autores que vão fundar a tragédia e comédia nacional." (Décio de Almeida Prado)

Essas três figuras são:

- a) Procópio Ferreira - José de Alencar - Cornélio Pena;
- b) Leopoldo Frócs - Joaquim Manuel de Macedo - Artur Azevedo;
- c) Joracy Camargo - Álvares de Azevedo - França Júnior;
- d) Odilon Azevedo - Gonçalves Dias - Machado de Assis;
- e) João Caetano - Gonçalves de Magalhães - Martins Pena.

Décio de Almeida Prado (1917-2000) foi um renomado crítico do teatro brasileiro. Em seu texto ele aponta a importância de três personalidades para o surgimento do teatro nacional. São eles respectivamente: João Caetano (1808-1863), Gonçalves de Magalhães (1811-1882) e Martins Pena (1815-1848).

Assim, o texto "Com a chegada de D. João...", que é predicado por "Décio Almeida Prado", determina em desenvolvimento por expansão os nomes próprios presentes na alternativa (e), sendo que estes determinam por especificação "Comunicação e Expressão".



## QUESTÃO 19/77

### QUESTÃO 19

Assinale a alternativa correta:

- a) Em Terras do Sem Fim, de Jorge Amado, a luta pela posse das terras do Sequeiro Grande visava a dilatar a extensão do latifúndio destinado à lavoura canavieira.
- b) Em Os Sertões, de Euclides da Cunha, o assalto ao arraial de Canudos visava à pilhagem das riquezas acumuladas pelos sequeiros do Padre Cícero.
- c) Em O Sertanejo, de José de Alencar, o assalto à fazenda do Capitão-mor Gonçalo Pires Campelo visava à posse das terras para o plantio de cacau.
- d) Em Pedra Bonita, de José Lins do Rego, a expedição punitiva do destacamento policial de Açú visava a coibir o sacrifício de vidas humanas, ordenado por um místico.
- e) Em O Guarani, de José de Alencar, o assalto à casa de D. Antônio de Mariz visava à retomada dessa propriedade, que se encontrava em poder dos índios aimorés.

Aqui temos “a alternativa” determinando “correta” em especificação por definição. No entanto, o determinante desta última palavra não é “gramaticalmente”, e sim o aspecto literário. Todas as alternativas apresentam obras literárias brasileiras, mas em só uma há um comentário que corresponde com a narrativa da estória. Com isto, foi exigido do candidato que ele conhecesse estas obras literárias para saber a resposta “correta”, que é a alternativa (d), a qual descreve como corretamente uma passagem do livro *Pedra Bonita* (1999) de José Lins do Rego (1901-1957) em que um destacamento policial é enviado para coibir o sacrifício de vidas humanas, promovido por um místico.

Logo, o trecho “Em Pedra Bonita, José Lins do Rego...” é reescrito por “a alternativa” em procedimento de sinonímia por condensação, enquanto esta determina “correta” em especificação por definição.

*Em Pedra Bonita, José Lins do Rego...* - a alternativa | correta

⊥

Comunicação e Expressão

Deste modo, percebemos mais uma reafirmação das duas orientações para o que seja correto na prova. Uma gramatical e outra que é literária, semelhante à proposta de ensino que antecede à Lei nº 5692/71.

### QUESTÃO 20/77

#### QUESTÃO 20

Assinale a alternativa em que ambos os romances citados evocam o mundo do internato e seus problemas:

- a) O Ateneu - Doidinho
- b) Casa de Pensão - Memórias Sentimentais de João Miramar
- c) Memórias Póstumas de Brás Cubas - Infância
- d) Menino do Engenho - O Ateneu
- e) O Coruja - A Normalista

Aqui “os romances” reescreve todas as alternativas em totalização por definição, sendo que “a alternativa” é determinada por totalização pela correlação entre “o mundo do internato e seus problemas” e o memorável das narrativas das obras, o que faz a alternativa (a) ser entendida como a correta, pois em *O Ateneu* (1963), obra do escritor realista/naturalista Raul Pompéia (1863-1895), é contada a memória do menino Sérgio que viveu em um internato, enquanto em *Doidinho* (2006) é narrada a vida escolar de José Lins do Rego. Portanto, a alternativa (a), “O Ateneu – Doidinho”, corresponde com a reescrita em procedimento de sinonímia por desenvolvimento de “o mundo do internato e seus problemas”, que também determinam “Comunicação e Expressão” a especificando como literatura.

os romances  
 ↓  
 O Ateneu – Doidinho – o mundo do interno e seus problemas  
 ↓  
 a alternativa  
 ↓  
 Comunicação e Expressão

### QUESTÃO 21/77

#### QUESTÃO 21

O narrador, que também é personagem, conta a sua história: foi trabalhador braçal da fazenda de que se tornou proprietário, por meios lícitos e ilícitos. Casou-se porque "sentia desejo de preparar um herdeiro para as terras". No final, reconheceu que "as tragaram" sua vida e a de seus dependentes, por força da "profissão" que adotara.

Esses dados identificam o romance:-

- |                              |                                    |
|------------------------------|------------------------------------|
| a) <u>O Sertanejo;</u>       | d) <u>O Coronel e o Lobisomem;</u> |
| b) <u>Terras do Sem Fim;</u> | e) <u>S. Bernardo.</u>             |
| c) <u>Chapadão do Bugre;</u> |                                    |

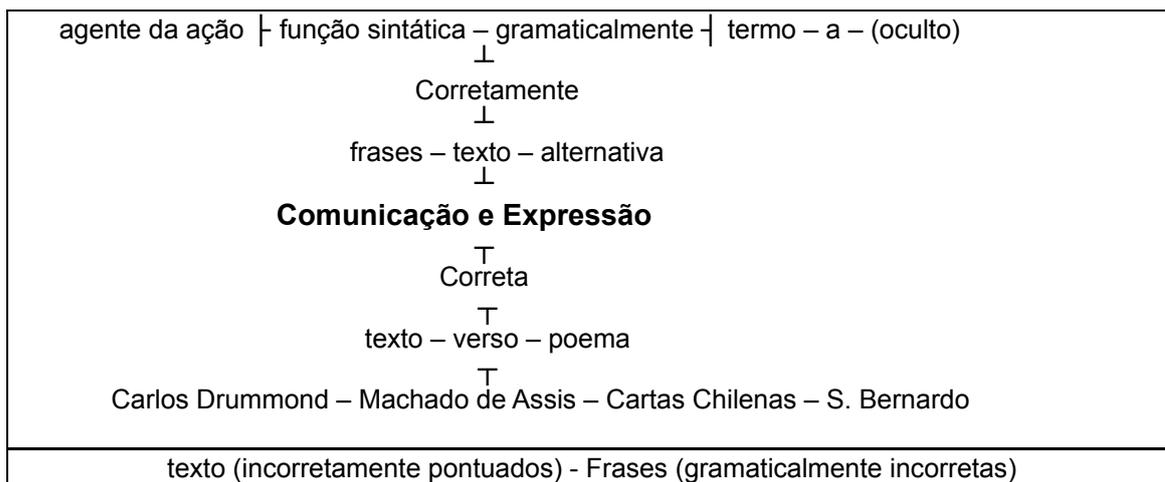
Na última questão da prova de Comunicação e Expressão de 1977, temos um texto que reescreve em procedimento de sinonímia por expansão a alternativa correta, que é S. Bernardo (1980). Com isto, a obra de Graciliano Ramos (1892-1953), escritor da segunda geração modernista, determina, pelo viés literário, "Comunicação e Expressão".

Texto da questão -- S. Bernardo | Comunicação e Expressão

#### 3.1.1 DSD prova 1977

Terminada a análise da prova de 1977, podemos observar que as questões direcionam ao entendimento da norma gramatical e da literatura como

forma correta para o vestibular, correspondendo a um comportamento normativo. Como podemos visualizar neste DSD o qual representa elementos dos enunciados da prova que reescrevem em procedimento de especificação por expansão o título “Comunicação e Expressão”.



Vieira (1992) ao analisar as questões de literatura do vestibular FUVEST, no período entre 1977 a 1984, constatou uma discrepância entre o que era especificado no manual de instruções ao candidato e aquilo que era cobrado na prova. Deste modo, enquanto no manual era proposta uma prova que não seria calcada em exercícios de memorização de fatos, nomes e minúcias bibliográficas, buscando-se uma reflexão das obras inseridas em seu contexto, social e cultural; na prova, segundo a autora, a maioria das questões se restringiam à mera identificação de nomes e fatos, exigindo praticamente nenhum esforço do aluno no que se referia a raciocínio e reflexão. De acordo com Vieira (1992, p.200):

A partir do estudo das questões da primeira fase, pôde-se observar que, em sua maioria, elas estão muito aquém dos objetivos expressos no Manual de Informações da FUVEST, onde se lê que “o conhecimento da literatura deverá ser também compreensão do homem e das respostas que, ao longo do tempo, foi dando às mesmas indagações.” Ou “(...) procurando desenvolver a capacidade de reflexão e a sensibilidade.” A reprodução de conhecimentos estanques relativos a

fatos e nomes não parece ser o melhor caminho para a descoberta e percepção do homem, do mundo e da existência.

Isto somado à adoção do título Comunicação e Expressão, que se referindo a Lei nº 5692/71 indicava um direcionamento à leitura de textos variados e ao reconhecimento da linguagem oral como forma de expressão, mostra a existência de uma disparidade no dizer da FUVEST, que enquanto Locutor enuncia um novo caminho para o ensino de língua portuguesa, ocupando uma posição sujeito da ciência ao adotar o dizer científico da sociolinguística. Todavia como locutor na temporalidade do acontecimento reitera o modo de uma prova tradicional, semelhante ao que era proposto até o final dos anos 60, período que antecede a Lei que relativizava o ensino da língua.

Para Guimarães (2005) este funcionamento do Locutor que se representa como idêntico a si, mesmo sendo díspar, apaga seu caráter social e histórico. Segundo o autor, isto acontece porque falar como sujeito é estar numa posição do interdiscurso, de uma memória de sentidos (Orlandi, 2000). Segundo Guimarães (2005, p.30):

(...) ser sujeito é estar afetado por este esquecimento que se significa nesta posição. Deste modo a representação do *Locutor* se constitui neste esquecimento e é isto que divide o Locutor e apaga o locutor-<sup>x</sup><sup>24</sup>.

Desta maneira, mesmo apagando seu lugar social ao se enunciar de uma posição sujeito científico como promotora de uma nova abordagem no ensino de língua portuguesa, a FUVEST é predicada por um lugar social de normatividade, reescrevendo “Comunicação e Expressão” como sinônimo de “Língua Portuguesa” ou “Português”, nos moldes da disciplina anterior à Lei nº

---

<sup>24</sup> Lugar social do sujeito na enunciação.

5692/71, o que corresponde a privilegiar a norma gramatical e a literatura consagrada da língua portuguesa em seu vestibular.

Fato confirmado pela análise do vestibular de 1977, quando a prova reescreve o título “Comunicação e Expressão” em um procedimento de desenvolvimento por expansão o determinando tanto pelo aspecto gramatical, quanto literário, significando o mesmo como uma reescritura da prova tradicional.

### **3.2 Prova 2006 – Português**

Semelhante ao que foi feito com a prova de 1977, irei agora estudar a primeira fase do vestibular de 2006 para verificar, por meio de uma análise de seus enunciados, como esta prova reescreve seu título “Português”.

Meu objetivo é relacionar esta análise com a primeira para tentar entender como a língua portuguesa vem sendo significada neste vestibular. Antes, cabe uma explicação sobre a escolha da prova deste ano.

Em seus últimos vestibulares, a FUVEST implementou uma mudança no formato de suas provas na primeira fase, quando apagou os nomes, títulos, das disciplinas que dividiam as questões. Aparentemente, a ideia é caracterizar a prova pela interdisciplinaridade, correspondendo ao modelo de prova aplicado pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)<sup>25</sup>, em âmbito nacional, e ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)<sup>26</sup>, mostrando uma adaptação da FUVEST à atual proposta de ensino

---

<sup>25</sup> Prova criada em 1998 pelo Ministério da Educação do Brasil que é utilizada como ferramenta para avaliar a qualidade geral do ensino médio no país.

<sup>26</sup> Avaliação de múltipla escolha, aplicada pela Secretária da Educação do Estado de São Paulo para alunos da rede estadual de ensino que estão na 2ª, 4ª, 6ª e 8ª série do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Geralmente, é aplicado no final de cada ano letivo.

indicada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)<sup>27</sup>. Conforme Brasil (1997, p.31):

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas.

No entanto, mesmo com esta mudança, permanece clara a divisão por disciplinas, estando os títulos elípticos às questões.

Por esta razão, preferindo trabalhar com uma prova em que o título não estivesse elíptico, optei pela prova de 2006, última com os títulos das disciplinas na primeira fase, entendendo que esta escolha facilita a leitura da análise ao mesmo tempo em que não prejudica a proposta deste trabalho.

Começo, assim, apresentando a primeira questão do vestibular de 2006, primeira fase

### Questão 1/06

## PORTUGUÊS

#### Texto para as questões de 01 a 06

Ele se aproximou e com voz cantante de nordestino que a emocionou, perguntou-lhe:  
 — E se me desculpe, senhorinha, posso convidar a passear?  
 — Sim, respondeu atabalhoadamente com pressa antes que ele mudasse de idéia.  
 — E, se me permite, qual é mesmo a sua graça?  
 — Macabéa.  
 — Maca — o quê?  
 — Bea, foi ela obrigada a completar.  
 — Me desculpe mas até parece doença, doença de pele.  
 — Eu também acho esquisito mas minha mãe botou ele por promessa a Nossa Senhora da Boa Morte se eu vingasse, até um ano de idade eu não era chamada porque não tinha nome, eu preferia continuar a nunca ser chamada em vez de ter um nome que ninguém tem mas parece que deu certo — parou um instante retomando o fôlego perdido e acrescentou desanimada e com pudor — pois como o senhor vê eu vinguei... pois é...  
 — Também no sertão da Paraíba promessa é questão de grande dívida de honra.  
 Eles não sabiam como se passeia. Andaram sob a chuva grossa e pararam diante da vitrine de uma loja de ferragem onde estavam expostos atrás do vidro canos, latas, parafusos grandes e pregos. E Macabéa, com medo de que o silêncio já significasse uma ruptura, disse ao recém-namorado:  
 — Eu gosto tanto de parafuso e prego, e o senhor?  
 Da segunda vez em que se encontraram caía uma chuva fininha que ensopava os ossos. Sem nem ao menos se darem as mãos caminhavam na chuva que na cara de Macabéa parecia lágrimas escorrendo.

*Clarice Lispector, A hora da estrela.*

<sup>27</sup>São diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação no Brasil e são separados por disciplina. Além da rede pública, a rede privada de ensino também adota os parâmetros, porém sem caráter obrigatório.

### Questão 1

Neste excerto, as falas de Olímpico e Macabéa

- a) aproximam-se do cômico, mas, no âmbito do livro, evidenciam a oposição cultural entre a mulher nordestina e o homem do sul do País.
- b) demonstram a incapacidade de expressão verbal das personagens, reflexo da privação econômica de que são vítimas.
- c) beiram às vezes o absurdo, mas, no contexto da obra, adquirem um sentido de humor e sátira social.
- d) registram, com sentimentalismo, o eterno conflito que opõe os princípios antagônicos do Bem e do Mal.
- e) suprimem, por seu caráter ridículo, a percepção do desamparo social e existencial das personagens.

Nesta primeira questão da prova de 2006, temos “Clarice Lispector<sup>28</sup>”, escritora da terceira geração modernista, predicando “A hora da estrela”, livro de sua autoria que é reescrito em procedimento de sinonímia por condensação pelo vocábulo “excerto”, no enunciado da questão. Enquanto o trecho “as falas de Olímpico e Macabéa” reescreve este em procedimento de especificação também por condensação. Deste modo, ao entender que as questões da prova reescrevem seu título, podemos afirmar que “as falas de Olímpico e Macabéa” determina por especificação “Português”.

Clarice Lispector
┆
A hora da estrela - Excerto
┆
as falas de Olímpico e Macabéa
┆
Português

Aparentemente, há uma diferença substancial do exame anteriormente estudado, quando no DSD a palavra “falas” determina “Português”, o que indicaria um desvio à determinação da gramática e da literatura<sup>29</sup> como normas da prova. Mas semelhante à prova de 1977, o primeiro texto, que é base para seis enunciados, é predicado por um escritor literário, “Clarice Lispector”, legitimando

<sup>28</sup> Livro da autora, *A hora da estrela*, está na lista obrigatória do vestibular.

<sup>29</sup> Utilizo o termo literatura na concepção de Souza (1981), em que esta é o reflexo do gosto e pensamento de um determinado grupo social durante um período.

do o sentido de “falas” como um fato literário, logo, especificando “Português” também pelo aspecto literário.

É importante frisar como este reconhecimento literário do desvio à norma é um reflexo da *pedagogia da língua de cabide*, quando o “erro” é uma escolha do autor, o que remete à língua a uma intencionalidade do sujeito.

Quanto à resposta correta para esta primeira questão, temos a alternativa (c), sendo que o diálogo das duas personagens se aproxima do absurdo, embora isto seja justificado na obra quando Clarice procura fazer uma amarga sátira social.

### Questão 2/06

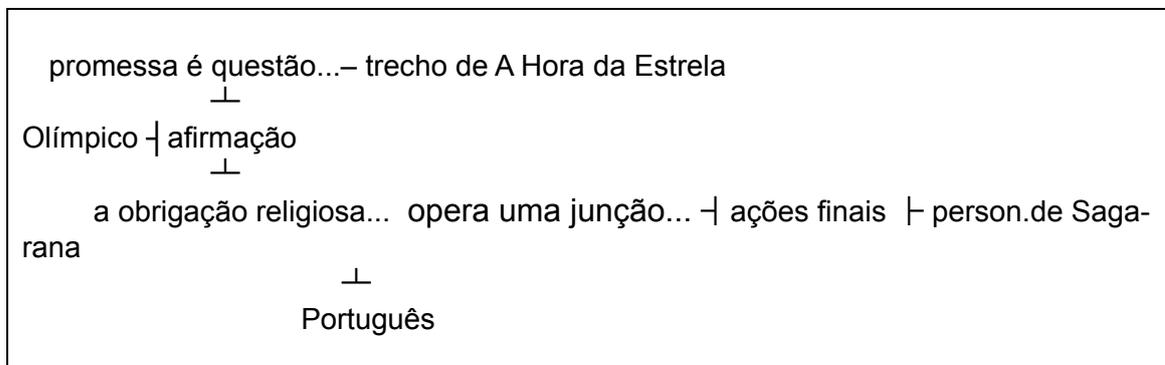
#### ▶ Questão 2

*Ao dizer: “(...) promessa é questão de grande dívida de honra”, Olímpico junta, em uma só afirmação, a obrigação religiosa e o dever de honra. A personagem de **Sagarana** que, em suas ações finais, opera uma junção semelhante é*

- a) Major Saulo, de “O burrinho pedrês”.
- b) Lalino, de “Traços biográficos de Lalino Salãthiel ou A volta do marido pródigo”.
- c) Primo Ribeiro, de “Sarapalha”.
- d) João Mangolô, de “São Marcos”.
- e) Augusto Matraga, de “A hora e vez de Augusto Matraga”.

Neste enunciado encontramos outros elementos que remetem à literatura, começando com “(...) promessa é questão de dívida de honra” que é uma reescrita em sinonímia por condensação do trecho de *A Hora da Estrela* da questão anterior. Em seguida, esta oração é reescrita por “afirmação” em procedimento de especificação por definição, ao mesmo tempo em que é predicada por “Olímpico”, e totaliza por expansão “a obrigação religiosa e o dever de honra”. Sendo que estes elementos totalizados são reescritos por “opera uma junção semelhante” em procedimento de sinonímia por substituição. Estando

esta última expressão reescrita por “ações finais” em especificação por condensação, enquanto “ações finais” é predicada por “personagem de Sagarana”.



Assim, percebemos que “Português” é especificado por literatura na relação entre duas obras literárias.

É importante lembrar que para esta prova há uma lista de livros que os vestibulandos devem conhecer para responder às questões.

A lista deste ano foi:

Obra	Lançamento	Autor
<i>Memórias de um Sargento de Milícias</i>	1854	Manuel Antônio de Almeida
<i>O Primo Basílio</i>	1878	Eça de Queirós
<i>Memórias Póstumas de Brás Cubas</i>	1881	Machado de Assis
<i>Poemas Completos de Alberto Caeiro</i>	1925 <sup>30</sup>	Fernando Pessoa
<i>Macunaíma</i>	1928	Mário de Andrade
<i>Libertinagem</i>	1930	Manuel Bandeira
<i>Sagarana</i>	1946	João Guimarães Rosa
<i>A Hora da Estrela</i>	1977	Clarice Lispector

Logo, vimos na questão 2 uma relação entre dois livros da lista obrigatória, *A Hora da Estrela* e *Sagarana*, o que corresponde à determinação de “Português” pelo viés literário.

<sup>30</sup> *Poemas Completos de Alberto Caeiro* é publicado somente em 1946, obra póstuma, enquanto 1925 corresponde à primeira publicação de poesias de Caeiro na revista Athena.

Para responder a alternativa correta o candidato deveria associar o aspecto moral e religioso da afirmativa de Olímpico com a atitude heroica de Nhô Augusto, que, por convicção religiosa, defende uma família que é ameaçada pelo coronel Joãozinho Bem-Bem.

### Questão 3/06

#### ▶ Questão 3

Considere as seguintes comparações entre a cena do primeiro encontro de Macabéa e Olímpico, figurada no excerto, e a célebre cena do primeiro encontro de Leonardo e Maria da Hortaliça (*Memórias de um sargento de milícias*), a bordo do navio:

- I — Na primeira cena, utiliza-se o diálogo verbal como meio privilegiado de representação, ao passo que, na segunda, a ausência notória desse diálogo responde, em grande parte, pelo efeito expressivo do texto.
- II — Em ambas as cenas, a representação da pobreza vem acompanhada de forte sentimento de culpa que perturba o narrador e o leva a questionar a validade da própria literatura.
- III — Ambas as cenas são construídas como paródias de modelos literários consagrados: na primeira, parodiam-se as cenas amorosas do Romantismo; na segunda, são parodiadas as cenas idílicas dos romances do Realismo.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

Em outra questão que relaciona obras literárias, encontramos “primeiro encontro de Macabéa e Olímpico” reescrevendo “excerto” em procedimento de especificação por definição. Enquanto “primeiro encontro de Leonardo e Maria Hortaliça” reescreve em desenvolvimento por expansão “célebre cena”. No enunciado abaixo, que solicita a resposta do candidato, “o que se afirma” reescreve os trechos “I”, “II” e “III”, sendo que “I”, ao recordar as duas obras, as reescreve por totalização, determinando “correto” em especificação por definição.

A hora da estrela	Memórias de um sargento de milícias
⊥	⊥
excerto	Célebre cena
⊥	⊥
primeiro encontro Macabéa e Olímpico - primeiro encontro Leonardo e Maria	
T	
<i>I — Na primeira cena, utiliza-se o diálogo verbal como meio privilegiado de representação, ao passo que, na segunda, a ausência notória desse diálogo responde, em grande parte, pelo efeito expressivo do texto.</i>	
⊥	
Correto	
⊥	
Português	

Com isto, o aspecto literário, de duas obras da lista de livros, determina por especificação “Português”.

Quanto à resposta, o vestibulando deveria rememorar que, enquanto no primeiro encontro de Macabéa e Olímpico predomina a técnica do diálogo, o primeiro encontro de Leonardo e Maria Hortaliça é construído pela enunciação narrativa, que, ao evitar o diálogo, acentua o efeito humorístico. Portanto, (a) é a alternativa correta.

#### QUESTÃO 4/06

##### ▶ Questão 4

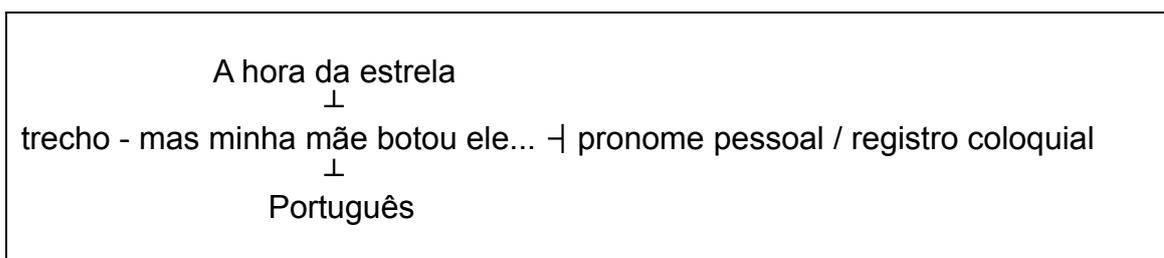
No trecho “mas minha mãe botou ele por promessa”, o pronome pessoal foi empregado em registro coloquial. É o que também se verifica em:

- a) “— E se me desculpe, senhorinha, posso convidar a passear?”
- b) “— E, se me permite, qual é mesmo a sua graça?”
- c) “— Eu gosto tanto de parafuso e prego, e o senhor?”
- d) “— Me desculpe mas até parece doença, doença de pele.”
- e) “— (...) pois como o senhor vê eu vinguei... pois é...”

Neste enunciado, “trecho” reescreve em sinonímia por condensação “mas minha mãe botou ele por promessa”, estando esta oração predicada por “o pronome pessoal foi empregado em registro coloquial”.

Com isto, podemos afirmar que uma forma fora da norma está determinando “Português”. Todavia, volto a repetir, a forma em questão é predicada por uma escritora literária, o que relativiza o reconhecimento deste modo de expressão na prova, quando este reconhecimento se dá por um valor literário, caracterizando-o como estilo literário. Por esta razão este “registro coloquial” é aceito em um texto escrito.

Portanto, embora pareça que “Português” esteja sendo especificado por um desvio à norma, na verdade, o que acontece é uma especificação pelo viés literário, em que “registro coloquial” é legitimado por “A hora da estrela”.



A alternativa correta é (d), pois neste outro recorte do diálogo é registrado um desvio à norma gramatical quanto à colocação do pronome átono.

### QUESTÃO 5/06

#### ▶ Questão 5

No trecho que vai de “Eu também acho esquisito” a “eu vinguei... pois é...”, o autor se vale, para traduzir o estado emocional de Macabéa, do seguinte recurso expressivo:

- a) omissão de vírgulas entre orações.
- b) emprego reiterado de frases nominais.
- c) falta de rigor na concordância verbal.
- d) eliminação da maioria dos conectivos entre as orações.
- e) uso de regências verbais inadequadas.

Aqui “No trecho” reescreve em sinonímia por condensação “Eu também acho esquisito...eu vinguei... pois é...”, sendo ambos reescritos em especifica-

ção por definição por “tradução<sup>31</sup> do estado emocional de Macabéa”. Enquanto “recurso expressivo” reescreve as alternativas por totalização em definição e, de modo mais específico, “seguinte recurso expressivo” predica “...estado emocional de Macabéa”.

Trecho – Eu também acho....pois é...

⊥

...estado emocional de Macabéa | seguinte recurso expressivo

⊥

Português

A alternativa correta é (a), quando a ausência de vírgulas entre as orações funciona como um recurso expressivo para mostrar a excitação de Macabéa no seu primeiro encontro com Olímpico.

### QUESTÃO 6/06

#### Questão 6

No trecho “Sem nem ao menos se darem as mãos caminhavam na chuva”, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído por: “Sem que nem ao menos se

- a) dêem as mãos”.
- b) davam as mãos”.
- c) deram as mãos”.
- d) dessem as mãos”.
- e) dariam as mãos”.

Neste enunciado, “Sem nem ao menos se darem as mãos caminhavam na chuva” é reescrito por “segmento sublinhado” em procedimento de especificação por condensação. Enquanto “corretamente”, que recorta a memória da norma gramatical, determina “segmento sublinhado” e “Sem que nem ao menos se dessem as mãos” em procedimento de especificação por definição.

<sup>31</sup> Adaptação própria.

Sem nem ao menos se darem as mãos caminhavam na chuva

⊥  
 termo sublinhado | corretamente | Alternativa correta  
 ⊥  
 Português

Logo, esta questão adota como parâmetro o aspecto gramatical dentro de um texto literário, mostrando afinidade com a prova de 1977.

Para responder a alternativa correta, o candidato deveria perceber a correlação entre o verbo da oração principal e o da subordinada. Deste modo, como o verbo da principal está no imperfeito do indicativo, é exigido o imperfeito também na subordinada, no caso, o imperfeito do subjuntivo. Resposta (d).

### QUESTÃO 7/06

**Texto para as questões de 07 a 09**

o Kramer apaixonou-se por uma corista que se chamava Olga. por algum motivo nunca conseguiam encontrar-se. ele gritava passando pela casa de Olga, manhãzinha (ela dormia): Olga, Olga, hoje estou de folga! mas nunca se viam e penso que ele sabia que se efetivamente se deitasse com ela o sonho terminaria. sábio Kramer. nunca mais o vi. há sonhos que devem permanecer nas gavetas, nos cofres, trancados até o nosso fim. e por isso passíveis de serem sonhados a vida inteira.

*Hilda Hilst, **Estar sendo. Ter sido.***

**Observações:**

*O emprego sistemático de minúscula na abertura de período é opção estilística da autora.  
 Corista = atriz/bailarina que figura em espetáculo de teatro musicado.*

#### ▶ Questão 7

*Na perspectiva do narrador, o Kramer é considerado sábio porque, como um bom sonhador,*

- a) anima-se com a possibilidade de uma feliz e prolongada realização de seu sonho.*
- b) percebe que a realização de seu sonho acabaria sendo uma forma de negá-lo.*
- c) avalia objetivamente as circunstâncias de que depende a plena realização de seu sonho.*
- d) sabe que os sucessivos adiamentos da realização de seu sonho acabarão por fazê-lo desistir de sonhar.*
- e) acredita que a impossibilidade de realização de um sonho leva a um mais rápido amadurecimento.*

Aqui “Hilda Hilst” predica “Estar sendo. Ter sido”, que é reescrito por “texto” em procedimento de sinonímia por condensação. Enquanto, no enunciado da questão, “perspectiva do narrador” reescreve “texto” em procedimento de sinonímia por substituição, sendo “perspectiva do narrador” também reescri-

turada em desenvolvimento por expansão por “o Kramer é considerado sábio porque, como um bom sonhador...”.

Hilda Hilst –| Estar sendo. Ter sido – texto – perspectiva do narrador  
 ⊥  
 O Kramer é considerado sábio porque, como um bom sonhador...  
 ⊥  
 Português

Diferente de outras questões estudadas até agora, nas duas provas, encontramos pela primeira vez um texto que não é propriamente de um escritor tradicional, o que apagaria o valor literário do mesmo. Por outro lado, nas observações, encontramos pelo menos um elemento, “opção estilística”, que determina o texto de Hilda Hilst como literário, justificando um desvio à norma que determina o início de período com letra maiúscula. Assim, mesmo podendo considerar que houve uma abertura nos textos adotados pela FUVEST, quando é apresentado um texto de um escritor “contemporâneo”, há ainda uma determinação literária, que é nesta cena enunciativa uma forma de pertencimento em uma divisão entre desvios intencionais, textos literários, e desvios por falta de domínio da norma, colocando novamente em destaque a questão da intencionalidade do autor.

Quanto à resposta, o narrador considera o Kramer sábio porque o julga capaz de perceber que os sonhos se opõem à realidade. Logo, realizar um desejo seria o mesmo que destruir um sonho. Resposta (b).

## QUESTÃO 8/06

### ▶ Questão 8

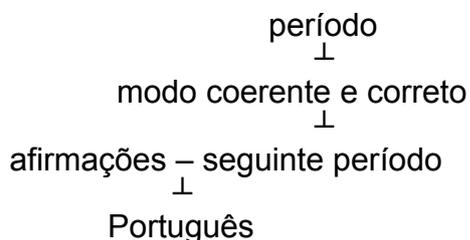
Considere as seguintes afirmações:

- I — Kramer apaixonou-se por uma corista.
- II — Kramer e a corista jamais se encontraram.
- III — Talvez Kramer julgasse ter sido melhor assim.

As afirmações acima estão articuladas de modo coerente e correto no seguinte período:

- a) Talvez Kramer tenha julgado ter sido melhor que ele e a corista por quem se apaixonou jamais se houvessem encontrado.
- b) Muito embora Kramer se apaixonou por uma corista, jamais se encontraram, mesmo porque ele julgaria ter sido melhor assim.
- c) Jamais se encontraram Kramer e a corista por quem se apaixonou, pois talvez Kramer julgava que é melhor ser assim.
- d) Quando se apaixonou por uma corista, ainda que ambos jamais se encontraram, Kramer talvez tenha achado que assim seria melhor.
- e) Desde que Kramer se apaixonou e julgou melhor assim, ele e a corista jamais teriam se encontrado.

Nesta questão, “período” reescreve as alternativas as totalizando por definição, enquanto “modo coerente e correto” determina “seguinte período” que reescreve em procedimento de sinonímia por substituição “afirmações”, sendo esta uma reescrita dos trechos “I”, “II” e “III” os totalizando por definição.



É interessante notar também a relação entre “coerentes” e “correto”, pois, em uma questão onde só é pressuposta a interpretação do texto, o uso de “coerentes” já indicaria o posicionamento lógico que reitera a ideia das afirmações. Deste modo, por que esta palavra vem acompanhada por “correto”?

Acredito que, além de reforçar a correlação do período com o texto, “correto” esteja sendo determinado pela memória da norma gramatical, o que justificaria as alternativas não apresentarem desvios às normas. Outra evidencia

desta determinação de “correto” pela gramática seria a ocorrência de algum desvio à norma na oração, como uma conjugação incorreta, possivelmente deixar o vestibulando em dúvida quanto à possibilidade de esta alternativa ser a correta.

Desta maneira, “Português”, mesmo em uma questão que não é aparentemente gramatical, é especificado por esta norma.

A alternativa (a) é a correta, pois respeita a relação entre os tempos verbais e a correlação semântica entre eles.

### QUESTÃO 9/06

#### ▶ Questão 9

No trecho “há sonhos que devem permanecer nas gavetas, nos cofres, trancados até o nosso fim.”, o recurso de estilo que **NÃO** ocorre é a

- a) redundância.
- b) inversão.
- c) gradação.
- d) metáfora.
- e) enumeração.

Aqui “trecho” é uma reescrita de “há sonhos que devem...” em sinonímia por condensação, sendo ambos predicados por “recurso de estilo”, expressão literária”, que reescreve em totalização por definição as alternativas.

Com isto, temos outro enunciado que legitima o texto de Hilda Hilst como uma obra literária, mesmo não sendo ela uma escritora classificada dentro das tradicionais escolas literárias. Logo, “Português” é determinado em especificação pelo aspecto literário.

trecho – “há sonhos que devem...” | recurso de estilo

⊥

Português

Para responder a alternativa correta, o candidato teria que identificar qual figura de linguagem não aparece no trecho citado. Como a oração é apresentada em ordem direta, não há inversão de seus termos sintáticos, o que corresponde à alternativa (b).

### QUESTÃO 10/06

#### ▶ Questão 10

*A televisão tem de ser vista ..... um prisma crítico, principalmente as telenovelas, ..... audiência é significativa. Temos de procurar saber ..... elas prendem tanto os telespectadores.*

*Preenchem de modo correto as lacunas acima, respectivamente,*

- |                                       |                                   |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| a) a nível de / as quais a / por que. | d) em nível de / cuja a / porque. |
| b) sobre / que / porquê.              | e) sob / cuja / por que.          |
| c) sob / cuja / por que.              |                                   |

O texto desta questão não é, provavelmente, literário, quando apresenta característica de um texto dissertativo ao defender uma ideia. Deste modo, nota-se uma mudança em relação à escolha exclusiva de textos literários para as questões de português. Por outro lado, esta escolha ressalta o aspecto gramatical da questão, pois neste gênero de texto é exigida a norma culta da língua, gênero este cobrado pela FUVEST em sua proposta de redação na segunda fase.

**INSTRUÇÃO:** *Os três textos acima apresentam diferentes visões de trabalho. O primeiro procura conceituar essa atividade e prever seu futuro. O segundo trata de suas condições no mundo contemporâneo e o último, ilustrado pela famosa escultura de Michelangelo, refere-se ao trabalho de artista. Relacione esses três textos e com base nas idéias neles contidas, além de outras que julgue relevantes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando sobre o que leu acima e também sobre os outros pontos que você tenha considerado pertinentes.*

Assim, “A televisão tem de ser vista...” ao recortar a memória do gênero dissertativo determina “Português” e “correto” pelo aspecto gramatical, o que pode ser verificado nas alternativas, quando a única diferença é o modo como “por que” é grafado.

A televisão tem de ser vista... | correto  
 ⊥  
 Português

A correspondência correta dos termos que preenchem as lacunas é “sob”, quando a expressão corrente é ver algo “sob” determinado prisma; “cuja”, que remete ao antecedente “audiência das novelas” e concorda com o conseqüente, e “por que”, por se tratar de uma interrogativa indireta. Resposta (c).

### QUESTÃO 11/06

#### ▶ Questão 11

*Os verbos estão corretamente empregados apenas na frase:*

- No cerne de nossas heranças culturais se encontram os idiomas que as transmitem de geração em geração e que assegurem a pluralidade das civilizações.*
- Se há episódios traumáticos em nosso passado, não poderemos avançar a não ser que os encaremos.*
- Estresse e ambiente hostil são apenas alguns dos fatores que possam desencadear uma explosão de fúria.*
- A exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade e que tome consciência de seus próprios limites.*
- O que hoje talvez possa vir a tornar-se uma técnica para prorrogar a vida, sem dúvida amanhã possa vir a tornar-se uma ameaça.*

É interessante observar que as alternativas também são recortes de textos dissertativos, semelhante à questão 10. Quanto ao DSD, temos no enunciado “frase” sendo reescrita por “Os verbos” em especificação por condensação, enquanto “corretamente empregados”, que recorta a memória da norma gramatical, determina em especificação por definição este último termo. Logo, “Os verbos” determina por especificação “Português”. Ou seja, a frase em que os verbos estão corretamente empregados determina o sentido de português na questão, estando as alternativas em que “verbos” são incorretamente empregados em relação de antonímia com “Português”.

frase | Os verbos | corretamente empregados  
 ⊥  
 Português

verbos (incorretamente empregados)

Para responder, o Anglo resolveu mostrar as incorreções das alternativas, o que também faço aqui.

- a) “asseguem” por asseguram;
- b) “encaramos” por encaremos;
- c) “possam” por podem;
- e) “possa” por pode. Portanto, a alternativa correta é (d).

### QUESTÃO 12/06

#### **Texto para a questão 12**

Noite de S. João para além do muro do meu quintal.  
Do lado de cá, eu sem noite de S. João.  
Porque há S. João onde o festejam.  
Para mim há uma sombra de luz de fogueiras na noite,  
Um ruído de gargalhadas, os baques dos saltos.  
E um grito casual de quem não sabe que eu existo.

*Alberto Caeiro, Poesia.*

#### ▶ **Questão 12**

*Considerando-se este poema no contexto das tendências dominantes da poesia de Caeiro, pode-se afirmar que, neste texto, o afastamento da festa de São João é vivido pelo eu-lírico como*

- a) oportunidade de manifestar seu despreço pelas festividades que mesclam indevidamente o sagrado e o profano.
- b) ânsia de integração em uma sociedade que o rejeita por causa de sua excentricidade e estranheza.
- c) uma ocasião de criticar a persistência de costumes tradicionais, remanescentes no Portugal do Modernismo.
- d) frustração, uma vez que não experimenta as emoções profundas nem as reflexões filosóficas que tanto aprecia.
- e) reconhecimento de que só tem realidade efetiva o que corresponde à experiência dos próprios sentidos.

Em outra questão que tem como base o recorte de uma obra literária exigida pela lista, “Aberto Caeiro”, heterônimo de Fernando Pessoa, predica “Poesia”<sup>32</sup> que é reescrita no enunciado por “poesia de Caeiro” em procedimento de sinonímia por repetição, enquanto “poema” reescreve “Noite de S. João para além...” em especificação por definição, sendo este vocábulo redito por “texto” em generalização por substituição e predicado por “eu-lírico”.

<sup>32</sup> Diferente de outros escritores, a FUVEST não coloca o título da obra, *Poemas Reunidos de Alberto Caeiro*, junto com seu autor, como foi feito na questão 1 quando Clarice Lispector acompanhou *A hora da estrela*. Provavelmente esta mudança se deve ao fato desta reunião de poemas, por ser uma obra póstuma, não ter sido feita por Fernando Pessoa. Ou, então, por conta de Alberto Caeiro ser um heterônimo de Pessoa, logo, não sendo propriamente o autor do livro.

Alberto Caeiro † Poesia – poesia de Caeiro  
 †  
 poema † texto † eu lírico  
 †  
 Português

Para responder, o candidato deve rememorar as características poéticas de Caeiro, que, como afirmei, é um autor cobrado na lista de livros da FUVEST, assim, vemos mais uma vez “Português” sendo caracterizado pelo viés literário.

Com isto, para a resposta, seria necessário saber que Caeiro valoriza o conhecimento adquirido pelos sentidos, sendo avesso às generalizações feitas pela cultura e pelo conhecimento abstrato, logo, dissociando a festa por seu valor religioso e só levando em conta os aspectos percebidos pelos sentidos, como é apresentado na poesia: sombra de luz de fogueiras na noite / Um ruído de gargalhadas, os baques dos saltos e etc. Resposta (e).

### QUESTÃO 13/06

**Texto para a questão 13**

**PROFUNDAMENTE**

Quando ontem adormeci  
 Na noite de São João  
 Havia alegria e rumor  
 Estrondos de bombas luzes de Bengala  
 Vozes antigas e risos  
 Ao pé das fogueiras acesas.  
 No meio da noite despertei  
 Não ouvi mais vozes nem risos  
 (...)  
 Onde estavam os que há pouco  
 Dançavam  
 Cantavam  
 E riam  
 Ao pé das fogueiras acesas?  
 — Estavam todos dormindo  
 Estavam todos deitados  
 Dormindo

Profundamente

\*

Quando eu tinha seis anos  
 Não pude ver o fim da festa de São João  
 Porque adormeci  
 Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo  
 Minha avó  
 Meu avô  
 Totônio Rodrigues  
 Tomásia  
 Rosa  
 Onde estão todos eles?

— Estão todos dormindo  
 Estão todos deitados  
 Dormindo  
 Profundamente.

*Manuel Bandeira, Libertinagem.*

**Questão 13**

No conhecido poema de Bandeira, aqui parcialmente reproduzido, a experiência do afastamento da festa de São João

- a) é de ordem subjetiva e ocorre, primordialmente, no plano do sonho e da imaginação.
- b) reflete, em chave saudosista, o tradicionalismo que caracterizou a geração modernista de 1922.
- c) se dá predominantemente no plano do tempo e encaminha uma reflexão sobre a transitoriedade das coisas humanas.
- d) assume feição abstrata, na medida em que evita assimilar os dados da percepção sensível, registrados pela visão e pela audição.
- e) é figurada poeticamente segundo o princípio estético que prevê a separação nítida de prosa e poesia.

Manuel Bandeira (1886-1968) predica “Libertinagem”, livro da lista obrigatória, que é reescrito por “Profundamente” em especificação por expansão, enquanto esta poesia é redita por “conhecido poema de Bandeira” em procedimento de sinonímia por substituição, assim, determinando “Português” por literatura.

Manuel Bandeira – Libertinagem
⊥
Profundamente – conhecido poema de Bandeira
⊥
Português

Para responder o candidato deveria notar que a percepção sensorial de ruídos e imagens associadas à comemoração da festa de São João em um momento presente remete o eu lírico à memória de uma celebração no passado, quando este tinha seis anos. A lembrança distante no tempo e a ausência dos familiares leva o autor a uma reflexão sobre a transitoriedade da vida. Resposta (c).

Estas duas últimas questões mostram a FUVEST buscando estabelecer em sua prova uma relação entre diferentes obras, deste modo, apresentando o diferente olhar de escritores de sua lista, Alberto Caeiro e Manuel Bandeira, sobre um mesmo tema, festa de S. João.

## QUESTÃO 14/06

### Texto para as questões 14 e 15

Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para conhecer o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver.

Amyr Klink, *Mar sem fim*.

### Questão 14

- A repetição de “precisa viajar” acentua, no contexto, o valor daquelas experiências que
- se traduzem na exploração de nossa plena capacidade imaginativa.
  - concretizam o aprendizado das diferenças que formam a identidade pessoal.
  - ratificam a convicção de quem julga conhecer o que apenas imaginou.
  - acabam comprovando a importância de se viver tudo o que se planejou.
  - reforçam a simplicidade do prazer de um cotidiano sem surpresas.

Nesta questão, encontramos outro recorte que não pertence à literatura tradicional. *Mar sem fim* é um livro de Amyr Klink (1955-) que narra sua viagem ao redor do mundo em um veleiro. O livro é, então, uma espécie de diário de bordo de um velejador. Isto poderia indicar uma maior despreocupação com os aspectos formais de escrita, como a repetição de uma mesma expressão no texto. Porém, o enunciado indica que esta repetição é intencional, pois busca acentuar um aspecto do texto, deste modo, o que aparentemente seria um erro, legitima Amyr Klink como escritor.

Quanto ao DSD, temos “Amyr Klink” predicando “Mar sem fim”, título do livro que é reescrito em especificação por expansão pelo trecho “Um homem precisa viajar. Por sua conta...”, sendo este trecho reescrito por “repetição de *precisa viajar*” em especificação por condensação, enquanto este é predicado por “acentua o valor daquelas experiências”.

Amyr Klink ┆ Mar sem fim  
┆

Um homem precisa viajar... ┆ repetição de *precisa viajar* ┆ acentua o valor...  
┆

Português

No texto, o autor acredita ser imprescindível conhecer uma realidade diferente da que estamos acostumados para que, por contraste, possamos formar nossa própria identidade, como o texto diz explicitamente: “Precisa viajar (...) para entender o que é seu”. Alternativa (b).

### QUESTÃO 15/06

#### ▶ Questão 15

Na frase “que nos faz professores e doutores do que não vimos”, o pronome sublinhado retoma a expressão antecedente

- a) “para lugares”.
- b) “o mundo”.
- c) “um homem”.

- d) “essa arrogância”.
- e) “como o imaginamos”.

No enunciado, “que nos faz professores...” é uma reescrita de “frase” em sinonímia por expansão, enquanto “pronome sublinhado” reescreve “frase” em especificação por definição recortando a memória da gramática normativa, sendo “que” uma reescrita de “pronome sublinhado” em procedimento de sinonímia por substituição e reescrita de “expressão antecedente” em sinonímia por elipse. Portanto, “Português” é determinado aqui pelo aspecto gramatical.

frase – que nos faz professores...
⊥
pronome sublinhado – que – expressão antecedente
⊥
Português

Dois critérios devem ser observados para a resposta. Um é o paralelismo sintático, quando “arrogância” é qualificada por duas orações adjetivas, “que nos faz ver o mundo como imaginamos (...)” e “que nos faz professores e doutores do que não vimos (...)”, separadas por ponto-e-vírgula. O outro é semântico em que o pronome anafórico “que” introduz uma oração utilizada para

traduzir o sentido de arrogância como aquilo que “nos faz professores e doutores do que não vimos (...)”. Alternativa (d).

### QUESTÃO 16/06

#### Questão 16

*Costuma-se reconhecer que tanto **O primo Basílio** quanto as **Memórias póstumas de Brás Cubas** possuem notável conteúdo de crítica social. Apesar das muitas diferenças que separam os dois romances, em ambos essa crítica*

- a) fundamenta-se em minuciosa análise das relações sociais e tem como finalidade propor soluções construtivas para os problemas detectados.*
- b) dá a ver um conjunto de personagens que, com raras exceções, têm como traços mais marcantes a inconsistência, a pretensão, a veleidade e outras características semelhantes, figurando assim uma sociedade globalmente medíocre.*
- c) assume a forma do romance de tese, próprio da estética realista, no qual se procura validar um conjunto de hipóteses científicas, verificando-se sua pertinência na vida social das personagens.*
- d) visa a demonstrar o prejuízo que o excesso de leituras romanescas pode trazer à formação moral dos indivíduos, em particular quando interfere na educação das mulheres, matrizes da família.*
- e) incide principalmente sobre as mazelas sociais derivadas da persistência da escravidão em um contexto já moderno, no qual ela não mais se justifica.*

Em outra questão que aborda literatura são relacionadas duas obras da lista de livros exigida pela FUVEST. Deste modo, “O primo Basílio” e “Memórias póstumas de Brás Cubas” são totalizados em definição por “notável conteúdo de crítica social” que por sua vez é reescrita em sinonímia por repetição pelo vocábulo “crítica”, enquanto esta corresponde a uma rememoração das duas obras, sendo a alternativa (d) a que corresponde corretamente a este rememorable.

O primo Basílio – Memórias póstumas de Brás Cubas

⊥  
notável conteúdo de crítica social – crítica

⊥  
alternativa (d)

⊥  
Português

Com isto, percebemos “Português” determinado por esta relação entre as duas obras literárias.

## QUESTÃO 17/06

### Texto para as questões de 17 a 20

É impossível colocar em série exata os fatos da infância porque há aqueles que já acontecem permanentes, que vêm para ficar e doer, que nunca mais são esquecidos, que são sempre trazidos tempo afora, como se fossem dagora. É a carga. Há os outros, miúdos fatos, incolores e quase sem som — que mal se deram, a memória os atira nos abismos do esquecimento. Mesmo próximos eles viram logo passado remoto. Surgem às vezes, na lembrança, como se fossem uma incongruência. Só aparentemente sem razão, porque não há associação de idéias que seja ilógica. O que assim parece, em verdade, liga-se e harmoniza-se no subconsciente pelas raízes subterrâneas — raízes lógicas! — de que emergem os pequenos caules isolados — aparentemente ilógicos! só aparentemente! — às vezes chegados à memória vindos do esquecimento, que é outra função ativa dessa mesma memória.

Pedro Nava, *Baú de ossos*.

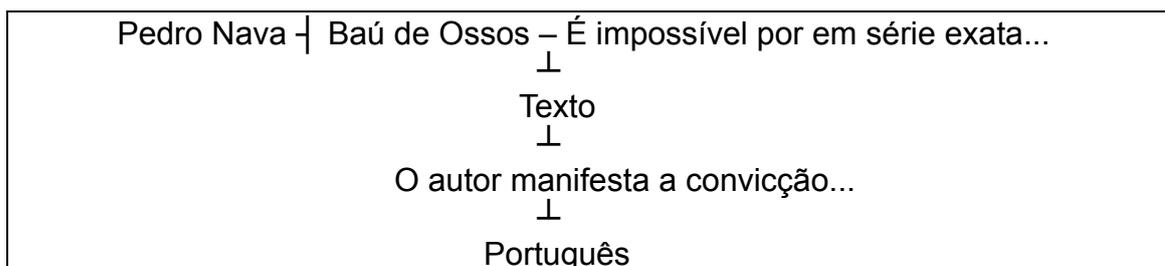
### Questão 17

Ao analisar os processos da memória, o autor manifesta a convicção de que

- os fatos que não são lembrados com constância cairão para sempre nos abismos do esquecimento.
- é mais dolorosa a lembrança de fatos que pareciam para sempre esquecidos do que a dos fatos que não saem da memória.
- os fatos que pareciam inteiramente esquecidos podem de repente surgir na memória com o aspecto de uma associação imprópria.
- é mais prazerosa a memória assídua de fatos da infância do que a memória de fatos ocorridos mais recentemente.
- os fatos que, quando vividos, pareciam extravagantes costumam ser depois lembrados como inteiramente lógicos.

O texto para as quatro últimas questões é um texto de Pedro Nava (1903-1984) que, embora tenha sido uma figura influente do movimento modernista mineiro, também sendo considerado pela crítica<sup>33</sup> um dos maiores memorialistas da literatura brasileira, não figura entre aqueles escritores que são ensinados tradicionalmente dentro das escolas literárias.

Ainda assim, temos “Pedro Nava” predicando “Baú de Ossos” que é reescrito em procedimento de sinonímia por expansão pelo trecho da obra reescrito por “Texto” em generalização por definição, enquanto “o autor manifesta a convicção...” reescreve este em procedimento de desenvolvimento por elipse.



<sup>33</sup> Pedro Nava e a Construção do Texto (2003)

Logo, como é cobrada ao candidato a capacidade de interpretar este texto, podemos entender que “Baú de ossos” e suas reescrituras na questão determinam “Português” por especificação.

A alternativa correta é (c), pois segundo o autor fatos que parecem completamente esquecidos “surgem às vezes na lembrança, como se fossem uma incongruência”, ou seja, com aspecto de uma associação imprópria.

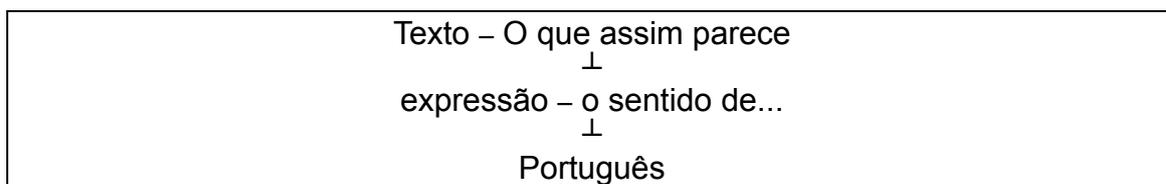
### QUESTÃO 18/06

#### ▶ Questão 18

*A expressão “O que assim parece” tem, no contexto, o sentido de*

- a) o que aparenta ser uma pura lembrança.*
- b) o que aparenta ser uma associação de idéias.*
- c) o que parece harmonizado no subconsciente.*
- d) o que parece uma incongruência.*
- e) o que aparece como se fosse lógico.*

Nesta questão, “O que assim parece” reescreve “Texto”, que está no início na instrução para as quatro últimas questões, em sinonímia por condensação, sendo redito por “expressão” em especificação por definição, enquanto este vocábulo é reescrito por “o sentido de...” em sinonímia por elipse.



Em outra questão que remete à interpretação, encontramos “Português” sendo determinado pelo sentido de um texto literário.

A alternativa correta é (c), pois “O que assim parece” retoma a ideia apresentada anteriormente, que só aparentemente uma associação de ideias pode parecer incongruente, sem razão.

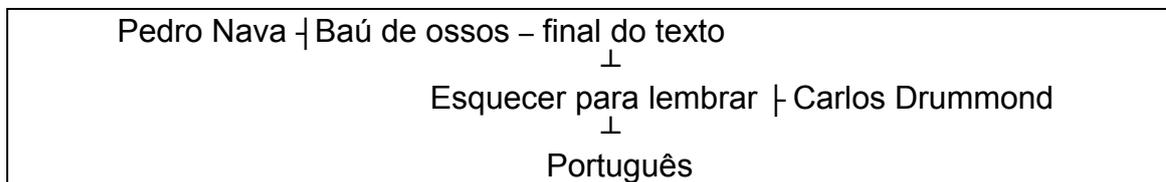
## QUESTÃO 19/06

### Questão 19

O que Pedro Nava afirma no final do texto ajuda a compreender o título do livro **Esquecer para lembrar**, de Carlos Drummond de Andrade, título que contém

- a) um paradoxo apenas aparente, já que designa uma das operações próprias da memória.
- b) uma contradição insuperável, justificada apenas pelo valor poético que alcança.
- c) uma explicação para a dificuldade de se organizar de modo sistemático os fatos lembrados.
- d) uma fina ironia, pois a antítese entre os dois verbos dá a entender o inverso do que nele se afirma.
- e) uma metáfora, já que o tempo do esquecimento e o tempo da lembrança não podem ser simultâneos.

Na questão 19, há uma relação entre dois escritores do modernismo mineiro, Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade. Desta maneira, “Carlos Drummond” predica “Esquecer para lembrar”, enquanto “final do texto”, que é uma reescrita em sinonímia por condensação de “Baú de ossos”, reescreve o título do livro de Drummond em procedimento de desenvolvimento por expansão.



É interessante notar esta relação de Pedro Nava com Carlos Drummond, quando este, por ser um cânone da literatura brasileira, aparentemente legitima o autor de *Baú de ossos*, determinando “Português” pelo aspecto literário.

Quanto à resposta correta, *Esquecer para lembrar* é um título só aparentemente contraditório, pois o ato de esquecer é uma das operações da memória, como mostra o texto de Pedro Nava, assim, é a partir do esquecimento que acontece a lembrança. Alternativa (a).

## QUESTÃO 20/06

### Questão 20

O valor sintático-semântico do vocábulo sublinhado no trecho “Há os outros, (...) que mal se deram”, corresponde ao do mesmo termo em:

- a) Vou aceitar o cargo, apesar de falar mal o português.
- b) Meu livro foi mal acolhido pelos críticos de plantão.
- c) Mal sabia eu o que me esperava atrás daquela porta.
- d) Em público, ela mal olha para mim.
- e) Mal entrei em casa, o telefone tocou.

Na última questão de Português da prova de 2006, temos “trecho” reescrevendo “Há os outros...” em procedimento de sinonímia por condensação, enquanto “valor sintático-semântico” determina em procedimento de especificação por definição “vocábulo sublinhado” que é uma reescrita de “trecho” em especificação por condensação, sendo esta expressão redita por “termo” em sinonímia por definição.

trecho – Há os outros, (...) que mal se deram

$\top$   
 vocábulo sublinhado – mal – termo | valor sintático semântico  
 $\perp$   
 Português

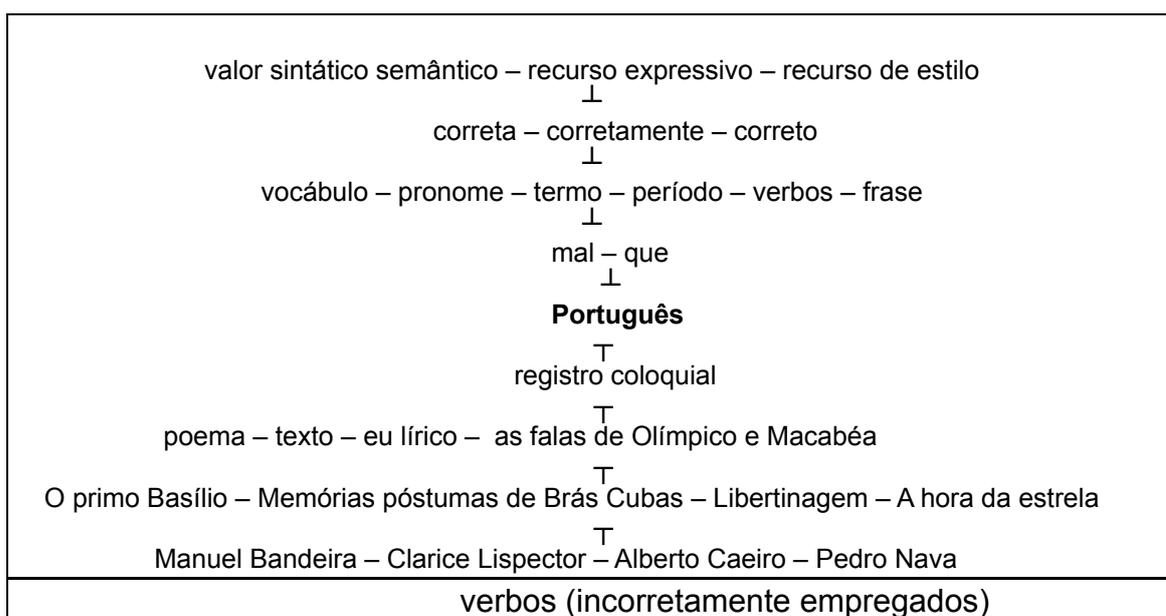
No trecho o vocábulo sublinhado funciona como conjunção temporal, substituível por **assim que** ou **logo que**, correspondendo à alternativa (e).

### 3.2.1 DSD prova 2006

Concluída a análise das questões de língua portuguesa da primeira fase de 2006, podemos notar que aparentemente houve certa abertura em relação à prova de 1977, quando os textos das questões não se limitaram a obras de cânones literários.

Por outro lado, semelhante à análise anterior, encontramos as questões sendo de alguma forma determinadas pelo aspecto gramatical ou pela literatura, mesmo quando o foco era a interpretação, como ocorre na questão 8 em que “coerente” é relacionado a “correto”. E nesta direção é possível perceber que os enunciados que supostamente ampliariam o conceito de “Português” na prova, por não estarem limitados ao texto de grandes escritores literários, são de algum modo legitimados pela literatura ou pela gramática, como acontece com o texto de Amyr Klink, quando a repetição no seu texto é justificada pela intenção do autor em acentuar um valor, ou na questão 19, em que Pedro Nava é legitimado por uma associação com Carlos Drummond de Andrade.

Com isto, a prova de 2006, ao delinear o sentido de “Português” por literatura e gramática, semelhante ao conteúdo da disciplina língua portuguesa nos anos 60, período que antecede a Lei nº 5692/71, reitera a prova de 1977. O que pode ser observado no DSD do exame, em que o título “Português” é especificado por expansão pelas questões do mesmo.



Ainda sobre este DSD, é interessante observar que nesta prova houve alguma mudança no modo como eram formuladas as questões. Elementos que remetiam à gramática normativa de maneira mais direta, como “gramaticalmente”, na prova de 1977, ou “norma culta”, não foram usados, embora não se tenha evitado o uso do termo “correto” e seus cognatos, conforme indica a sociolinguística aplicada ao ensino, que também é descrita no manual do candidato, quando este reconhece à variabilidade linguística. De acordo com o Manual da FUVEST (2006, p.42)

A prova de Português visa a avaliar a capacidade de ler, compreender e interpretar criticamente textos de toda natureza - literários e não literários -, bem como a capacidade de mobilizar conhecimentos linguísticos na produção de textos que atendam aos requisitos de adequação, correção, coesão e coerência. O candidato deve, portanto, dominar a norma culta da língua escrita, reconhecer outras variedades linguísticas, assim como possuir um certo repertório de leituras de textos literários, no nível próprio do conculinte do Ensino Médio. No que se refere aos conhecimentos linguísticos, tais competências supõem que o candidato domine os conteúdos dos itens seguintes:

- I. Língua Portuguesa
  1. Níveis de significação do texto: significação explícita e significação implícita, denotação e conotação.
  2. Distinção entre variedades do português. (...)

Assim, notamos uma disparidade no dizer da FUVEST, como acontece na prova anterior, quando em seu manual ao candidato é proposto um reconhecimento da variabilidade linguística, mas que ao ocupar um lugar social de normatividade a FUVEST predica a prova determinando à gramática e à literatura como formas de pertencimento.

Além disso, não há uma divisão por secção entre as questões que seriam propriamente de gramática e as que seriam de literatura como aconteceu na prova de 1977. Esta mudança, aparentemente, já é um reflexo da interdisciplinaridade promovida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Assim, mesmo dentro de uma só disciplina, procura-se apagar a divisão por setores.

## Considerações finais

A partir de uma discussão teórica que tinha como base o questionamento da democratização do ensino de língua portuguesa pela implementação e aplicação de uma política linguística que regula a língua em uma relação norma padrão e variantes do português, conforme a concepção de ensino de base sociolinguística, aqui denominada pedagogia da língua de cabide, procurei demonstrar o funcionamento de uma prova de vestibular que sustenta um conceito de variabilidade linguística, o que a faz, conseqüentemente, ter como base a indicação a uma nomenclatura que evita tratar o desvio às regras gramaticais como erro e também a ampliação dos objetos de leitura, não os limitando aos textos literários.

Para isso, em um primeiro momento, tentei demonstrar o que são políticas linguísticas e como estas são determinantes ao ensino de língua. Deste modo, ao ser lançada em momento de promoção da Lei n° 5692/71, que tinha como proposta popularizar o ensino de língua, a prova de língua portuguesa da FUVEST se adequou a um conceito que, em princípio, não limitava a língua à gramática e à literatura. Assim, apoiado na crítica de Pêcheux e Gadet (1998) ao sociologismo por este negar o político na língua, mesmo quando seu objetivo era de incluí-lo, desenvolvi o conceito de *pedagogia de língua de cabide* para representar esta prática de ensino que propõe um falante que recorta a língua portuguesa em secções, utilizando uma forma da língua adequada a cada situação. Com isto, para sustentar esta crítica, questioneei a funcionalidade deste método por haver um falso reconhecimento da diversidade linguística, quando somente uma forma era legitimada pelo Estado e, também, por este não

considerar a constituição histórica de formação do sujeito, observando, deste modo, a língua na transparência.

Logo, esta metodologia estaria simplificando o sentido da palavra ao que ela refere, negando a materialidade histórica que constitui a língua.

Nesta perspectiva, em um estudo semântico de suas provas, procurei demonstrar, com base na noção de sujeito de Guimarães (2005), como a disparidade constitutiva no dizer da FUVEST tem influência na significação do exame, quando há uma contrariedade entre o dizer de uma instituição que promove uma ampliação do conceito de língua portuguesa e um posicionamento na história que predica o vestibular como lugar da norma. Desta maneira, ainda que a FUVEST manifeste um dizer de vanguarda nos exames vestibulares, propondo combater um conceito que sustenta a língua de um só grupo social, ela está dentro de uma temporalidade em um acontecimento, conseqüentemente, sendo predicada por um lugar social de aplicação da norma.

Deste modo, a formulação de um manual ao candidato que reconhece a variabilidade linguística, a partir de um dizer científico<sup>34</sup>, apaga o lugar social de normatividade da FUVEST quando este procura indicar que não há na prova uma limitação à concepção tradicional de língua portuguesa que a divide exclusivamente entre gramática e literatura, adequando, portanto, o exame ao molde das diretrizes de ensino do MEC, tanto no vestibular de 1977, quanto no de 2006, enquanto este esquecimento significa a prova desta posição. O que pôde ser verificado pelo estudo das provas, quando os enunciados especificaram o vestibular de 1977, Comunicação e Expressão, e o de 2006, Português, pelo aspecto gramatical e literário.

---

<sup>34</sup> Posição sujeito

Por esta razão, as palavras e expressões, como “Comunicação e Expressão”, que substituem ou apagam o aspecto normativo do vestibular são reditas em determinação pela norma por estarem no espaço enunciativo do vestibular, o que altera o modo como estas palavras e expressões recortam o mundo.

É assim que língua portuguesa, reescrita nas provas por “Comunicação e Expressão” e “Português”, é significada pela norma gramatical, enquanto os desvios a esta estão em relação de antonímia ao português, a não ser quando aparecem em textos literários, remetendo o “erro” à legitimidade pela intencionalidade do autor. Percebemos, desta maneira, a prova sendo realizada em uma relação de conformidade com a pedagogia de língua de cabide, em que a variabilidade linguística é definida pela intencionalidade do sujeito, que a partir do conhecimento da norma escolhe quando usá-la ou não.

Com isto, a implementação e aplicação de uma proposta pedagógica sociolinguística apaga o caráter normativo de uma prova de vestibular, visando, assim, uma democratização do ingresso à universidade. No entanto, foi possível perceber que este modo de pensar a língua se pauta numa visão tradicional marcada pela normatividade, pela transparência, pela análise lógica que exclui a relação com a exterioridade, reiterando o caráter excludente da prova.

## BIBLIOGRAFIA

**ANGLO.** Disponível em: <<http://convenio.cursoanglo.com.br/Home.aspx>>.

Acesso em: 29/11/2010.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas.** 14 ed. São Paulo: Atica, 1990. [s.p.]. -- (Série Bom Livro)

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolingüística.** 16 ed. São Paulo: Contexto, 2008. 219 p.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem.** Michel Lahud (Trad.). 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1995. 196 p.

BECHARA, Evanildo. **Bom professor faz aluno ser poliglota na própria língua.** Recife-PE, 2000. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/JC/\\_2000/1912/cc1912\\_2.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1912/cc1912_2.htm)>. Acesso em: 7 jan. 2012.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. 671 p.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral.** [Problèmes de linguistique générale II]. Marco Antônio Escobar (Trad.). 2 ed. Campinas: Pontes, 2006. v.2. 294 p.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure.** (Trad.) Carlos A. L. Salum; Ana Lúcia Franco. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2000. 317p.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei n. 5692 - Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus.** Brasília, 1971.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

CALVET, Louis-Jean. **Las Políticas Lingüísticas.** Lía Varela (Trad.) Buenos Aires: Edicial, 1997, 110 p.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Scipione, 1997. 581 p.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. 762 p.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. [Le Dire et le Dit]. Eduardo Guimarães (Trad.). Campinas: Pontes, 1987. 222 p.

\_\_\_\_\_. **Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)**. (Trad) Carlos Vogt, Rodolfo Ilari -- São Paulo: Cultrix, 1972. 331p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/915795-livro-distribuido-pelo-mec-defende-errar-concordancia.shtml>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

Fundação Universitária para o Vestibular. **FUVEST 1977**: manual de informações. São Paulo, Fuvest, 1977. 3 v.

Fundação Universitária para o Vestibular. **FUVEST 2006**: manual de informações. São Paulo, Fuvest, 2005. 3 v. p.42

GONZAGA, Tomas Antonio. **Cartas chilenas** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 183p.

\_\_\_\_\_. **Marília de Dirceu**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001. 255 p.

GUIMARÃES, Eduardo (org). **História e sentido na linguagem**. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2008. 174 p.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes: 1995. 91 p.

\_\_\_\_\_. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. “Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil”. In: SANTOS, Josalba Fabiana e OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Mosaico de linguagens**. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. “Domínio semântico de determinação”. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007. p. 77-96.

KLINK, Amyr, **Mar sem fim: 360° ao redor da Antártica**. Sírio B. Cançado (Ilust.). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 271 p.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008. p.392.

MANTOVANELLI, Thaís. **Crianças invisíveis da reserva indígena Icatu - SP** : relações sociais e espacialidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MOTOYAMA, Shozo; NAGAMINI, Marilda. **Fuvest: 30 anos da Fundação Universitária para o Vestibular**. São Paulo: EDUSP, 2007. 630 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000. 100 p.

\_\_\_\_\_. (Org.). Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade. In: \_\_\_\_\_. **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 53-62.

PAGOTTO, Emilio Gozze. O Lingüista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 35-51.

PANICHI, Edina; CONTANI, Miguel Luiz. **Pedro Nava e a construção do texto**. Londrina-PR: EDUEL, 2003 São Paulo, Ateliê. xi, 154 p.

PAYER, Maria Onice. Processos de identificação sujeito/língua: Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 113-123

PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli (trad). **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008. 68 p.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. Há uma via para a linguística fora o logicismo e o sociologismo. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Trad.). **Escritos**: discurso e política. Campinas: LABEURB/Unicamp, 1998. p. 06-16

PEREIRA, Rosimeri da Silva. As reformas educacionais do século XX e a disciplina língua portuguesa entre o ensino clássico e o moderno. In: Jornada do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 8., 2008. São Carlos. **Anais da VIII Jornada do HISTEDBR**. São Carlos: UFSCar, 2008.

POMPEIA, Raul D'Avila. **O Ateneu**: crônica de saudades. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963. 188 p.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 36 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. 213 p.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. [La mésentente - politique et philosophie]. Ângela Leite Lopes (Trad.). São Paulo: Ed. 34, 1996. 138 p.

REGO, Jose Lins do. **Doidinho**: romance. 41 ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2006. 235 p.

\_\_\_\_\_. **Pedra bonita**: romance. 13 ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1999. 206 p.

SAMARA, Eni de Mesquita. **30 anos de Fuvest**: a história do vestibular da Universidade de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2007. 184 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Charles Bally (Org.); Albert Sechehaye (Org.). Antonio Chelini (Trad.). 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 279 p.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v.1. 364 p.

VEJA. **MEC não recolherá livro que incentiva aluno a falar errado**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/mec-nao-recolhera-livro-que-incentiva-aluno-a-falar-errado>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

VIEIRA, Alice. Ensino de literatura e vestibular. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 18, n. 2, dez. 1992. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551992000200004&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551992000200004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 7 jan. 2012.

# **Anexo A**

**FUVEST/1977**  
**Comunicação e Expressão**

**grupo A****FUVEST****CONCURSO VESTIBULAR 1977**

NOME DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

Nº DE INSCRIÇÃO \_\_\_\_\_

**PROVAS DE CONHECIMENTOS GERAIS****INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA  
LEIA COM MUITA ATENÇÃO**

1. ESTA PROVA CONTÉM 120 QUESTÕES, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS, E TEM A DURAÇÃO DE 4 HORAS.
2. TODOS OS ESPAÇOS EM BRANCO PODEM SER USADOS PARA RASCUNHO.
3. PARA CADA QUESTÃO EXISTE SOMENTE UMA ALTERNATIVA CORRETA. ASSINALE NA FOLHA INTERMEDIÁRIA A ALTERNATIVA QUE VOCÊ JULGAR CERTA.
4. DEPOIS DE ASSINALAR TODAS AS RESPOSTAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA, SOLICITE DO FISCAL SUA FOLHA DE RESPOSTAS DEFINITIVA. NESSE MOMENTO, O CADERNO DE QUESTÕES SERÁ ENTREGUE AO FISCAL.
5. AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS, CONFIRA OS DADOS NELA CONTIDOS PARA CERTIFICAR-SE DE QUE ELA É REALMENTE SUA. A SEGUIR, ASSINE-A, UTILIZANDO CANETA ESFEROGRÁFICA.
6. TRANSCREVA PARA A FOLHA DEFINITIVA TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA. PARA ISSO, USE LÁPIS Nº 2 E BORRACHA MACIA. ASSINALE A RESPOSTA COM UM TRAÇO BEM FORTE, QUE DEVE OCUPAR TODA A EXTENSÃO DO ALVÉOLO.  
SE ERRAR, APAGUE CUIDADOSAMENTE, SEM DEIXAR MARCAS DE LÁPIS.  
NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO EM BRANCO.  
ASSINALE APENAS UMA ALTERNATIVA PARA CADA QUESTÃO.  
SERÁ ANULADA A QUESTÃO EM QUE FOR ASSINALADA MAIS DE UMA ALTERNATIVA.
7. O QUE VOCE NÃO DEVE FAZER:  
NÃO RASURE, NEM AMASSE A FOLHA DE RESPOSTAS.  
NÃO ASSINALE A RESPOSTA COM "X"; O QUE INVALIDA A QUESTÃO.  
NÃO USE CANETA EM HIPÓTESE ALGUMA, AO ASSINALAR AS RESPOSTAS.  
NÃO ULTRAPASSE O ALVÉOLO, AO ASSINALAR AS RESPOSTAS.  
NÃO FAÇA TRAÇOS FRACOS. OBSERVE O EXEMPLO DE PREENCHIMENTO ABAIXO.
8. AO TERMINAR VOCÊ PODERÁ LEVAR CONSIGO A FOLHA INTERMEDIÁRIA. ESTE CADERNO DE QUESTÕES NÃO LHE SERÁ DEVOLVIDO.

**QUESTÃO Nº 1**

ASSINALE NA FOLHA INTERMEDIÁRIA A ALTERNATIVA A, QUE CORRESPONDE AO SEU GRUPO, ASSIM:

 A     B     C     D

## 2 - CURSO ANGLO LATINO

**ATENÇÃO:** Na primeira questão, verifique se assinalou a letra cor respondente ao seu grupo.

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

QUESTÕES 2 a 4

**LEIA COM ATENÇÃO:**

"Quando os jornais anunciaram para o dia 1º deste mês uma parede de açougueiros, a sensação que tive foi mui diversa da de todos os meus concidadãos. Vós ficastes aterrados; eu agradei o acontecimento ao céu. Boa ocasião para converter esta cidade ao vegetarianismo.

Não sei se sabem que eu era carnívoro por educação e vegetariano por princípio. Criaram-me a carne, mais carne, ainda carne, sempre carne. Quando cheguei ao uso da razão e organizei o meu código de princípios, incluí nele o vegetarianismo; mas era tarde para a execução. Fiquei carnívoro. Era a sorte humana; foi a minha. Certo, a arte disfarça a hediondez da matéria. O cozinheiro corrige o talho. Pelo que respeita ao boi, a ausência do vulto inteiro faz esquecer que a gente come um pedaço do animal. Não importa, o homem é carnívoro. Deus, ao contrário, é vegetariano. Para mim a questão do paraíso terrestre explica-se clara e singelamente pelo vegetarianismo. Deus criou o homem para os vegetais, e os vegetais para o homem; fez o paraíso cheio de amores e frutos, e pôs o homem nele." (Machado de Assis)

2. Segundo o texto, a população ficou aterrorizada porque:

- a) o autor queria convertê-la ao vegetarianismo;
- b) a parede poderia alastrar-se e vir a prejudicar o abastecimento geral da cidade;
- c) a Teologia condenava o uso da carne; Deus é vegetariano;
- d) os jornais incentivavam a prática do vegetarianismo;
- e) sabia que a carne iria faltar.

Para responder corretamente à questão 2, bastaria comparar alguns enunciados do primeiro parágrafo: de fato, a notícia de que faltaria carne no mercado provocou no cronista uma sensação "mui diversa" da de seus concidadãos; estes ficaram aterrados, pois, com a parede de açougueiros, enunciada logo na segunda linha, deduziam a futura falta de carne. Só a alternativa e corresponde ao que se pede.

Resp.: (e)

3. Do texto ainda se pode deduzir que:

- a) a arte dos cozinheiros facilita ao homem ser carnívoro;
- b) o autor considerá-se homem de sorte por ser carnívoro;
- c) o uso da razão não aconselhava ao autor alimentar-se de vegetais;
- d) o autor preferia o vegetarianismo por uma razão estética;
- e) os vegetais são o principal alimento do homem.

Sob o humor de Machado, há uma fina observação: a arte do cozinheiro faz esquecer a "hediondez da matéria". Logo, ele reforça ou incentiva o hábito de ingerir carne.

Resp.: (a)

4. Em "Criaram-me a carne..." , o termo sublinhado pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- a) para a;
- b) a maneira de;
- c) com;
- d) segundo a;
- e) conforme a.

Em "Criaram-me a carne", a preposição a exerce a mesma função que noutras frases em que entra o adjunto adverbial de meio, instrumento ou matéria:

"O trem é movido a carvão". (...movido com carvão).

"O nenê é alimentado a leite em pó" (...alimentado com leite em pó).

Logo, a resposta só pode ser c: "Criaram-me com carne".

Resp.: (c)

QUESTÕES 5 a 7

LEIA COM ATENÇÃO:

Soneto da Perdida Esperança

"Perdi o bonde e a esperança.  
Volto pálido para a casa.  
A ris é inútil e nenhum auto  
passaria sobre meu corpo.

Vou subir a ladeira lenta  
em que os caminhos se fundem.  
Todos eles conduzem ao  
princípio do drama e da flora.

Não sei se esto: sofrendo  
ou se é alguém que se diverte  
por que não? na noite escassa

com um insólvel flautim.  
Entretanto há muito tempo,  
nós gritamos: sim! ao eterno."

(Carlos Drummond de Andrade)

5. Além do problema da solidão, o poema ainda sugere, predominantemente:

- a) irmanação com a natureza ausente;
- b) aversão por todos os seres que povoam a noite;
- c) o drama da passagem do tempo e a saudade da infância;
- d) a sensibilidade musical do poeta;
- e) ceticismo, quanto à possibilidade de solução.

Para quem tenha algum contato adequado com a poética de Drummond é comum perceber o problema do bloqueio existencial (José, etc.) e do ceticismo quanto a eficácia de qualquer sonho ou utopia. Nisto ele é o contrário de Manuel Bandeira. Logo só a alternativa e é aceitável.

Resp.: (e)

6. No poema, o autor utiliza-se da substantivação, como recurso estilístico, no verso:

- a) 1;
- b) 2;
- c) 5;
- d) 12;
- e) 14.

## 4. - CURSO ANGLO LATINO

Somente no último verso ocorre substantivação do adjetivo realizada na expressão ao eterno, onde o artigo, o (adjunto adnominal) determina o adjetivo eterno em substantivo, ou seja como sinônimo de eternidade.

Resp.:  e

7. Assinale a alternativa em que ambos os termos tenham, no texto acima, a mesma função sintática:

- a) bonde - drama                      d) auto - flautim  
b) esperança - ladeira              e) inútil - escassa  
c) rua - corpo

A função sintática dos termos esperança e ladeira é determinada respectivamente pela transitividade dos verbos perdi e subir. Note-se que ambos os termos se transformariam em sujeito caso passivássemos ambos os verbos: Esperança e ladeira são pois objetos diretos; a única alternativa com termos de mesma função é b.

Resp.:  b

## QUESTÃO 8

LEIA ATENTAMENTE:

"Não verás separar ao hábil negro  
do pesado esmeril a grossa areia,  
e já brilharão os granetes de ouro  
no fundo da batóia."

No texto acima, o agente da ação expressa pelo verbo SEPARAR é:

- a) tu (oculto);                      d) a grossa areia;  
b) o hábil negro;                  e) ele (oculto).  
c) ela (oculto).

A alternativa correta é b. Com os verbos mandar, deixar, fazer, ver, ouvir (auxiliares) formam-se expressões em que há um sujeito para o verbo auxiliar e outro para o principal: Deixei João sair. "Eu" é sujeito de "deixei" e "João" é sujeito de "sair". No texto, temos: "Não verás o hábil negro separar..."; onde "tu" é sujeito de "verás" e "hábil negro" é sujeito de "separar". Apenas houve inversão e partícula expletiva "a" antes do sujeito: "Não verás separar ao hábil negro...".

Resp.:  b

## QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que o texto esteja corretamente pontuado:

- a) "Enquanto eu fazia comigo mesmo aquela reflexão, entrou na loja um sujeito baixo sem chapéu trazendo pela mão, uma menina de quatro anos."  
b) "Enquanto eu fazia comigo mesmo aquela reflexão, entrou na loja, um sujeito, baixo, sem chapéu, trazendo pela mão, uma menina de quatro anos."  
c) "Enquanto eu fazia comigo mesmo aquela reflexão, entrou na loja um sujeito baixo, sem chapéu, trazendo pela mão uma menina de quatro anos."

FUVEST / 1ª FASE — 5  
CONCURSO VESTIBULAR 1977

- d) "Enquanto eu, fazia comigo mesmo, aquela reflexão, entrou na loja um sujeito baixo sem chapéu, trazendo pela mão uma menina de quatro anos."  
e) "Enquanto eu fazia comigo mesmo, aquela reflexão, entrou na loja, um sujeito baixo, sem chapéu trazendo, pela mão, uma menina, de quatro anos."

A alternativa correta é c. A vírgula depois de "reflexão" marca a separação da oração adverbial que, inclusive, está na ordem inversa (antes da principal). As demais vírgulas separam termos entre si coordenados, ou seja, entre si independentes, da mesma natureza.

Resp.: (c)

QUESTÕES 10 a 12

ASSINALE A ALTERNATIVA EM QUE AMBAS AS FRASES ESTEJAM GRAMATICALMENTE CORRETAS.

10. a) 1. Os abaixo-assinados aguardam decisão de Vossa Senhoria.  
2. O menino mau criado não inspira simpatia.  
b) 1. Enviou um romance de Alencar para mim ler.  
2. Um grupo de jovens gritavam e protestavam.  
c) 1. Em face das perguntas indiscretas, acordamos em não responder.  
2. Hoje em dia se vêem objetos estranhos no céu.  
d) 1. Os artistas parecem pressentirem realidades que só muito depois a ciência comprovará.  
2. Entre eu, tu e ele não haverá qualquer constrangimento.  
e) 1. Comunico a Vossa Excelência que vosso pedido já mereceu nossa atenção.  
2. A sociedade lusa-brasileira defende sua unidade lingüística.

A alternativa correta é c. - Com referência às alternativas incorretas, lembramos que o plural de abaixo-assinado é abaixo-assinados; escreve-se "malcriado"; "para eu ler"; "parecem pressentir" ou "parece pressentirem"; "entre mim, ti e ele"; "seu pedido"; "luso-brasileira".

Resp.: (c)

11. a) 1. Se tivéssemos pensado melhor, dariamos-lhe a resposta correta.  
2. Assiste-lhe o direito de reclamar.  
b) 1. Ele lembrou, naquele momento de solidão, de sua infância distante.  
2. Ao pobre amigo, não o abandonarei nesta triste conjectura.  
c) 1. Os homens cuja a maior preocupação é o dinheiro não tem olhos para as estrelas.  
2. Se houvesse verdadeiro espírito cristão, só deveriam haver razões para perdoar e nunca para condenar.  
d) 1. Aos maus, pouco lhes importa que se destrua o Universo.  
2. Eu, também me parece que as conheço, mas vou sempre dizer do que não.  
e) 1. O último campeonato trouxe novas esperanças, haja visto os atletas que revelaram-se.  
2. Decidimos não esperar mais, pois já faziam dois anos que partiu, sem enviar-nos notícias.

## 6 - CURSO ANGLO LATINO

A alternativa correta é d. Incorreções das demais alternativas "dar-lhe-íamos"; "Ele lembrou-se de sua infância distante" ou "Lembrou-lhe sua infância distante"; "conjuntura" seria palavra mais adequada que "conjectura"; "Os homens cuja maior preocupação é o dinheiro não têm..."; "deveria haver"; "haja vista aos atletas" ou "haja vista os atletas"; "os atletas que se revelaram"; "fazia dois anos".

Resp.: (d)

12. a) 1. No salão havia cadeiras para todos os convidados.  
2. O ensino visa ao progresso social.  
b) 1. Durante a discussão, ele não interviu uma só vez.  
2. Se vocês virem o meu colega, avisem-me, por favor.  
c) 1. O Eduardo foi a Itália, mas não foi a Roma.  
2. Não quero te ver brincando com coisas sérias.  
d) 1. Chegou o mapa e o dicionário que encomendamos.  
2. Não se dá esmolas a quem pode trabalhar.  
e) 1. Estudou muito e, por isso, não recejava a dificuldade do exame.  
2. É tempo de ele mudar de vida, antes que seja tarde.

A alternativa correta é a.

- Incorreções das demais alternativas: "interveio"; "foi à Itália"; "Não te quero ver" ou "Não quero ver-te"; "Não se dão esmolas"; "por isso"; "não receava".

Resp.: (a)

QUESTÕES 13 e 14

Assinale a alternativa em que os termos grafados corretamente podem preencher os claros dos textos:

13. "Quando você \_\_\_\_\_ o \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ em meu nome."  
a) ver - dignitário - saúda-o  
b) vir - dignitário - saudai-lhe  
c) ver - dignatário - saúde-o  
d) vir - dignitário - saúde-o  
e) vir - dignatário - saudai-o

A alternativa correta é d.

- O futuro do subjuntivo de "ver" é "vir; vires, vir, virmos, etc.". - "Saúde-o", mantendo o mesmo tratamento inicial, ou seja, 3ª pessoa do singular.

Resp.: (d)

14. "Estava \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ da guerra, pois os homens \_\_\_\_\_ nos erros do passado."  
a) eminente - deflagração - incidiram  
b) iminente - deflagração - reincidiram  
c) eminente - conflagração - reincidiram  
d) preste - conflagração - incidiram  
e) prestes - flagração - recindiram

Resp.: (b)

## QUESTÕES 15 e 16

## CONCURSO VESTIBULAR 1977

Identifique as figuras de linguagem empregadas nos versos sublinhados.

15. "No tempo de meu Pai, sob estes galhos,  
Como uma vela funebre de cera,  
Chorei bilhões de vezes com a canseira  
De inexorabilíssimos trabalhos!"

- a) Antítese  
b) Anacoluto  
c) Hipérbole  
d) Litotes  
e) Paragoge

Há, no segmento sublinhado, um exagero de caráter enfático; figura denominada hipérbole. A alternativa correta é c.

Resp.: (c)

16. "Quando a Indesejada das gentes chegar  
(Não sei se dura ou caravel),  
Talvez eu tenha medo.  
Talvez sorria, ou diga:  
- Alô, iniludível!"

- a) Clímax  
b) Eufemismo  
c) Síquise  
d) Catacrese  
e) Pleonasma

A alternativa correta é b. No segmento sublinhado, em lugar de "morte", diz-se "a Indesejada das gentes", com o fim de abrandar a expressão. Tal recurso de estilo é chamado eufemismo.

Resp.: (b)

Observação: As questões de gramática incluídas nos testes de 8 a 16, foram exaustivamente estudadas nas Apostilas e na aula final de revisão.

## QUESTÃO 17

As chamadas Cartas Chilenas são obra anônima porque:

- a) os originais, assinados pelo autor, perderam-se em um terremoto no Chile;  
b) a ditadura que dominou o Brasil, entre 1937 e 1945, tornava perigosa a divulgação do nome de seu autor;  
c) seu conteúdo pornográfico, pouco condizente com a moral da época, desaconselhava a revelação da autoria;  
d) contendo severas críticas ao governador de uma Província, seria imprudente a divulgação do nome de seu autor;  
e) o nome do autor é substituído pelo pseudônimo Fanfarrão Minésio, que os críticos ainda não conseguiram identificar.

Em qualquer discussão das "Cartas Chilenas", coloca-se o problema da autoria, bem como o da motivação dos pseudônimos; parece claro que esses criptônimos (Critilo, Doroteu, Fanfarrão Minésio) são uma forma de subtrair-se à perseguição das autoridades ligadas ao Governador das Minas Gerais, Luís da Cunha Meneses.

Noutros termos, vide o que foi amplamente discutido, em aula, questionado nos simulados e revisão (Cf. apostila do ANGLÔ, item Gonzaga, Arcadismo).

Resp.: (d)

## 8 - CURSO ANGLO LATINO

QUESTÃO 18LEIA COM ATENÇÃO:

"Com a chegada de D. João VI tomam-se providências para dotar o Rio de Janeiro de um teatro à altura de suas novas prerrogativas reais. E com a Independência e o Romantismo surge, finalmente, o teatro brasileiro, consciente do seu nacionalismo e orgulhoso de sua missão. É uma espécie de eclosão, de florescimento súbito. Aparecem, de chofre, não uma apenas, mas, logo três figuras de primeira plana, abrangendo praticamente todas as formas de atividade teatral: um grande ator e dois autores que vão fundar a tragédia e comédia nacional." (Décio de Almeida Prado)

Essas três figuras são:

- a) Procópio Ferreira - José de Alencar - Cornélio Pena;
- b) Leopoldo Frócs - Joaquim Manuel de Macedo - Artur Azevedo;
- c) Jeracy Camargo - Álvares de Azevedo - França Júnior;
- d) Odilon Azevedo - Gonçalves Dias - Machado de Assis;
- e) João Caetano - Gonçalves de Magalhães - Martins Pena.

É sabido que Gonçalves de Magalhães é o autor de "Suspiros Poéticos e Saudades". Destacou-se muito mais como promotor da cultura no III Império, especialmente na área pedagógica, ligada ao Teatro. Foi autor das tragédias, "Antônio José" e "Oligia to". Fez para o nosso teatro o que Almeida Garrett realizou para o português. É nessa época que, fundado o Teatro São Pedro de Alcântara, desenvolveu-se o grande trabalho do ator e diretor João Caetano. É aqui também que se fixa a comédia nacional de Martins Pena, autor de "Juiz de Paz na Roça", "O Noviço", etc. Este assunto foi amplamente desenvolvido nas aulas do CURSO ANGLO, quando se viu a formação do Teatro Romântico.

Resp.:  e

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa correta:

- a) Em Terras do Sem Fim, de Jorge Amado, a luta pela posse das terras do Sequeiro Grande visava a dilatar a extensão do latifúndio destinado à lavoura canavieira.
- b) Em Os Sertões, de Euclides da Cunha, o assalto ao arraial de Canudos visava à pilhagem das riquezas acumuladas pelos sequeiros do Padre Cícero.
- c) Em O Sertanejo, de José de Alencar, o assalto à fazenda do Capitão-mor Gonçalo Pires Campelo visava à posse das terras para o plantio de cacau.
- d) Em Pedra Bonita, de José Ems do Rego, a expedição punitiva do destacamento policial de Açú visava a coibir o sacrifício de vidas humanas, ordenado por um místico.
- e) Em O Guarani, de José de Alencar, o assalto à casa de D. Antônio de Mariz visava à retomada dessa propriedade, que se encontrava em poder dos índios aimorés.

Na questão 54 (Extensivo) e 34 (Semi-Intensivo e Intensivo) da Revisão de Literatura do Curso Anglo-Latino, comentava-se textualmente, sobre "Pedra Bonita": "narração livre de um caso de fanatismo que se deu em Vila Bela no século XIX: alguns sertanejos açoitados junto a duas pedras colossais se ofereceram em holocausto a um mameluco, João Antônio da Silva, que lhes pro-

FUVEST / 1ª FASE - 9

## CONCURSO VESTIBULAR 1977

meta, a troca de Sacrificio, a felicidade eterna a ser fruída no Reino Encantado ali oculto". (in: A. Bosi)(Apostila "Revisão, Anglo, pag. 109 e 13). Ai estão as razões da "expedição punitiva do destacamento policial de Açú que visava a coibir o sacrificio de vidas humanas, ordenada por um místico".

Resp.: (d)

## QUESTÃO 20

Assinale a alternativa em que ambos os romances citados evocam o mundo do internato e seus problemas:

- a) O Ateneu - Doidinho  
 b) Casa de Pensão - Memórias Sentimentais de João Miramar  
 c) Memórias Postumas de Brás Cubas - Infancia  
 d) Menino do Engenho - O Ateneu  
 e) O Coruja - A Normalista

Na Apostila de Revisão Anglo, questão 61 (Extensivo) e 36 (Semi-Intensivo e Intensivo), comentava-se a estória do menino Sérgio, seu drama de solidão no Internato. No estudo de José Lins do Rego, se em Menino do Engenho tem-se sua vida de surpresas no engenho do avô, em Doidinho analisava-se a sua fase escolar.

Resp.: (a)

## QUESTÃO 21

O narrador, que também é personagem, conta a sua história: foi trabalhador braçal da fazenda de que se tornou proprietário, por meios lícitos e ilícitos. Casou-se porque "sentia desejo de pra parar um herdeiro para as terras". No final, reconheceu que "es tragara" sua vida e a de seus dependentes, por força da "profigação" que adotara.

Esses dados identificam o romance:-

- a) O Sertanejo; d) O Coronel e o Lobisomem;  
 b) Terras do Sem Fim; e) S. Bernardo.  
 c) Chapadão do Bugre;

Resp.: (e)

## MATEMÁTICA

22. O valor da expressão

$$\frac{-(-2)^2 - \sqrt[3]{-27}}{(-3 + 5)^0 - \log_2 4} \quad \text{é:}$$

- a) -7 d) 2  
 b) -1 e) 7  
 c) 1

# **Anexo B**

**FUVEST/2006**

**Português**

# PORTUGUÊS

## Texto para as questões de 01 a 06

Ele se aproximou e com voz cantante de nordestino que a emocionou, perguntou-lhe:

— E se me desculpe, senhorinha, posso convidar a passear?

— Sim, respondeu atabalhoadamente com pressa antes que ele mudasse de idéia.

— E, se me permite, qual é mesmo a sua graça?

— Macabéa.

— Maca — o quê?

— Bea, foi ela obrigada a completar.

— Me desculpe mas até parece doença, doença de pele.

— Eu também acho esquisito mas minha mãe botou ele por promessa a Nossa Senhora da Boa Morte se eu vingasse, até um ano de idade eu não era chamada porque não tinha nome, eu preferia continuar a nunca ser chamada em vez de ter um nome que ninguém tem mas parece que deu certo — parou um instante retomando o fôlego perdido e acrescentou desanimada e com pudor — pois como o senhor vê eu vinguei... pois é...

— Também no sertão da Paraíba promessa é questão de grande dívida de honra.

Eles não sabiam como se passeia. Andaram sob a chuva grossa e pararam diante da vitrine de uma loja de ferragem onde estavam expostos atrás do vidro canos, latas, parafusos grandes e pregos. E Macabéa, com medo de que o silêncio já significasse uma ruptura, disse ao recém-namorado:

— Eu gosto tanto de parafuso e prego, e o senhor?

Da segunda vez em que se encontraram caía uma chuva fininha que ensopava os ossos. Sem nem ao menos se darem as mãos caminhavam na chuva que na cara de Macabéa parecia lágrimas escorrendo.

Clarice Lispector, **A hora da estrela**.

### Questão 1

Neste excerto, as falas de Olímpico e Macabéa

- aproximam-se do cômico, mas, no âmbito do livro, evidenciam a oposição cultural entre a mulher nordestina e o homem do sul do País.
- demonstram a incapacidade de expressão verbal das personagens, reflexo da privação econômica de que são vítimas.
- beiram às vezes o absurdo, mas, no contexto da obra, adquirem um sentido de humor e sátira social.
- registram, com sentimentalismo, o eterno conflito que opõe os princípios antagônicos do Bem e do Mal.
- suprimem, por seu caráter ridículo, a percepção do desamparo social e existencial das personagens.

### Resolução

O diálogo travado entre Olímpico e Macabéa aproxima-se do absurdo, como se observa na fala do primeiro, ao comentar que o nome da interlocutora parecia designação de doença, e no disparate cometido pela segunda, quando declara gostar de parafuso e prego. São dois exemplos de "nonsense" que conferem efeito humorístico à situação, no contexto da amarga sátira social criada por Clarice Lispector, como denúncia do rebaixamento da vida a que são submetidas as camadas sociais representadas pelas personagens.

**Resposta: c**

### Questão 2

Ao dizer: "(...) promessa é questão de grande dívida de honra", Olímpico junta, em uma só afirmação, a obrigação religiosa e o dever de honra. A personagem de **Sagarana** que, em suas ações finais, opera uma junção semelhante é

- Major Saulo, de "O burrinho pedrês".
- Lalino, de "Traços biográficos de Lalino Salãthiel ou A volta do marido pródigo".

- c) *Primo Ribeiro*, de "Sarapalha".  
 d) *João Mangolô*, de "São Marcos".  
 e) *Augusto Matraga*, de "A hora e vez de Augusto Matraga".

#### Resolução

Nhô Augusto Esteves, protagonista de "A hora e vez de Augusto Matraga", no final da narrativa defende e salva uma família ameaçada de morte pelo bando de Joãozinho Bem-Bem. A atitude heróica de Nhô Augusto é determinada pela conjunção de um **imperativo moral**, constituído pelo senso de honra do campeão que se bate em defesa dos mais fracos, e de um **anseio de redenção religiosa**, determinado pela consciência e pelo arrependimento dos pecados cometidos antes da conversão ao bem.

**Resposta: e**

#### Questão 3

Considere as seguintes comparações entre a cena do primeiro encontro de Macabéa e Olímpico, figurada no excerto, e a célebre cena do primeiro encontro de Leonardo e Maria da Hortaliça (*Memórias de um sargento de milícias*), a bordo do navio:

- I — Na primeira cena, utiliza-se o diálogo verbal como meio privilegiado de representação, ao passo que, na segunda, a ausência notória desse diálogo responde, em grande parte, pelo efeito expressivo do texto.  
 II — Em ambas as cenas, a representação da pobreza vem acompanhada de forte sentimento de culpa que perturba o narrador e o leva a questionar a validade da própria literatura.  
 III — Ambas as cenas são construídas como paródias de modelos literários consagrados: na primeira, parodiam-se as cenas amorosas do Romantismo; na segunda, são parodiadas as cenas idílicas dos romances do Realismo.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I. d) I e II.  
 b) II. e) II e III.  
 c) III.

#### Resolução

A afirmação I, única correta, explicita a diferença marcante entre o encontro de Macabéa e Olímpico, em *A hora da estrela*, e o de Leonardo e Maria da Hortaliça, em *Memórias de um sargento de milícias*. No primeiro, predomina a técnica do diálogo como meio de representação artística. Já o segundo é construído sobretudo pela enunciação narrativa, que, ao evitar o diálogo, acentua o efeito humorístico dos gestos das personagens, cuja aproximação amorosa se dá por meio de um beliscão e de uma pisadela.

**Resposta: a**

#### Questão 4

No trecho "mas minha mãe botou ele por promessa", o pronome pessoal foi empregado em registro coloquial. É o que também se verifica em:

- a) "— E se me desculpe, senhorinha, posso convidar a passear?"  
 b) "— E, se me permite, qual é mesmo a sua graça?"  
 c) "— Eu gosto tanto de parafuso e prego, e o senhor?"  
 d) "— Me desculpe mas até parece doença, doença de pele."  
 e) "— (...) pois como o senhor vê eu vinguei... pois é..."

#### Resolução

Iniciar um período com pronome oblíquo átono, como se verifica em "Me desculpe mas...", é prática tradicionalmente condenada pela gramática normativa, embora recorrente na linguagem informal. É correto, portanto, dizer que, na alternativa **d**, o pronome pessoal foi empregado em registro coloquial.

**Resposta: d**

**Questão 5**

No trecho que vai de “Eu também acho esquisito” a “eu vinguei... pois é...”, o autor se vale, para traduzir o estado emocional de Macabéa, do seguinte recurso expressivo:

- omissão de vírgulas entre orações.
- emprego reiterado de frases nominais.
- falta de rigor na concordância verbal.
- eliminação da maioria dos conectivos entre as orações.
- uso de regências verbais inadequadas.

**Resolução**

No trecho em questão, a omissão de diversas vírgulas entre as orações é um recurso expressivo para representar a excitação de Macabéa em seu primeiro encontro com Olímpico: ela estava falando tão rapidamente, que foi obrigada a parar “um instante retomando o fôlego perdido”.

**Resposta: a**

**Questão 6**

No trecho “Sem nem ao menos se darem as mãos caminhavam na chuva”, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído por: “Sem que nem ao menos se

- dêem as mãos”.
- davam as mãos”.
- deram as mãos”.
- dessem as mãos”.
- dariam as mãos”.

**Resolução**

Como o verbo da oração principal está no imperfeito do indicativo — “caminhavam na chuva” — a correlação temporal exige o imperfeito também na subordinada, só que, no caso, o imperfeito do subjuntivo: *sem que ao menos se dessem as mãos*.

**Resposta: d**

**Texto para as questões de 07 a 09**

o Kramer apaixonou-se por uma corista que se chamava Olga. por algum motivo nunca conseguiam encontrar-se. ele gritava passando pela casa de Olga, manhãzinha (ela dormia): Olga, Olga, hoje estou de folga! mas nunca se viam e penso que ele sabia que se efetivamente se deitasse com ela o sonho terminaria. sábio Kramer. nunca mais o vi. há sonhos que devem permanecer nas gavetas, nos cofres, trancados até o nosso fim. e por isso passíveis de serem sonhados a vida inteira.

Hilda Hilst, *Estar sendo. Ter sido.*

**Observações:**

O emprego sistemático de minúscula na abertura de período é opção estilística da autora.  
Corista = atriz/bailarina que figura em espetáculo de teatro musicado.

**Questão 7**

Na perspectiva do narrador, o Kramer é considerado sábio porque, como um bom sonhador,

- anima-se com a possibilidade de uma feliz e prolongada realização de seu sonho.
- percebe que a realização de seu sonho acabaria sendo uma forma de negá-lo.
- avalia objetivamente as circunstâncias de que depende a plena realização de seu sonho.
- sabe que os sucessivos adiamentos da realização de seu sonho acabarão por fazê-lo desistir de sonhar.
- acredita que a impossibilidade de realização de um sonho leva a um mais rápido amadurecimento.

**Resolução**

De acordo com o texto, o narrador considera Kramer sábio porque o julga capaz de perceber que os sonhos se opõem à realidade e que, portanto, concretizar o seu desejo de “deitar-se” com Olga seria uma forma de destruir o sonho. Isso pode ser comprovado pelo seguinte trecho: “...ele sabia que se efetivamente se deitasse com ela o sonho terminaria.”

**Resposta: b**

**Questão 8**

Considere as seguintes afirmações:

- I — Kramer apaixonou-se por uma corista.  
 II — Kramer e a corista jamais se encontraram.  
 III — Talvez Kramer julgasse ter sido melhor assim.

As afirmações acima estão articuladas de modo coerente e correto no seguinte período:

- a) Talvez Kramer tenha julgado ter sido melhor que ele e a corista por quem se apaixonou jamais se houvessem encontrado.  
 b) Muito embora Kramer se apaixonou por uma corista, jamais se encontraram, mesmo porque ele julgaria ter sido melhor assim.  
 c) Jamais se encontraram Kramer e a corista por quem se apaixonou, pois talvez Kramer julgava que é melhor ser assim.  
 d) Quando se apaixonou por uma corista, ainda que ambos jamais se encontraram, Kramer talvez tenha achado que assim seria melhor.  
 e) Desde que Kramer se apaixonou e julgou melhor assim, ele e a corista jamais teriam se encontrado.

**Resolução**

A articulação coerente e correta dos três enunciados impõe que se respeite a relação temporal entre os eventos e se preservem as relações semânticas entre eles.

Respeitados os tempos verbais postos pela questão, a alternativa **a** é a que atende às condições impostas. Um dos artifícios para justificar essa resposta é excluir o advérbio “talvez” para que os verbos passem para o modo indicativo e a correlação dos tempos fique mais perceptível:

*Kramer julgou que foi melhor que ele e a corista por quem se apaixonou jamais tivessem se encontrado.*

Por essa transformação, percebe-se que o ato de não se encontrarem é um tempo enunciado como anterior (tempo mais-que-perfeito) a julgar (tempo perfeito).

**Resposta: a**

**Questão 9**

No trecho “há sonhos que devem permanecer nas gavetas, nos cofres, trancados até o nosso fim.”, o recurso de estilo que **NÃO** ocorre é a

- a) redundância.  
 b) inversão.  
 c) gradação.  
 d) metáfora.  
 e) enumeração.

**Resolução**

Na passagem “há sonhos que devem permanecer nas gavetas, nos cofres, trancados até o nosso fim”, não há inversão sintática, já que todos os termos estão dispostos em ordem direta.

Na passagem considerada, há:

- redundância, pois “gavetas”, “cofres” e “trancados” possuem os mesmos traços semânticos de *fechamento*, de *prisão*, de *segredo*;
- enumeração, pois os termos “gavetas” e “cofres” estão coordenados entre si;



**Questão 12**

Considerando-se este poema no contexto das tendências dominantes da poesia de Caeiro, pode-se afirmar que, neste texto, o afastamento da festa de São João é vivido pelo eu-lírico como

- a) oportunidade de manifestar seu despreço pelas festividades que mesclam indevidamente o sagrado e o profano.
- b) ânsia de integração em uma sociedade que o rejeita por causa de sua excentricidade e estranheza.
- c) uma ocasião de criticar a persistência de costumes tradicionais, remanescentes no Portugal do Modernismo.
- d) frustração, uma vez que não experimenta as emoções profundas nem as reflexões filosóficas que tanto aprecia.
- e) reconhecimento de que só tem realidade efetiva o que corresponde à experiência dos próprios sentidos.

**Resolução**

Uma das tendências mais importantes da poesia de Alberto Caeiro, heterônimo criado pelo poeta português Fernando Pessoa, é a da valorização do materialismo sensorial. Para Caeiro, o conhecimento só pode ser considerado verdadeiro se for apreendido diretamente pelos sentidos, numa negação ao conhecimento abstrato e às generalizações feitas pela cultura. Assim, a festa existe dissociada de seu sentido cultural de celebração religiosa, sendo apreendida pelo eu lírico apenas na realidade efetiva de seus aspectos sensoriais: "sombra de luz de fogueiras na noite / Um ruído de gargalhadas, os baques dos saltos".

**Resposta: e**

**Texto para a questão 13**

*PROFUNDAMENTE*

Quando ontem adormeci  
Na noite de São João  
Havia alegria e rumor  
Estrondos de bombas luzes de Bengala  
Vozes cantigas e risos  
Ao pé das fogueiras acesas.

No meio da noite despertei  
Não ouvi mais vozes nem risos  
(...)  
Onde estavam os que há pouco  
Dançavam  
Cantavam  
E riam  
Ao pé das fogueiras acesas?

— Estavam todos dormindo  
Estavam todos deitados  
Dormindo  
Profundamente

\*

Quando eu tinha seis anos  
Não pude ver o fim da festa de São João  
Porque adormeci

Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo  
Minha avó  
Meu avó  
Totônio Rodrigues  
Tomásia  
Rosa  
Onde estão todos eles?

— Estão todos dormindo  
Estão todos deitados  
Dormindo  
Profundamente.

Manuel Bandeira, *Libertinagem*.

### Questão 13

No conhecido poema de Bandeira, aqui parcialmente reproduzido, a experiência do afastamento da festa de São João

- é de ordem subjetiva e ocorre, primordialmente, no plano do sonho e da imaginação.
- reflete, em chave saudosista, o tradicionalismo que caracterizou a geração modernista de 1922.
- se dá predominantemente no plano do tempo e encaminha uma reflexão sobre a transitoriedade das coisas humanas.
- assume feição abstrata, na medida em que evita assimilar os dados da percepção sensível, registrados pela visão e pela audição.
- é figurada poeticamente segundo o princípio estético que prevê a separação nítida de prosa e poesia.

### Resolução

A percepção sensorial de ruídos e imagens associadas à comemoração da festa de São João no presente recente ("ontem") remete o eu lírico à memória de uma antiga celebração da mesma festa no passado ("Quando eu tinha seis anos"). O distanciamento temporal e a sensação de ausência dos vultos familiares do passado ensejam a reflexão sobre a transitoriedade das coisas humanas. Nesse poema, Manuel Bandeira atualiza na linguagem modernista um famoso tema clássico, conhecido pela expressão latina "ubi sunt?" (onde estão?).

**Resposta: c**

### Texto para as questões 14 e 15

Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para conhecer o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver.

Amyr Klink, *Mar sem fim*.

### Questão 14

A repetição de "precisa viajar" acentua, no contexto, o valor daquelas experiências que

- se traduzem na exploração de nossa plena capacidade imaginativa.
- concretizam o aprendizado das diferenças que formam a identidade pessoal.
- ratificam a convicção de quem julga conhecer o que apenas imaginou.
- acabam comprovando a importância de se viver tudo o que se planejou.
- reforçam a simplicidade do prazer de um cotidiano sem surpresas.

### Resolução

Para Klink, viajar é uma forma de o homem se expor a experiências diferentes, que possam relativizar suas certezas cotidianas, o que, nas palavras do texto, quebraria "essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou como pode ser...". Para o autor, é imprescindível "conhecer o frio para conhecer o calor", ou seja, o aprendizado das diferenças é necessário para o indivíduo formar a sua identidade, assim como o texto diz explicitamente: "Precisa viajar (...) para entender o que é seu".

**Resposta: b**

### ▶ Questão 15

Na frase “que nos faz professores e doutores do que não vimos”, o pronome sublinhado retoma a expressão antecedente

- a) “para lugares”.  
 b) “o mundo”.  
 c) “um homem”.  
 d) “essa arrogância”.  
 e) “como o imaginamos”.

### Resolução

A identificação da referência do pronome relativo “que” na oração destacada se dá por meio de dois critérios:

- o do paralelismo sintático: o substantivo “arrogância” é qualificado por duas orações adjetivas, “que nos faz ver o mundo como o imaginamos (...)” e “que nos faz professores e doutores do que não vimos (...)”, separadas por ponto-e-vírgula;
- o semântico: o pronome anafórico “que” introduz uma oração utilizada para traduzir o sentido de arrogância como aquilo que “nos faz professores e doutores do que não vimos (...)”.

**Resposta: d**

### ▶ Questão 16

Costuma-se reconhecer que tanto **O primo Basílio** quanto as **Memórias póstumas de Brás Cubas** possuem notável conteúdo de crítica social. Apesar das muitas diferenças que separam os dois romances, em ambos essa crítica

- a) fundamenta-se em minuciosa análise das relações sociais e tem como finalidade propor soluções construtivas para os problemas detectados.  
 b) dá a ver um conjunto de personagens que, com raras exceções, têm como traços mais marcantes a inconsistência, a pretensão, a veledade e outras características semelhantes, figurando assim uma sociedade globalmente medíocre.  
 c) assume a forma do romance de tese, próprio da estética realista, no qual se procura validar um conjunto de hipóteses científicas, verificando-se sua pertinência na vida social das personagens.  
 d) visa a demonstrar o prejuízo que o excesso de leituras romanescas pode trazer à formação moral dos indivíduos, em particular quando interfere na educação das mulheres, matrizes da família.  
 e) incide principalmente sobre as mazelas sociais derivadas da persistência da escravidão em um contexto já moderno, no qual ela não mais se justifica.

### Resolução

São inúmeros os exemplos de personagens que mostram como traços marcantes a pretensão, a inconsistência e a veledade, em ambos os romances. É na exposição do papel das formalidades e etiquetas, da ostentação social e no jogo das relações hipócritas que esses traços aparecem, caracterizando nas duas obras uma sociedade globalmente medíocre, interessada na ascensão e no poder. Como exemplo, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, observa-se o pai do protagonista (Bento), burguês endinheirado a esconder sua origem humilde inventando um passado aristocrático. Em *O primo Basílio*, o conselheiro Acácio é o melhor exemplo de mediocridade e hipocrisia, camufladas por um formalismo vazio.

**Resposta: b**

### Texto para as questões de 17 a 20

É impossível colocar em série exata os fatos da infância porque há aqueles que já acontecem permanentes, que vêm para ficar e doer, que nunca mais são esquecidos, que são sempre trazidos tempo afora, como se fossem dagora. É a carga. Há os outros, miúdos fatos, incolores e quase sem som — que mal se deram, a memória os atira nos abismos do esquecimento. Mesmo próximos eles viram logo passado remoto. Surgem às vezes, na lembrança, como se fossem uma incongruência. Só aparentemente sem razão, porque não há associação de idéias que seja ilógica. O que assim parece, em verdade, liga-se e harmoniza-se no subconsciente pelas raízes subterrâneas — raízes lógicas! — de que emergem os pequenos caules isolados — aparentemente ilógicos! só aparentemente! — às vezes chegados à memória vindos do esquecimento, que é outra função ativa dessa mesma memória.

Pedro Nava, **Baú de ossos**.

**Questão 17**

Ao analisar os processos da memória, o autor manifesta a convicção de que

- a) os fatos que não são lembrados com constância cairão para sempre nos abismos do esquecimento.
- b) é mais dolorosa a lembrança de fatos que pareciam para sempre esquecidos do que a dos fatos que não saem da memória.
- c) os fatos que pareciam inteiramente esquecidos podem de repente surgir na memória com o aspecto de uma associação imprópria.
- d) é mais prazerosa a memória assídua de fatos da infância do que a memória de fatos ocorridos mais recentemente.
- e) os fatos que, quando vividos, pareciam extravagantes costumam ser depois lembrados como inteiramente lógicos.

**Resolução**

Segundo o texto, a memória “atira nos abismos do esquecimento” os fatos miúdos: mesmo quando eles estão próximos, “viram logo passado remoto”. Esses fatos, que pareciam completamente esquecidos, “surgem às vezes, na lembrança, como se fossem uma incongruência”, isto é, com o aspecto de uma associação imprópria.

**Resposta: c**

**Questão 18**

A expressão “O que assim parece” tem, no contexto, o sentido de

- a) o que aparenta ser uma pura lembrança.
- b) o que aparenta ser uma associação de idéias.
- c) o que parece harmonizado no subconsciente.
- d) o que parece uma incongruência.
- e) o que aparece como se fosse lógico.

**Resolução**

O trecho “O que assim parece” retoma, sobretudo por meio do anafórico “assim”, a idéia apresentada anteriormente, ou seja, que só aparentemente uma associação de idéias pode parecer “ilógica”, “sem razão”, como se fosse uma incongruência.

**Resposta: d**

**Questão 19**

O que Pedro Nava afirma no final do texto ajuda a compreender o título do livro **Esquecer para lembrar**, de Carlos Drummond de Andrade, título que contém

- a) um paradoxo apenas aparente, já que designa uma das operações próprias da memória.
- b) uma contradição insuperável, justificada apenas pelo valor poético que alcança.
- c) uma explicação para a dificuldade de se organizar de modo sistemático os fatos lembrados.
- d) uma fina ironia, pois a antítese entre os dois verbos dá a entender o inverso do que nele se afirma.
- e) uma metáfora, já que o tempo do esquecimento e o tempo da lembrança não podem ser simultâneos.

**Resolução**

O paradoxo no título da obra de Drummond — **Esquecer para lembrar** — é aparente, uma vez que não se estabelece, de fato, uma contradição entre as ações de *esquecer* e de *lembrar*: o esquecimento é uma das operações que a memória realiza, para, posteriormente, provocar a lembrança. Essa análise, que ajuda a interpretar o título dessa obra de Drummond, confirma-se com o trecho final de **Baú de ossos**, de Pedro Nava: “... às vezes chegados à memória vindos do esquecimento, que é outra função ativa dessa mesma memória.”

**Resposta: a**

**Questão 20**

O valor sintático-semântico do vocábulo sublinhado no trecho “Há os outros, (...) que mal se deram”, corresponde ao do mesmo termo em:

- a) Vou aceitar o cargo, apesar de falar mal o português.
- b) Meu livro foi mal acolhido pelos críticos de plantão.
- c) Mal sabia eu o que me esperava atrás daquela porta.
- d) Em público, ela mal olha para mim.
- e) Mal entrei em casa, o telefone tocou.

**Resolução**

O mesmo valor sintático-semântico do termo sublinhado em “Há os outros, (...) que mal se deram” observa-se no termo destacado em “Mal entrei em casa, o telefone tocou” (opção e). O vocábulo **mal**, em ambos os casos, funciona como conjunção temporal, substituível por **assim que** ou **logo que**: *Há os outros, miúdos fatos, incolores e quase sem som — que assim que se deram ... e Assim que entrei em casa, o telefone tocou.*

**Resposta: e**